

Andréa Figueiredo Leão Grants

***OUTRA TRAVESSIA PARA OUTRA TRAVESSIA:
A LITERATURA “EM LINHA”***

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Literatura da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do Grau de Mestre em Literatura.

Orientador: Prof. Dr. Stélio Furlan

Florianópolis
2012

Catálogo na fonte elaborada pela biblioteca da
Universidade Federal de Santa Catarina

G764o

Grants, Andréa Figueiredo Leão

Outra travessia para *Outra Travessia*: a literatura “em
linha” / Andréa Figueiredo Leão Grants, – Florianópolis :
UFSC/Biblioteca Central , 2012.

131 p.

Orientador: Stélio Furlan

Dissertação (Mestrado em Literatura) – Universidade
Federal de Santa Catarina,

Programa de Pós-Graduação em Literatura, Florianópolis,
2012.

Inclui bibliografia

1. Outra Travessia - Publicações científicas 2. Periódico
eletrônico. 3. Reprodução técnica. 4. Materialidade I. Título.

CDU 82

Andréa Figueiredo Leão Grants

***OUTRA TRAVESSIA PARA OUTRA TRAVESSIA:
A LITERATURA “EM LINHA”***

Esta Dissertação foi julgada adequada para a obtenção do Título de “Mestre em Literatura” e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Literatura da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, ____ de setembro de 2012.

Prof.^a Susana Scramim, Dr.^a
Coordenadora do Curso

Banca Examinadora:

Prof. Stélio Furlan, Dr.
Orientador
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.^a Rosana de Cássia Kamita, Dr.^a
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Alckmar Luiz dos Santos, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina

Narcisa de Fátima Amboni, Dr.^a
Universidade Federal de Santa Catarina

Este trabalho é dedicado a minha
família.
Obrigada a todos!

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, sempre;

A minha família, Margers, Lauris, Analissa e Marianna, pela motivação e paciência;

Aos colegas da Biblioteca Universitária, especialmente a Roberta, João e Alexandre, pelo apoio e estímulo;

Aos colegas de curso Adris André, Tânia Ferreira, Maria Aparecida, Jair Zandoná, Gizelle Kaminski e Bianca Buse, pelas trocas de e-mails e experiências;

À Emília Ganzaroli, professora, amiga, pela influência e incentivo;

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Literatura, especialmente às professoras Patrícia Peterle, Tânia Regina, Rosana Kamita, Liliana Reales e ao prof. Carlos Eduardo Capela, por todos os ensinamentos.

Ao orientador prof. Stélio Furlan, por sua conduta ética, profissionalismo e ensinamentos.

Aos membros da banca de qualificação, Rosana Kamita e Narcisa de Fátima Amboni, pelas valiosas contribuições.

Muito obrigada!

Escrevendo sou capaz de aferir conceitos, revisar valores, pesar o imponderável, desfiar enfim o tecido dos ideais e avançar um pouco na obscuridade das coisas.

(Osman Lins)

RESUMO

O presente trabalho analisa o processo de transposição do formato impresso para o digital da revista *Outra Travessia*, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Literatura da UFSC. Dessa forma, busca-se compreender como a disponibilização dos documentos em rede eletrônica confere materialidade ou imaterialidade aos olhos do leitor, uma vez que o ambiente é virtual. Para tanto, apresenta-se um esboço do conteúdo temático que compõe as edições que passaram para o suporte eletrônico. É estabelecida, ainda, a relação entre a comunicação científica, o intelectual orgânico inserido na academia e o conceito de rizoma proposto por Deleuze. Além disso, exhibe-se o *modus operandi* que envolve o processo da transposição. Por fim, o estudo promove uma reflexão acerca das implicações e alterações que o processo de transposição ao novo ambiente provoca na percepção dos leitores, autores, críticos e editores de uma publicação científica literária eletrônica.

Palavras-chave: *Outra Travessia*. Periódicos eletrônicos. Materialidade. Imaterialidade. Comunicação científica. Intelectual orgânico.

ABSTRACTS

The present study analyzes the process of transposition from print to the digital medium of the academic journal *Outra Travessia*, published by the Graduate Program in Literature at UFSC. The objective is to understand the ways in which making the documents available in the digital version may provide materiality or immateriality to the reader, since the new medium is a virtual one. For this purpose, an outline regarding the thematic content of the editions that were transposed to the digital medium is presented. Then, the relation among scientific communication, the organic intellectual inserted in the academia, and Deleuze's concept of rhizome is established. Besides, the *modus operandi* (method of operation) that is involved in the transposition process is discussed. At last, the study raises reflection about the implications and alterations in the perception of readers, authors, critics and editors of an electronic academic journal on Literature as a result of the process of its transposition to a new medium.

Keywords: *Outra Travessia*. Electronic periodicals. Materiality. Immateriality. Scientific communication. Organic intellectual.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Capa da Edição n. 40/1 – Revistas literárias revisitadas.....	33
Figura 2: Capa da edição n. 2 – da Cunha, Euclides de cunhas	37
Figura 3: Capa da edição n. 3 - América Latina: uma arquitetura barroca.....	40
Figura 4: Capa da edição n. 4 - Osman Lins 80 anos	43
Figura 5: Capa edição n. 5 - A exceção e o excesso Agamben & Bataille	47
Figura 6: Capa da edição n. 6 - Travessias	50
Figura 7: Capa da edição n. 7 - Glauber.....	53

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
BOAI – Budapest Open Access Initiative
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNEN – Comissão Nacional de Energia Nuclear
CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
DOI – Digital Object Identifier
IBICT – Instituto Brasileiro de Informação Ciência e Tecnologia
ISSN – International Standard Serial Number
OA – Open Access
OAI – Initiative Open Archives
OASIS.BR – Open Access and Scholarly Information System
OJS – Open Journal System
PPGL – Programa de Pós-Graduação em Literatura
PKP – Public Knowledge Project
PP – Portal de Periódicos
PIBIC – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
SEER – Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER)
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	251
2 PRIMEIRAS IMPRESSÕES	25
2.1 PERIODISMO – MÚLTIPLAS LEITURAS	28
3 OUTRA TRAVESSIA – (RE)APROPRIAÇÕES DE UM NOVO OLHAR	33
3.1 REVISTAS LITERÁRIAS REVISITAS	33
3.2 DA CUNHA EUCLIDES DE CUNHAS	37
3.3 AMÉRICA LATINA: UMA ARQUITEXTURA BARROCA	40
3.4 ARTE E LITERATURA: OSMAN LINS, 80 ANOS	43
3.5 A EXCEÇÃO E O EXCESSO AGAMBEN & BATAILLE	47
3.6 TRAVESSIAS	50
3.7 GLAUBER	53
4 A BIBLIOTECA PORVIR: POSSIBILIDADES IMAGINÁVEIS	57
4.1 O ESPAÇO PÚBLICO – VISIBILIDADE DA PUBLICAÇÃO	67
5 IMPRESSÕES TEXTUAIS	71
5.1 O INTELCTUAL E A COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA	71
5.2 COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA – BREVE CONTEXTO HISTÓRICO	76
5.3 PERIÓDICOS CIENTÍFICOS – ESPAÇO PÚBLICO PARA A EXPRESSÃO INTELCTUAL	79
6 DO IMPRESSO AO PIXEL – TANGENCIAMENTOS	85
6.1 FRONTEIRAS DESLIZANTES E ACESSO ABERTO	85
6.2 PORTAL DE PERIÓDICOS UFSC: UM ESPAÇO PARA O ACESSO ABERTO	88
7 O MODO DE VER, LER, ESCREVER – NOVAS PRÁTICAS	93
7.1 LEITORES	93
7.2 AUTORES	95
7.3 AVALIADORES/CRÍTICOS	97
7.4 EDITORES	98
8 CONCLUSÃO	103
REFERÊNCIAS	109
ANEXO A – DIRETRIZES DO PORTAL DE PERIÓDICOS UFSC	117
ANEXO B – DIRETRIZES PARA ATRIBUIÇÃO DO DOI NOS PERIÓDICOS HOSPEDADOS NO PORTAL DE PERIÓDICOS UFSC	125

1 INTRODUÇÃO

A impessoalidade é uma característica recomendada na execução de um trabalho científico, porém peço licença para expor um pouco da minha trajetória pessoal nesta introdução, pois esse percurso é indissolúvel do processo de motivação e de construção desta dissertação.

Os estudos literários sempre foram razão de interesse e de aprofundamento de minha formação intelectual. Ainda na infância, tive a oportunidade de conhecer pessoalmente a menina da ponte, Aninha, como nascera, e Cora Coralina, como vivera. Meu fascínio pelas letras teve seu marco numa visita à antiga capital de Goiás, a antiga cidade de Villa Boa de Goyaz, hoje carinhosamente conhecida por Goiás Velho.

Os percursos existenciais levaram-me para outro caminho, mas não distante do contato com as letras, com os livros e com as práticas de leituras. Na graduação, tive a experiência de atuar, como bolsista PIBIC, em um projeto de iniciação científica, no qual pude investigar a formação de sujeitos leitores a partir do resgate de suas histórias de leituras. Depois, pude discorrer acerca das práticas de leituras na universidade, como tema de trabalho de conclusão de curso em Biblioteconomia. Todo esse trajeto contribuiu com o crescimento do gosto e do desejo pelas particularidades literárias.

O antigo interesse em transitar por áreas afins às da minha de formação, especialmente a dos estudos literários, veio à tona quando tive a oportunidade de estreitar os laços com a informação literária ao trabalhar com a migração dos dados da revista *Outra Travessia* impressa para o meio eletrônico, o que sem dúvida suscitou em mim vários questionamentos.

Questionamentos estes reforçados pela leitura da edição de número 10, dedicada ao cinquentenário da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), concomitantemente associado ao “número 50” da revista (somados todos os números dos dois títulos – *Travessia* e *Outra Travessia*) e na qual o escritor Helder Macedo também é homenageado. Na sua apresentação, o editor aborda:

Ao fim e ao cabo não poderia deixar de registrar que o processo de migração de dados quase todo ele, digamos, mecânico, despertou uma inquietação teórica. A partir da disseminação dos arquivos deste periódico na rede mundial pode-se, a um clicar, torná-la acessível, melhor materializá-

la, gratuitamente, ante os olhos do leitor. Mas até que ponto esse processo implica auferir materialidade à informação caso se considere que o ambiente é “virtual”? Como isso afeta o ato de ler, toda uma prática de leitura? É com o aflorar de leve essa questão, sem a pretensão de aqui respondê-la, mas de disparar inquietações [...]. (FURLAN, 2010, p. [3]).

Assim, aceitei a provocação e, portanto, esta pesquisa pretende, a partir de uma visão ampla sobre a *Outra Travessia*, pensar esses questionamentos e outros mais. Evidentemente, o olhar profissional me leva a indagações técnicas, mas o que mais me incitava eram questões que refletiam o caráter relacionado às implicações da transposição, ou seja, como essa adaptação ao novo ambiente provocava ou permitia alterações de percepção dos leitores, autores, críticos e editores de uma publicação científica literária eletrônica. Essas experiências foram estimulantes para que o projeto fosse encaminhado ao Programa de Pós-Graduação em Literatura (PPGL) da UFSC.

O estudo em questão poderá contribuir para agregar valor à atividade profissional exercida por aqueles que possuem interesse por produção intelectual de excelência e, especialmente, por aqueles que atuam, profissionalmente e/ou passionalmente, como é o caso da maioria dos editores de publicações científicas, não sendo diferente dos editores da área de Literatura e de Teoria Literária.

Apontamentos pessoais afora, a complexidade que a temática da proposta suscita vêm ao encontro da questão primordial que norteia toda a pesquisa – o fato de considerar a informação,¹ seja ela encontrada em meios impressos ou eletrônicos, a matéria-prima para a construção do conhecimento humano. Contudo, para fomentar a geração do conhecimento faz-se necessário que este esteja disponibilizado em um ambiente favorável para tal propósito, o que, no atual cenário da comunicação científica, significa dizer que a informação esteja livremente ao dispor dos leitores, ou seja, de acesso aberto e gratuito.

A prática digital ocupa um lugar de referência e de destaque na sociedade contemporânea. Ao longo do século XX, especialmente na segunda metade, os avanços tecnológicos sofreram significativos

¹ Os conceitos de informação e conhecimento estão inter-relacionados, pois, segundo Le Coadic (2004, p. 4), “A informação é um conhecimento inscrito (registrado) em forma escrita (impressa ou digital), oral ou audiovisual, em um suporte”.

propósitos “[...] rumo à integração, à interconexão, ao estabelecimento de sistemas cada vez mais interdependentes, universais e ‘transparentes’” (LÉVY, 1999, p. 113).

Entretanto, não se pretende, aqui, criar um manual de procedimentos relacionados ao *modus operandi* que envolvem os procedimentos técnicos de migração de dados. O foco, num sentido amplo, está no desejo de se construir reflexões e análises a respeito de uma nova cultura (a cultura digital ou, como frequentemente ouve-se, a cibercultura²) que se forma.

Trata-se de um espaço, relativamente novo, para a expressão comunicacional, diversa da que habitualmente, ou melhor, da que tradicionalmente conhecemos e reconhecemos.

A exploração desse panorama e o posicionamento crítico são inseparáveis e perpassam por apropriações de sentidos lançados pelo “diferente”. Essa postura exige certa dose de imparcialidade, abertura, benevolência. Compreender que não se trata de dois pesos e duas medidas, ou seja, de ser a favor ou contra, mas de reconhecer as principais alterações para os aspectos culturais e humanos exemplificados nos principais atores sociais presentes nesse contexto.

Para desenvolver este trabalho, a primeira parte desta dissertação se propõe a contemplar o cenário atual no que tange à fase de transição e de adaptabilidade dos diferentes meios de armazenamento (impresso e eletrônico), estabelecendo claramente as fronteiras do estudo, as terminologias que serão adotadas, delimitando o recorte, anunciando os objetivos (gerais e específicos), a metodologia e as principais inquietações.

O caminho percorrido nesse primeiro momento é apropriado, sobretudo, para estabelecer um ambiente para análises do *corpus* do trabalho, ou seja, esboçar os textos publicados nas primeiras sete edições da revista *Outra Travessia*, situando o leitor dentro da perspectiva de análise, ratificando a importância cultural e estética da transposição tecnológica de tais documentos.

No entanto, concepções teóricas e filosóficas se fazem necessárias para permitir a reflexão acerca das questões relacionadas à materialidade e imaterialidade da informação, à reprodutibilidade técnica (ao modo benjaminiano) dentro de um viés histórico. Assim, o

² O neologismo “cibercultura” especifica “[...] o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modo de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço.” (LÉVY, 1999, p. 17)

quarto capítulo é dedicado a meditar sobre as possibilidades imagináveis da biblioteca porvir, a biblioteca que acolhe, acumula, dissemina escritos históricos e atua potencialmente em processos textuais abertos, flexíveis, interativos. Desse modo, analogias são construídas entre o espaço digital e as atuais técnicas de reprodução artística e científica que propiciam em potencialidade a difusão e o acesso às mesmas. Buscou-se nos teóricos, como Jacques Derrida, Michel Foucault, VÍlem Flusser, Pierre Levy, sustentações filosóficas para tal capítulo.

Sem deixar de se atrair pelo arrebatamento revolucionário do ciberespaço, o quinto capítulo nos apresenta a relação do intelectual orgânico inserido na academia e a comunicação científica, propondo ao leitor uma reflexão do atual processo de produção científica que, por vezes, culmina em textos publicados em periódicos especializados. Esse capítulo também trabalha o conceito de rizoma proposto por Gilles Deleuze e Felix Guattari e busca estabelecer uma ponte entre seus argumentos e a discussão sobre disseminação, visibilidade (o ver e o ser visto).

Desse modo, após explanações teóricas e filosóficas, parte-se para um segundo momento do estudo, no qual dois capítulos tratam de assuntos relacionados às análises técnicas dos procedimentos de reprodução, os principais delineamentos que auxiliam o entendimento desse processo de reprodução da revista e que possibilitam experimentar o novo meio (ciberespaço). Especialmente discorrendo sobre limiares fronteiriços, acesso aberto, sistema de editoração científica e, em sequência, sobre as principais implicações, resultantes do desenvolvimento da atividade, para o conjunto de possibilidades, que não se esgotam e que envolvem leitores, autores, críticos e editores.

E, por último, as derradeiras escrituras articulam, examinam e entrelaçam os aspectos abordados nos capítulos anteriores. Além do mais, as considerações finais resgatam as questões que foram desenvolvidas no decorrer da dissertação, convidam os leitores a reverem alguns pontos nevrálgicos do estudo e apontam para novas perspectivas, novas pesquisas e leituras futuras.

2 PRIMEIRAS IMPRESSÕES

A presença de computadores no nosso cotidiano não pode ser mais considerada algo inusitado, incomum, pelo contrário. Salvo os problemas decorrentes da precária inclusão digital percebida na sociedade contemporânea, o que ainda pode ser considerado pouco usual são algumas práticas relacionadas às possibilidades inovadoras que o uso e a gestão de uma publicação científica literária em linha requerem.

Considerar a produção textual inserida em ambiente virtual significativamente representa, dentre outras questões, a ampliação de sua visibilidade e a adoção de novos procedimentos. Para isso é necessário compreender que parte do que encontramos atualmente em relação às pesquisas e aos estudos literários já nascem *on-line* e assim permanecem. Entretanto, a forma híbrida, ou seja, criações concomitantemente impressas e virtuais ainda possuem expressiva representação no meio acadêmico. Para Volpato (2008, p. 31), “Essa forma dupla é ainda a forma mais usual. Caracterizam a fase de transição.”

Ressalta-se que “O hibridismo, elemento desencadeador das novas pulsões estético-literárias, absorve os novos meios de comunicação e escritura, através dos recursos midiático-tecnológicos [...]” (DINIZ, 2010, p. 114). Nesse contexto, o hibridismo promove um intercâmbio ativo entre as duas formas de publicação científica, como numa malha de retroalimentação, mas que, pelo qual, nenhuma se sobreponha a outra. Portanto, não se objetiva explicitar ou mesmo validar uma mídia em detrimento da outra, não se trata de defender o formato impresso ou virtual de publicação, armazenagem e divulgação científica, mas, sobretudo, salientar as peculiaridades de cada uma.

Formatos e meios de publicações afora, evidentemente, a crítica literária aponta que alguns textos nascem com características literárias, outros atingem essa condição e a outros textos tal condição lhes é imposta, colocando no centro da discussão a questão da estética (EAGLETON, 1997).

Limiar difícil este, o de tentar estabelecer os parâmetros que existem entre o texto literário e o não literário. São questões plurais, mas que, de certa forma, trazem imbuídas aspectos evolutivos da teoria – isso talvez explique o porquê de geralmente os leitores identificarem as características determinantes de cada tipo de texto, independentemente se esses textos estão em formato impresso ou virtual.

A proposta desta pesquisa é realizar uma reflexão não sobre a literatura em si. Eagleton (1997) já apontava a complexidade de se conceituar a literatura apenas como uma escrita “imaginativa”, no sentido de ficção, ou o texto que se caracteriza por tratar a linguagem de modo peculiar. Nem tampouco da literatura eletrônica, conforme apontada por Katherine Hayles como aquela entendida como prolongamento da literatura impressa que se impõe como práticas experimentais que surgem após “[...] quinhentos anos de literatura impressa (e, naturalmente, após bem mais do que isso de tradição oral e manuscrita).” Vale lembrar que, ainda segundo essa autora, a Organização Literatura Eletrônica adota como definição de literatura eletrônica o fato de ser uma “Obra com um aspecto literário importante que aproveita as capacidades e contextos fornecidos por um computador independente ou em rede.” (HAYLES, 2009, p. 21).

Trata-se de um estudo a respeito dos periódicos científicos que compreendem parte da fortuna crítica contemporânea, mais especificamente sobre o processo de migração do formato impresso para o eletrônico de uma revista científica literária. Com isso, torna-se um estudo que descortina aspectos relevantes relacionados aos desdobramentos que envolvem tal procedimento. A coleção de documentos representados nesses processos possui textos que se configuram como fruto de análises científicas de conteúdos relacionados aos aspectos teóricos dos estudos literários, por exemplo, artigos, ensaios, entrevistas, dossiês.

Nesse contexto, elegeu-se a revista *Outra Travessia*, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Literatura da UFSC, como alvo deste estudo. A escolha por essa publicação ocorreu em função de ser uma revista com trajetória histórica influente no âmbito literário, pois publica, desde 1980, ainda sob a denteção de *Travessia*, textos rigorosamente pertinentes da área de teoria literária e literatura brasileira. Além disso, a escolha deu-se em virtude do fato que, em 2009, a revista passou pelo processo de inserção no Portal de Periódicos (PP) UFSC e, para tal, foi realizada a transposição do modelo impresso para o eletrônico, para adaptar-se ao novo ambiente. Atualmente as duas titularidades da revista se encontram disponibilizadas na íntegra no PP.³

3 A revista *Travessia*, <http://www.periodicos.ufsc.br/travessia>, conta com 39 edições digitalizadas e a *Outra Travessia*, <http://www.periodicos.ufsc.br/outra>, até julho de 2012, contabiliza 12 edições publicadas. Salienta-se que, no contexto de gerenciamento de publicações científicas, quando uma publicação passa por alteração nominal é necessário a solicitação de outro registro de ISSN

A revista *Outra Travessia* foi criada pela professora Zahidé Lupinacci Muzart, em 1980, sob o título *Travessia*. Desde a primeira edição já despontava a política adotada pela publicação:

[...] produções analíticas, críticas e teóricas feitas em função dos cursos ou estudos individuais, de acordo com os interesses de cada um. [...] a prioridade da nossa revista será justamente em função da literatura está acontecendo agora. [...] porém, não significa que os clássicos não tenham o seu lugar – porque o que os faz clássicos é a sua contemporaneidade. (MUZART, 1980, p. 3).

A organização da revista é marcada por alguns desafios como, por exemplo, a articulação da gestão entre organizadores voluntários das edições num esforço conjunto de manter a periodicidade da revista. Sobre esse aspecto, Capela e Scramim evidenciam:

Organizar, no caso, significou definir o tema (relacionado a pesquisas e reflexões que mobilizavam a atenção do organizador), convidar colaboradores, receber, revisar e redigitar os textos, providenciar capa, entrar em contato com a editora e a gráfica universitárias para tentar manter o prazo, enviar exemplares para conselheiros e assinantes, entrar em contato com a Biblioteca Universitária para que a revista fosse distribuída; em suma, inúmeras atividades que obrigavam os organizadores a lutar contra a falta de organização e estrutura que viabilizasse a publicação. (CAPELA; SCRAMIM, 2010, p. 164).

O momento de transição nominal da revista é assinalado por reestruturações que visavam à adequação normativa exigida pela Capes/Qualis e pelo CNPQ. Desse modo, o Conselho Consultivo passou a contemplar nomes de pesquisadores reconhecidos nacional e internacionalmente, evidenciando o rigor qualitativo empenhado pelos editores com o fim de não privilegiar a endogenia. A publicação da edição n. 40/1 demarca o fechar e abrir de um ciclo, não apenas

no IBICT. Para atender a padrões internacionais de normalização as revistas permanecem separadas dentro da plataforma de editoração científica.

referente à titularidade *Travessia/Outra Travessia*, mas, sobretudo, conexo ao propósito gerencial. Características estas ressaltadas a cada nova edição publicada.

2.1 PERIODISMO – MÚLTIPLAS LEITURAS

As publicações periódicas surgiram inicialmente sob a denominação do termo revista, derivado do inglês *review*. Apresentam-se como sinônimos correlacionados os termos magazines, hebdomadários e boletins. Na língua portuguesa, a palavra adquire o *status* de publicação no final do século XIX, quando se desvencilha da simples significação de “inspecionar tropas” (MARTINS, 2001). Ainda segundo a autora, historicamente:

A experiência do periodismo ancorava-se em agremiações e/ou grupos que se queiram colocar, valendo-se do aperfeiçoamento do papel e de suportes técnicos que uma imprensa secular vinha permitindo operacionalizar, conjuntura favorecida, especialmente pelo evoluir dos meios de transportes. Jornais, e em seguida revistas, tornaram-se instrumentos correntes de informação, consignando-se aos primeiros as notícias de teor político e de divulgação imediata e às revistas temas variados, de informação mais elaborada, anunciando as últimas descobertas sobre matérias abordadas. (MARTINS, 2001, p. 39)

Somam-se às características apresentadas o fato que a revista se diferencia do livro e do jornal, no sentido em que o primeiro era considerado um objeto “sagrado” e consagrado, e o segundo possuía o propósito de divulgação de notícias com vistas à periodicidade diária. Entretanto, as revistas, especialmente as científicas, se propõem à publicação de temas específicos, examinados cuidadosa e profundamente, e apresentam periodicidade definida.

Observa-se que o movimento intelectual que culminou com o surgimento dos periódicos científicos, em meados do século XVII, trazia incorporadas várias razões para tal ação, com destaque para a necessidade de comunicação formal e permanentemente disponível por um longo período de tempo e, acima de tudo, endereçada a um grupo de pessoas específicas.

Para Meadows (1999, p. 8), o uso do termo periódico começa a ser utilizado “[...] na segunda metade do século XVIII e se refere a qualquer publicação que apareça a intervalos determinados e contenha diversos artigos de diferentes autores.”

A tônica da periodicidade está presente na definição do termo periódico. Sobre a periodicidade, Eluan aponta que:

A periodicidade refere-se ao intervalo de tempo em que o periódico será publicado, por exemplo, mensal, trimestral, quadrimestral, semestral ou anual. A publicação em partes sucessivas geralmente atende à regra que subdividem-se por ano, volume, número, fascículo ou caderno, ressaltando que nem todos os periódicos possuem todas essas características. (ELUAN, 2009, p. 28).

Desse modo, estabelece-se que revistas científicas são periódicos, entretanto algumas publicações periódicas não são revistas, podendo citar como exemplo os anais de congresso. Volpato (2008). Assim, guardadas as diferentes atribuições terminológicas – revista/periódico – cabe salientar que, neste estudo, os dois termos serão usados como equivalentes.

Por sua vez, no contexto literário, é possível encontrar na bibliografia existente argumentos que visam a diferenciar os modelos de periódicos entre si. Desse modo, ao retomar o campo literário explica-se que:

O termo “revista de literatura”, ou “revista literária”, evoca aquele tipo de publicação periódica independente das instituições, de tiragem reduzida, de alcance restrito por vocação, que recusa grandes públicos [...]. São geralmente idealizadas e produzidas por grupos de intelectuais – poetas, críticos, artistas, escritores, em suma – o que nelas encontram o veículo de suas ideias, de seus princípios estéticos e políticos, de suas obras, ou seja, da produção crítica e criativa desse mesmo grupo. (CAMARGO, 2003, p. 21-22).

Segundo a autora, ao vincular os títulos das revistas a algum programa de pós-graduação, a revista passa a ser considerada uma

publicação universitária científica e não mais apenas um veículo de formação independente.

Transformações institucionais da ciência e da literatura associadas à trajetória histórica do gênero de publicação podem explicar alguns equívocos editoriais, considerados até mesmo estratégias de mercado “[...] cujas origens se confundem com o lugar e com as formas do literário na modernidade, especialmente com a consolidação da crítica como forma de saber.” (CAMARGO, 2003, p. 22). Desse modo, os argumentos da autora apontam para três tipos de periódicos no campo da literatura: periódicos institucionais associados às universidades ou associações científicas, periódicos independentes com tiragem reduzida e que geralmente utilizam o termo “revista” no subtítulo e, finalmente, periódicos de ampla circulação, exemplificado pela autora pela *Cult – Revista Brasileira de Cultura*.

Nesse contexto, a revista *Outra Travessia* é caracterizada como uma publicação científica institucional, pois suas edições publicam documentos resultantes de exercício da crítica, em outras palavras, reflexões intelectuais de pesquisas científicas, artigos de revisão, de caráter opinativo e conteúdos de natureza acadêmica que utilizam o processo de avaliação *peer review* com revisores⁴ provenientes de diferentes instituições, além disso, está vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Literatura (PPGL) da UFSC.

Sobre as características de uma revista científica, Volpato (2008, p. 18) destaca que:

Somente elas têm o respaldo do método científico, um sistema esmerado há quase quatrocentos anos e que serve de base, entre outras coisas, para o rápido crescimento tecnológico [...]. Para identificá-las, devemos reconhecer nelas duas características primordiais: a existência de análise crítica de conteúdo, exercida por especialistas reconhecidos pela comunidade da área; as ideias têm respaldo empírico, num rígido discurso lógico e coerente.

Ressalva-se que a revisão por pares ou *peer review* garante a legitimidade da comunicação científica. É uma prática que ocorre desde 1775 e significa que as pesquisas são submetidas à apreciação e análise

⁴ São termos correlatos ao termo revisor: parecerista, relator, assessor, avaliador, crítico, referee etc.

por cientistas/intelectuais da mesma área. É condição *sine qua non* que o processo de revisão seja anônimo. Quando se é mantido o anonimato duplo entre autores e avaliadores, o processo é comumente denominado *double peer review*.

Além de possuir os atributos acima citados, a revista *Outra Travessia* apresenta outros fatores que contribuem para reforçar seu caráter científico, a saber: um conselho editorial multi-institucional e devidamente especificado; a definição clara das regras de submissão dos originais; a definição da norma (ABNT) como padronização dos documentos; e, além disso, a distribuição equilibrada da autoria de seus documentos, evitando a endogenia. Em pesquisa realizada no webqualis, em 2011, constatou-se que a revista estava avaliada como B1 nos critérios *Qualis*, situação esta alterada em recente avaliação que elevou o conceito da publicação para A2 na área de Letras, Linguística. Trata-se de um resultado, de certo modo, esperado, pois após inserção dos dados no PP, a revista foi indexada em diretórios e bases de dados nacionais, recebeu o Digital Object identifier (DOI), ampliou sua visibilidade e disponibilidade de acesso, o que contribuiu positivamente na sua avaliação.

Também é importante ressaltar que metodologicamente, neste estudo, optou-se por uma pesquisa bibliográfica, que permite a verificação de um determinado tema sob diferentes nuances e explora renovadas conclusões, conforme é possível observar nos apontamentos de Lakatos e Marconi:

[...] abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses [...]. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto [...]. (LAKATOS; MARCONI, 2010, p. 185).

A metodologia consiste em leituras teóricas que fundamentam os propósitos por ora apresentados e subsidiam reflexões sobre parte vivenciada por essa experiência. As primeiras leituras foram dedicadas especialmente aos argumentos de Vilem Flusser – escrita e imagem técnica; Walter Benjamin – reprodutibilidade técnica; Michel Foucault – materialidade do discurso e enunciados, associando-os ao universo da crítica estabelecida ao ciberespaço mediante as propostas de pensadores

como, Pierre Levy – cibercultura, Katherine Hayles – literatura eletrônica, dentre outros. Para estabelecer a relação entre a comunicação científica, o intelectual e o conceito de rizoma foi trazido à luz o posicionamento de Edward Said, Norberto Bobbio, Gilles Deleuze, Félix Guattari. Ao considerar o *modus operandi* do processo, buscaram-se autores contemporâneos que discutem assuntos relacionados ao acesso aberto, visibilidade e editoração eletrônica. Desse modo, a dissertação buscou conjugar cânones da bibliografia mundial com novos pesquisadores objetivando não apenas repetir o já dito, mas, sobretudo, abrir espaço para a construção de novos diálogos.

Assim, chega-se às perguntas que norteiam a pesquisa: como se compõe o processo de transposição dos documentos impressos para o meio eletrônico e o que é possível depreender acerca das implicações e consequências de se lidar com a materialidade/imaterialidade do meio virtual e como compreender as potencialidades do periódico eletrônico sob o ponto de vista dos seus leitores, dos autores, dos avaliadores e especialmente dos editores dos periódicos científicos da área de Teoria Literária e Literatura Brasileira?

Para conhecer respostas para esses questionamentos foi necessário delimitar, como objetivo principal, a análise, no sentido amplo, do processo de reprodução técnica da *Outra Travessia*, e para se atingir esse propósito, demarcou-se como objetivos específicos: esboçar estruturalmente a materialidade das sete primeiras edições transpostas da revista com a realização de um inventário retrospectivo dos principais assuntos e autores abordados nas edições, ressaltando a forma e o conteúdo; perceber a mediação da transposição que envolve as categorias materialidade/imaterialidade; estabelecer a relação entre a figura do intelectual orgânico, a comunicação científica e o conceito de rizoma proposto por Deleuze e Guattari; apresentar sistematicamente os processos que envolvem a transposição de documentos impressos para o virtual; e verificar os novos parâmetros de procedimentos e conduta dos leitores, autores, avaliadores e editores de periódicos eletrônicos.

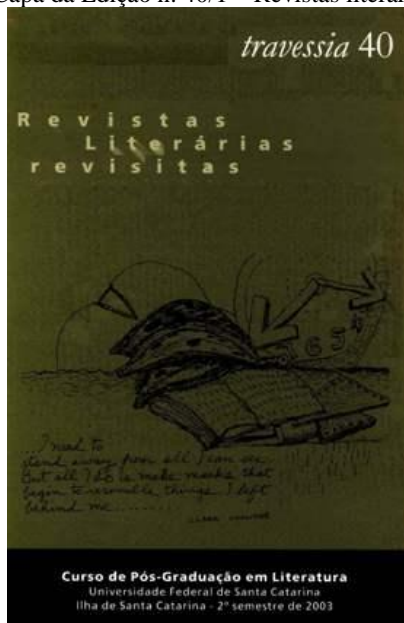
3 OUTRA TRAVESSIA – (RE)APROPRIAÇÕES DE UM NOVO OLHAR

Neste capítulo serão abordadas as primeiras edições (n. 40/1 a n. 7) da revista *Outra Travessia* que se submeteram aos procedimentos de transposição do impresso para o eletrônico. A análise inicia-se a partir da edição que marcou a transição nominal da publicação, ou seja, *Travessia – Outra Travessia*. Essa transição foi caracterizada por uma inovação gráfica, novo *layout* e, especialmente, renovado conselho consultivo com a inclusão de intelectuais de diversas instituições nacionais e estrangeiras.

Em seguida, serão retratadas as demais edições em seus aspectos estruturais, ressaltando as temáticas apresentadas pelos autores e as propostas de seus organizadores e editores. Foram realizadas leituras de todos os documentos, perfazendo um total de 104 documentos que incluem os editoriais, ensaios, entrevistas e apêndices.

3.1 REVISTAS LITERÁRIAS REVISITAS

Figura 1: Capa da Edição n. 40/1 – Revistas literárias revisitadas



Fonte: *Outra Travessia*, 2003.

“Nem melhor, nem pior, apenas Outra”.
(Carlos Eduardo Schmitt Capela e Susana Scramim)

Essa frase pontua bem os sentimentos dos editores ao apresentarem a edição v. 40, n. 1 de 2003 da *Travessia/Outra Travessia*. O ponto forte dessa edição, sem dúvida, é o aspecto híbrido que a caracterizou. É chegada, mas é também partida. A *Travessia* chega ao seu número 40 após 23 anos de publicação e a *Outra Travessia* surge embrionária, mas com o propósito elevado de “[...] publicar ensaios recentes de intelectuais de reconhecido renome, visando a atuar de modo fomentador na cena cultural brasileira.” (CAPELA; SCRAMIM, 2003, p. 5).

Sua numeração peculiar denotava esse período transitório pelo qual passava a publicação. Sua legenda de rodapé expressava *Travessia* 40, *Outra Travessia* 1. Fiel ao seu propósito, a referida edição traz no seu corpo textos reflexivos acerca do próprio periodismo. Assim, no primeiro texto, os editores transcrevem fragmentos de autores como Mallarmé, Valéry, Moacir Castro, John King, Sylvie Patron que abordam questões que envolvem as próprias revistas, traçando um diálogo metalinguístico.

Um resgate da trajetória desse gênero de publicação derivado do jornal é a tônica do ensaio da professora Maria Lucia de Barros Camargo, que ressalta a importância desse veículo de comunicação formal, especialmente as revistas literárias, como espaço para se dar voz a grupos de artistas e intelectuais que:

[...] elegendo afinidades, valem-se das revistas para constituir-se e para defender e propagar novos valores literários, estéticos e, também, políticos. Este tipo de revista, “una de las redes de la crítica”, funciona, portanto, como elemento formador e legitimador do próprio grupo que a faz, garantindo, a seus participantes, visibilidade e reconhecimento e, muito frequentemente, antagonismos e conflitos, na proporção direta ao grau de polêmica e de novidade suscitado pela produção do grupo. (CAMARGO, 2003, p. 30).

A autora ressalta ainda que existe uma dificuldade em classificar de modo adequado as revistas do campo literário no *qualis* e atribui esse fato à tradição dos periódicos dessa área, ou seja, a insuficiência já

superada pela crítica na divisão entre “[...] ‘magazines e jornais’ de um lado e ‘revistas científicas’ de outro” (CAMARGO, 2003, p. 35). Conclui registrando que, a partir dos anos 60, com o incremento do sistema de pós-graduação no Brasil, surgem revistas vinculadas aos programas objetivando divulgar a crítica da comunidade acadêmica.

A 40/1 conta também com o depoimento de Ana Luiza Andrade, editora da *Travessia* durante cinco anos, o que correspondeu aos números 26-36. Seu texto descortinou parte do percurso para se chegar ao quadragésimo número da revista. As agruras e os desafios que enfrentam aqueles que se propõem a assumir a editoração científica são destaque em seu discurso, que alterna relatos de persistência com pinceladas de passionalidades. São reflexões resultantes do empenho e dedicação do fazer editorial conciliada, por vezes, com os afazeres inerentes à condição de professora universitária. A autora destaca a resistência encontrada no momento de reformulações internas, uma vez que externamente se manteve o mesmo padrão editorial, da *Travessia* que passa a publicar textos com propósitos definidos ratificando claramente o potencial crítico que possui uma revista literária Além disso, a autora estabelece analogias entre livros, folhetim, revistas e leques.

Ettore Finazzi-Agrò, editor de duas revistas italianas que tratam de assuntos relacionados às culturas de língua portuguesa, expõe em seu texto suas opiniões e dúvidas sobre o que ele denominou de mediação e prática de estudo e divulgação de textos e autores estrangeiros num contexto cultural. A prática da mediação cultural é, para Finazzi-Agrò, conexas à atividade do tradutor, pois exige de quem as pratica fidelidade ao objeto e capacidade subjetiva para reinventar esse objeto num contexto cultural e/ou linguístico do outro. Nesses dois contextos existe sempre uma margem de diferença que pode ser minimizada, porém não apagada pelas peculiaridades.

O texto, em língua espanhola, de Mabel Moraña (2003, p. 68), esclarece que a “[...] revista é uma peça fundamental no processamento e divulgação de mensagens, na interconexão de setores sociais e na canalização de novos projetos que se veem obrigados a negociar constantemente seu lugar na esfera pública.” A autora ressalta que por meio da revista, considerado um objeto cultural, circulam e se renovam as tradições, passando por novos públicos, novas leituras, novas demandas. Especifica também os desafios que uma revista cultural deve responder na atualidade: multiculturalismo, multilinguismo, transdisciplinariedade, modificação do campo cultural e da função

intelectual, novas zonas de análises, realinhamentos políticos no interior dos campos culturais e o esvaziamento ideológico.

Seguidamente, as ideias literárias que circularam nas três fases do suplemento cultural/literário *Folhetim*, publicado pela Folha de São Paulo nos anos entre 1977 e 1989, foram destaque no texto de Marco Antonio Maschi C. Chaga. Destaca-se em sua análise que a primeira e segunda fase do suplemento é marcado como um lugar de indagações a respeito da produção da literatura por meio de crônicas elaboradas por jornalistas culturais. A terceira fase é marcada pela publicação de documentos teóricos sobre a literatura e a ficção. Essa fase coincide com um novo posicionamento discursivo permeado por um decréscimo de textos ficcionistas e ascensão de textos teóricos, o que fez com que o *Folhetim* assumisse a fala da comunidade acadêmica nacional exibindo textos especializados para leitores de literatura, psicanálise e filosofia.

Após esse texto, Jorge Wolff elabora um ensaio, a partir do primeiro capítulo da sua tese como aluno de pós-graduação em literatura da UFSC, no qual aborda os posicionamentos de grupos e de periódicos culturais franceses, argentinos, brasileiros e norte-americanos nos anos de 1960 e 1970, com destaque para o jornal literário de vanguarda *Tel Quel*.

A edição híbrida, reformulada em sua formatação e qualidade gráfica e também nas suas questões editoriais, recebe como texto de fechamento o questionamento de Antonio Carlos Santos sobre a posição do crítico cultural. Para isso, destaca a participação de Gonzaga Duque como crítico cultural das revistas *Guanabara*, *Gazetinha*, *Kosmos*, dentre outras. Santos, ainda, analisa a obra *Mocidade Morta*, de Gonzaga Duque, e destaca sua excentricidade crítica e como este concebe a posição do crítico cultural no final do século XIX.

3.2 DA CUNHA EUCLIDES DE CUNHAS

Figura 2: Capa da edição n. 2 – da Cunha, Euclides de cunhas



Fonte: *Outra Travessia*, 2004a.

“[...] ultrapassar os limites de oposições pouco fecundas [...]”
(Susana Scramim)

Esse era o propósito do segundo número da *Outra Travessia*, publicada no primeiro semestre de 2004 e organizada por Susana Scramim. A publicação possui dez documentos contendo ensaios críticos dedicados à reflexão sobre o pensamento e obra de Euclides da Cunha, além do relato crítico de Milton Hatoum que, em forma de conto, abre a edição. O “Uma carta de Bancroft” evidencia o caráter complementar existente entre crítica e ficção.

Raul Antelo aborda em seu texto – “Séries e sertões: a questão da heterogeneidade” – o fato da obra *Os Sertões* poder ser lida em sua heterogeneidade discursiva. Já Ana Luiza Andrade, a propósito da paisagem brasileira, sintetiza no cacto “Abaporu”, de Tarsila do Amaral, a forma e a cor da paisagem para o Brasil e o mimetiza ao sertanejo de Euclides da Cunha. Destaca que nas obras de Gilberto Freire, *Perfil de*

Euclides e Nordeste, a paisagem do nordeste e o homem são combinações definindo um só perfil.

O impacto do livro de Euclides da Cunha, *Os Sertões*, como pioneiro em demolir a ideia sem fundamento de conspiração monárquica antirrepublicana internacional, com aliados em Nova York e Buenos Aires, da revolta de Canudos é destaque do ensaio de Florencia Garramuño, que aborda a importância da obra de Euclides da Cunha para a ruína do mito estabelecido pela classe dominante a respeito da realidade nacional. O livro descortina o atraso social do interior brasileiro e as atrocidades cometidas pelos considerados heróis de guerra, o que revelou e despertou o desapontamento nacionalista com a Guerra de Canudos. A autora afirma que *Os Sertões* inaugura um gênero na literatura brasileira que realiza interpretação e reflexão sobre a modernidade e a modernização da cultura brasileira com ênfase ao tratamento e reconhecimento das diferenças. Esse gênero, comenta, foi seguido por Paulo Prado com seu *Retrato do Brasil* e por Gilberto Freire em *Casa Grande e Senzala*.

A proposta de João Cezar de Castro Rocha em seu ensaio é de criar uma hipótese relativa ao gênero da obra de Euclides da Cunha, o qual ele denominou de *Ensaio parnasiano* e cujo cerne está na posição analítica com o uso sistemático de metáforas como um modo de conhecimento totalitário. “O ensaio parnasiano seria a resposta aos paradoxos que Euclides identificou na formação social brasileira.” (ROCHA, 2004, p. 65). Essa proposta seria uma tentativa de compreender a obra de Euclides que, segundo o autor, situa-se na passagem entre articulações literárias e sociológicas pertinentes ao modo peculiar do engenheiro-escritor que reúne ciência e arte na prosa.

O tema relacionado à classificação do livro *Os Sertões* também é tratado por Ivya Alves, que aponta que o tratamento da linguagem pressupõe uma perspectiva científica, documentária, associada com nacionalismo e rigor na exploração linguística. Para Alves, nas duas primeiras partes da obra não restam dúvidas quanto ao teor científico, porém a terceira aproximava-se do literário. Esse fato fez com que os críticos da época não determinassem a classificação de *Os Sertões* e simplesmente o designavam como *livro*, apontando o texto euclidiano num panorama híbrido.

Lourival Holanda, em “A linguagem da história”, considera que a história sob o ponto de vista dos registros das formações e transformações sociais traz como resultado um discurso, uma representação do real. Para o autor, a obra *Os Sertões* estabelece espaço

de relação entre o fato (ponto de partida) e o modo discursivo (uma linguagem que transpõe e interpreta a realidade).

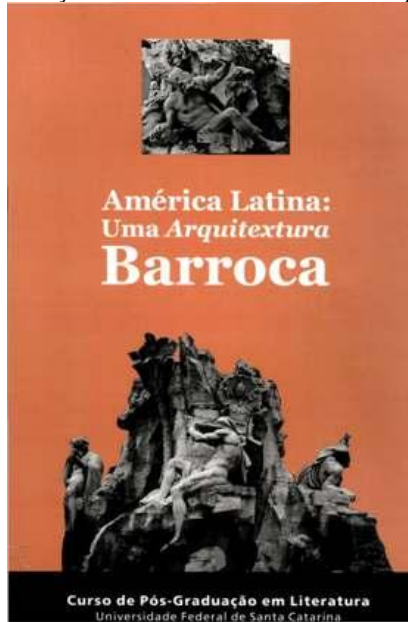
A obra *Os Sertões* tornou-se o lugar onde ambiguidades foram reveladas e instauradas – essa é a constatação do ensaio “Belo Monte, cidade imaginária”, de Sandra Mara Stroparo. Belo Monte era o nome do vilarejo que se formou a partir de inexpressivo número de casas e atingiu a marca de 5.200 habitações. A divergência nominal entre Belo Monte e Canudos é representada pelas diferentes características ideológicas, ou seja, a primeira era vista como uma ameaça para a República, a segunda deveria combatê-la.

A editora da edição, Susana Scramim, assina um ensaio que aborda a questão da indefinição dos limites fronteiriços entre a filosofia, a religião e a literatura na obra consagrada de Euclides da Cunha. Ressalta que Euclides recorreu a métodos da poesia, às figuras de linguagem (metáforas, metonímias, antíteses) para escrever *Os Sertões*, denotando as peculiaridades da passagem entre diferentes gêneros textuais encontradas na obra. As funções do poeta arcaico, o Vates, são percebidas no texto euclidiano e na obra de Glauber Rocha, pois seus modelos discursivos estão marcados pelos contextos de suas épocas.

Carlos Eduardo Schmidt Capela escreve “Esse ser tão estrangeiro” e atesta que a obra de Euclides da Cunha testemunha a preocupação do autor com temas relacionados aos aspectos políticos do Brasil e também da América Latina, o que pode ser especialmente ratificado no ensaio “Da Independência à República”, publicado na revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1908. Nesse ensaio, Euclides reclamava dos principais aspectos que, para ele, dificultavam o processo de caracterização da nação e de seu povo. Capela ainda destaca que, em vários escritos de Euclides, ficava clara sua atenção positiva em relação à presença de estrangeiros em território brasileiro, considerando que os grupos de não nacionais poderiam agregar benefícios para o avanço artístico e cultural brasileiro. Apesar de toda aparente simpatia pelos estrangeiros, Euclides condena politicamente a manutenção de uma proposta de reforma constitucional, na qual se abre espaço para possível elegibilidade de um estrangeiro para cargo de chefe da Nação e de Estado. A supremacia do sertanejo nordestino, cujo caráter foi moldado pela capacidade de se adaptar e de se integrar à natureza, compõe parte da resposta que Euclides encontra para os dilemas sobre os quais se debatia.

3.3 AMÉRICA LATINA: UMA ARQUITEXTURA BARROCA

Figura 3: Capa da edição n. 3 - América Latina: uma arquitetura barroca



Fonte: *Outra Travessia*, 2004b.

“[...] as discussões em torno dos estudos culturais, dos estudos de gênero e da transdisciplinaridade.”

(Carlos Eduardo Capela e Susana Scramim)

A terceira edição da *Outra Travessia* inicia-se de modo inusitado, os editores propõem uma enquete intitulada *Entre Miradas*, com a finalidade de propiciar a reflexão acerca dos saberes críticos na América Latina. Para tal feito, foram elaborados cinco questionamentos relacionados ao tipo de influências teóricas que alguns autores consideram relevantes para a configuração de seus trabalhos, do projeto de investigação pessoal em atuação, com destaque para principais leituras que estão realizando no momento. Além de revelar a opinião dos críticos latino-americanos e provocar a reflexão sobre a existência de uma crítica literária e cultural na América Latina, o objetivo era destacar na apresentação das opiniões o propósito das discussões ocorridas pela crítica das últimas três décadas envolvendo os estudos

culturais, de gênero e transdisciplinaridade. Para mapear a prática da crítica latino-americana foram propostas aos intelectuais as seguintes questões: 1) Que tipos de influências teóricas você considera importantes para a configuração do trabalho crítico que você tem realizado?; 2) Qual é o seu projeto de investigação pessoal neste momento?; 3) Quais as leituras que está fazendo atualmente?; 4) Em sua opinião seria interessante a existência de uma crítica literária e cultural de âmbito latino-americano? Por quê?; 5) O que você pensa das discussões realizadas nas últimas três décadas pela crítica literária sobre os estudos culturais, de gênero, de transdisciplinaridade?

Dessa forma, intelectuais como Noé Jitrik, Silviano Santiago, Raul Antelo, Doris Sommer, Eneida Maria de Souza, Diana Sorensen, Heloísa Buarque de Hollanda discorreram sobre as enquetes propostas.

Destaca-se também na edição a tradução inédita de parte do livro *La folie du voir*, de Christine Buci-Glucksmann, tradução realizada por Juliane Büerger do texto “A imagem-cristal do modernismo”.

Na sequência, Ana Porrúa, da Universidad de Rosário, apresenta o texto “Una polémica a media voz: objetivistas y neo-barrocos en el Diario de poesia”. O texto se propõe a discutir a polémica suscitada por Daniel García Helder ao escrever considerações acerca do tratamento do neobarroco na Argentina, ressaltando como a crítica desse país lidou com elas.

“Ressurgência barroca: estilo e tradução cultural em Jacques Derrida” é o título do artigo de Paula Glenadel, que intenta aproximar as concepções barrocas (termo preferido a neobarroco, pela autora) da escrita de Jacques Derrida. Para Glenadel, Derrida segue padrões barrocos, super-retóricos percebidos em articulações conceituais como, por exemplo, espectralidade, hospitalidade, entre outros. Utiliza o termo ressurgência como metáfora para se compreender a produtividade na contemporaneidade, especialmente impulsionado pelas leituras culturais propostas por Derrida.

Jair Tadeu da Fonseca busca no seu ensaio refletir sobre as relações entre alegoria, barroco e neobarroco presentes nas obras de Lezama Lima e Glauber Rocha, privilegiando o ponto de vista estético e político. Ressalta que o uso do barroco, para classificar filmes e textos contemporâneos, traz à tona o reconhecimento renovado de procedimentos característicos tradicionais, ratificando que o fenômeno estético e cultural se prolonga tanto temporal como espacialmente.

Os textos à volta da biografia de Alvar Núñez Cabeza de Vaca (*Naufrágios y comentarios* e *El largo atardecer del caminante*) foram alvos de um estudo comparativo realizado por Maria Cândida Ferreira

de Almeida, da Universidade de Sevilha, no ensaio “La construcción, de-construcción y reconstrucción de Alvar Núñez Cabeza de Vaca”.

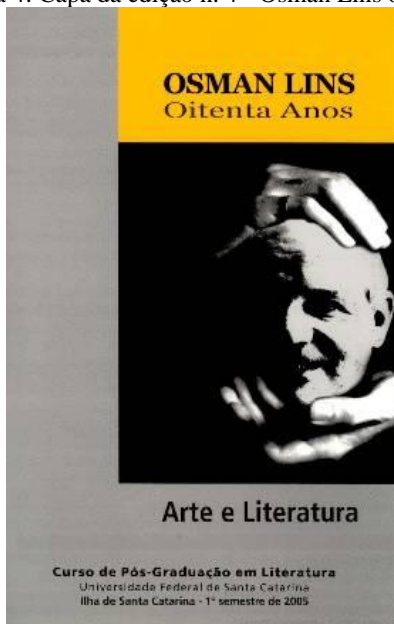
A edição n. 3 exhibe aos leitores dois ensaios que permeiam a temática em torno da obra do cubano Alejo Carpentier – *Concierto Barroco*. No primeiro, Isabel Jasinski aborda o tópico, presente na obra, “Conquista do México” sob o ponto de vista da reciprocidade entre palavra e música. Carpentier coordena fatos históricos com a ópera e o carnaval calcados num viés barroco individualizando, assim, sua linguagem. Por outro lado, no segundo ensaio, Rosa Maria da Silva analisa o discurso carpentieriano enfocando a linguagem da multiplicidade na unidade. Esse critério de análise constitui uma das cinco categorias opositivas criadas por Wölfflin. São categorias originadas para as artes plásticas traduzidas, por meio da correspondência das artes, para o campo literário. Desse modo, a autora revisita as páginas de *Concierto Barroco*, considerada a obra que sintetiza as concepções ideológicas do escritor e as relações dialógicas de seu discurso com o Barroco.

A poesia neobarroca brasileira e hispano-americana é destacada por Antonio Andrade numa leitura comparativa entre as obras dos poetas Haroldo Campos (brasileiro) e Roberto Echavarren (uruguaio), evidenciando o vínculo entre poesia e pintura. As obras dos referidos escritores são reconhecidamente diferentes, contudo estimulam discussões das vanguardas estéticas dos anos 1960 no Brasil e na América Hispânica.

Lezama Lima ressurge como objeto de análise no ensaio de Cristiane Silva, intitulado “Lezama Lima e el reflejo heridor”. O ensaio aponta que no poema *Muerte de Narciso* a nova funcionalidade da estética barroca no século XX na América Latina é potencializada pelo poeta cubano.

3.4 ARTE E LITERATURA: OSMAN LINS, 80 ANOS

Figura 4: Capa da edição n. 4 - Osman Lins 80 anos



Fonte: *Outra Travessia*, 2005a.

“[...] se tornar pontos referenciais de crítica osmaniana.”
(os editores)

Assim é apresentada a edição número quatro da *Outra Travessia*, que exhibe ao público leitor um conjunto de textos acerca da relação entre Arte e Literatura. Alguns textos foram apresentados no II Seminário de Arte e Literatura: Osman Lins Oitenta Anos, promovido pela UFSC em setembro de 2004; outros são resultantes da chamada anterior da revista.

A edição semitemática contribuiu para o enriquecimento da fortuna crítica de Osman Lins. Os textos temáticos, combinados com os induzidos, são organizados em seções e agrupados por categorias, a saber: arte e literatura, literatura e pedagogia, literatura e teatro, escritura e leitura em *Rainha dos Cárceres da Grécia*, corpos escritos e 10 razões para se ler Osman Lins.

Ainda como parte da apresentação da edição, Ana Luiza Andrade traduz o texto da professora Susan Buck-Morss, “Pensar além do terror o islamismo e a teoria crítica de esquerda”, com destaque para suas considerações a respeito da arte hoje. Para Buck-Morss, o mundo contemporâneo valoriza os artistas e não a arte propriamente dita. A arte hoje pode ser considerada liberta, pois se submete apenas ao gosto e decisão do artista e não mais aos preceitos de juízo reflexo de uma arte comercialmente globalizada.

Ana Luiza Andrade abre o circuito “arte e literatura” com o ensaio “Um livro de mulheres espectrais: montagens para ler e ver”, que apresenta particularidades da obra *Avalovara*, pensada como romance arquitetado em forma de mulher, considerado por Ana Luiza como livro-palíndromo, pois encerra diferentes possibilidades de leituras.

Marta Martins Lindote escreve um texto comparativo entre o tema palíndromo presente tanto na novela *Avalovara*, de Osman Lins, como na instalação “Palíndromo Incesto”, do artista plástico Tunga, instalação esta que desafia sua própria descrição, pois sua circularidade enigmática impede seu desvendamento. As obras citadas acionam um debate sobre o aspecto formal e compartilham a arte e o jogo.

A partir dos aspectos plásticos da obra híbrida *Retábulo de Santa Joana Carolina*, de Osman Lins, Rita Lenira aborda em seu ensaio o plano pictórico geral e os desenhos da personagem elaborados por meio de diferentes olhares. A autora conclui avaliando que Osman Lins valoriza a palavra ou o fragmento escrito associando-os a elementos plásticos, numa coadunação que apropria e critica.

“Escrituras de montagem: agenciamentos da percepção”, texto de Maria Salete Borba, exhibe aos leitores considerações a respeito do escritor, diretor e roteirista, Valêncio Xavier. Em seu livro, *O menino mentindo*, Xavier evidencia seu modo peculiar de escritura que, mediante recursos de corte e repetição, hibridismo e cinemática, resulta em um discurso que sugere uma montagem. Na obra *Avalovara*, de Osman Lins, também é possível perceber essa característica no modo como o autor constrói e estrutura o eixo narrativo. Borba destaca que os dois autores possuem como traço marcante a artesanania moderna, que se traduz na utilização da colagem e certa falta de acabamento da narrativa.

Na sequência, a edição apresenta o ensaio de Simone Curi, que inicia sua escrita apresentando uma leitura de um quadro de Salvador Dalí realizada por Bárbara Cassin e que ilustra um dos dois destinos da identidade. A partir dessa apresentação, Curi assinala que o rosto é referência, construção e anulação, mesmo que simbólica e instantânea.

Lauro de Oliveira examina o ensaísmo de Osman Lins em seu sentido amplo. Seu texto considera ensaio tudo o que Lins publicou, dentro e fora da ficção, e que o levou a assumir uma posição crítica social ou literária. Lins buscava cumplicidade com o leitor e o valorizava. Para ele, o leitor é alguém com qualificação para a leitura e, portanto, o escritor exige uma posição singular e inteligente dele. Para Lauro de Oliveira, esse posicionamento de Osman Lins o aproxima do educador Paulo Freire, pois a partir da adoção do aperspectivismo na sua narrativa ficcionista, Osman aproxima-se da pedagogia democrática, participativa de Freire.

Wladimir Garcia escreve o ensaio “Osman Lins educador”, no qual estabelece que a palavra “educador”, referindo-se a Lins, um escritor em guerra com seu tempo, deve ser entendida como um sentido reverso, transgressor. O princípio pedagógico em Lins perpassa pela elaboração de um leitor atrelado a uma relação com a riqueza literária. Nesse contexto, o ensaio apresenta um diálogo entre o pensamento de Nietzsche e de Osman Lins.

Traçar um diálogo também é o propósito do texto “Osman Lins e a literatura infantil: um diálogo com Monteiro Lobato”, de Ermelinda Ferreira, que discute o posicionamento de Lins como um educador, confrontando-o com Monteiro Lobato. Os dois autores dedicaram-se passionalmente à causa literária e isso se refletia nas suas obras. Seus valores compartilhados, apesar do íterim temporal, caminham em direção à educação. Ambos os autores se indignaram com o descaso das instituições de ensino com a literatura, cada um ao seu modo e tempo.

O texto de Osman Lins mais conhecido do grande público é, sem dúvida, *Lisbela e o Prisioneiro*. E é esse texto a base para a composição do ensaio de André Carreira, que supõe hipóteses de uma encenação. Para isso, é necessário pensar as características cênicas presentes no texto, como a referência espacial, ordenando-a a propiciar o ritmo do texto e das personagens.

Raul Antelo escreve “Labirintos da biblioteca do pobre” e aborda a temática da leitura enquanto escritura na obra *Avalovara*. Nesse sentido, o autor se propõe, a partir da referida obra, compreender as nuances da crítica utilizadas como julgamento de valor. Além disso, afirma que boa parte da estética de Osman Lins está relacionada com a apropriação material do livro como valor circulante e que o escritor não se posiciona contra a pedagogia modernista, mas a reconfigura.

O último romance de Osman Lins, *A rainha dos cárceres da Grécia*, é destaque no ensaio de Hugo Almeida. Nele o autor afirma que Lins possuía inquietações e indignações frente aos aspectos da

sociedade, o que é tratado como “veneno” no ensaio, ou seja, a ironia e o sarcasmo que espelhavam a sociedade desigual e injusta.

Ainda sobre o romance citado, a análise do narrador dessa obra foi o propósito de Viviane Mury, em seu ensaio. Num romance fragmentado escrito em forma de diário, o narrador analisa um livro de sua amada, Júlia Marquezim Enone (JME). A identidade misteriosa do narrador é levada ao desvendamento quando este mergulha no texto de JME para se entender.

Outro destaque da edição é o texto, “A implosão do cárcere”, de Marcus Rogério Salgado, que busca analisar a obra *A Rainha dos Cárceres da Grécia* sob o aspecto de convergência de tendências à experimentação associado aos procedimentos de composição literária. Desse modo, restringe a análise a questões como dispersão do enredo, estrutura em palimpsesto, intertextualidade, além da falta de cronologia das narrativas, mudanças de foco narrativo, cruzamentos de monólogos e reduplicação.

A representação do leitor em *A rainha dos cárceres da Grécia* é alvo do estudo realizado por Kátia Fonseca, que ressalta a marcante interação entre leitor e texto na referida obra. Isso se deve ao fato de o romance inovador possuir um narrador que reflete sobre a criação e a crítica literária ao mesmo tempo em que também se posiciona como leitor, criando hipóteses sobre o que o texto quer significar. Osman Lins atribui essa característica aos três planos de apresentação da obra: o real-real, o real-imaginário e o imaginário-imaginário.

Os jogos especulares constitutivos da produção literária que conjugam os corpos do escritor/autor, do texto e do leitor são o interesse de Fernando Rocha no romance *A rainha dos cárceres da Grécia*. Em seu ensaio, “A ética da leitura: entre o corpo do escritor, o corpus textual e o corpo do leitor”, Rocha afirma que nesse jogo literário existe um reconhecimento da escrita que se repete na leitura, pois o leitor e seu corpo também deixam marcas.

A aproximação de duas obras, o poema *O corpo insurrecto*, de Luiza Neto Jorge, e algumas fotografias da série *Seduzir*, de Helena Almeida, com o objetivo de encontrar pontos convergentes com base na autorrepresentação é a proposta de Margarida Reis e Paulo Mendes. As duas autoras das obras analisadas se unem pela sedução que o corpo exerce, e os limites que este impõe propiciam uma reflexão de si mesmas.

Para finalizar a número 4 da *Outra Travessia*, Lourival Holanda enumera 10 razões para ler Osman Lins.

3.5 A EXCEÇÃO E O EXCESSO AGAMBEN & BATAILLE

Figura 5: Capa edição n. 5 - A exceção e o excesso Agamben & Bataille



Fonte: *Outra Travessia*, 2005b.

[...] um limiar de relações teóricas.”
(Os editores)

Essa é a constatação a que chegaram os editores da edição n. 5, Carlos Eduardo Schimdt Capela e Susana Scramim, ao escolherem tratar dos temas Exceção e Excesso. Temas estes que ratificam a ocorrência das relações teóricas de modo interdisciplinar no âmbito da UFSC. Fato ressaltado na iniciativa do Programa de Pós-Graduação em Literatura em trazer Giorgio Agamben, em setembro de 2005, para participar de um evento na universidade. Na ocasião ficou evidente a zona de intersecção e de contágio com outros programas de pós-graduação e disciplinas, especialmente com o curso de Pós-Graduação em Direito e com o curso de Filosofia.

Nesse contexto, a n. 5 está dividida em três partes: a exceção, o excesso e, finalmente, a exceção e o excesso. Assim, na seção primeira, o texto inaugural é a tradução de uma conferência proferida no Brasil

pelo próprio Agamben, “O que é um dispositivo?”. Nela, Agamben estabelece o conceito de dispositivo usado por Foucault. De modo simplificado, o conceito aponta que dispositivo é uma rede que se estabelece entre os elementos como: discursos, instituições, leis etc. Possui uma função estratégica concreta e uma relação de poder. Agamben comenta que o termo utilizado por Foucault é proveniente do termo positividade, de Hegel. O interesse de Foucault no uso do termo está relacionado ao modo como este atua nas relações, nos jogos de poder.

Ettore Finazzi-Agro salienta, em seu texto “Meios (s)em fim o estado de exceção na obra de Giorgio Agamben”, que o autor em estudo tem mantido uma relação estreita com a área da teoria política ou da filosofia da história. Destaca que o tema central da reflexão de Agamben, nos últimos anos, é a Autoridade e o modo como ela age sobre os direitos individuais.

Márcio Seligmam-Silva analisa o ensaio de Walter Benjamin de 1921, “Zur Kritik der Gewalt”, com o propósito de apresentar a figura da exceção, conceito central do pensamento de Benjamin, sob os pontos de vista políticos e teórico-metodológicos.

João Camilo Penn assina o ensaio “Sobre Viver (Entre Giorgio Agamben e Primo Levi)”. O texto afirma que o tema da problemática do humano é alvo de estudo de Agamben em suas obras *O que resta de Auschwitz* e *O arquivo e o Testemunho*

Giorgio Agamben e Ítalo Calvino um dia sonharam em publicar uma revista, mas jamais chegaram a realizar esse sonho. Ao afirmar essa passagem, Alberto Pucheu trabalha seu texto observando que a característica de quem escreve é escrever sem ter um motivo, sem um porquê. Alexandre Nodari comenta em seu ensaio – “Grilar o improfanável: o estado de exceção e a poética antropofágica” – a tese sobre o conceito de história de Walter Benjamin sob o ponto de vista da sociedade do espetáculo, da estrutura do Direito e da antropofagia.

A seção denominada “O excesso” inicia-se com a tradução do texto, inédito no Brasil, *Bataille e o paradoxo da soberania*, de Giorgio Agamben. Esse texto é resultante de fala proferida durante seminário sobre George Bataille, realizado na Itália em 1986. O texto antecipa argumentos agambenianos que serão repensados em seu livro *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua*, de 2002.

Em seguida, apresenta-se a tradução do texto do prefácio de *Madame Edwarda*, no qual Bataille afirma que o excesso é a exceção. A obra *Madame Edwarda* também é analisada por Osvaldo Fontes Filho, no ensaio “Um prefácio para uma impossível narrativa”, ao mesmo

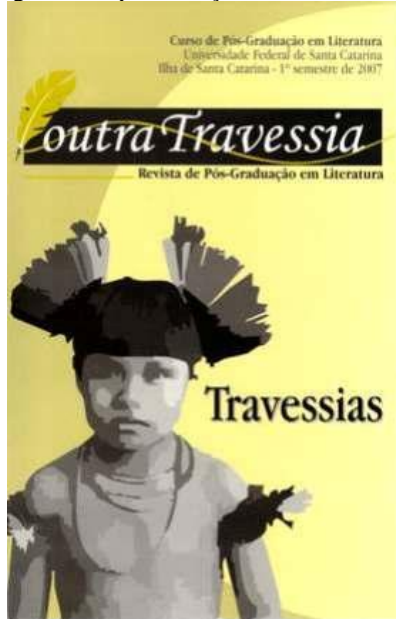
tempo em que Marcelo Jacques de Moraes exhibe a trajetória da *Revista Documents*, criada em 1929, cujo um dos animadores era Bataille. A revista teve 15 números em 2 anos de circulação e colaboradores provenientes de diversas áreas (história da arte, musicologia, arqueologia, dentre outros.)

Alexandra Vieira de Almeida pensa a questão do erotismo enquanto experiência de subjetividade e transbordamento e para isso lança mão de São Juan de La Cruz para exemplificar essa hipótese, no ensaio “Bataille e San Juan de La Cruz: a linguagem do excesso erótico”. Encerrando a seção temos o estudo “Excesso ou leitura do aparato moderno”, de Maria Salete Borba. Nele a autora se propõe a ler o excesso como um conceito que auxilia a compreender o pensamento moderno e para isso apropria-se de fundamentos de escritores de épocas diferentes, mas com obras que permitem tal reflexão: *Minha Mãe*, de Bataille e *Minha Mãe Morrendo*, de Valêncio Xavier.

Na terceira e última seção, “A Exceção e o Excesso”, encontram-se textos teóricos voltados a discutir o problema da relação entre esses dois conceitos. Assim, temos os textos de Vera Lins “Entre o excesso e a exceção: a profanação do jornal;” Marta Martins Lindote, com “Restos do sacrifício: lei, corpo, linguagem”; Wladimir Garcia e o seu “Lateralidades”; e, finalmente, Susana Scramim, com “A exceção e o excesso”.

3.6 TRAVESSIAS

Figura 6: Capa da edição n. 6 - Travessias



Fonte: *Outra Travessia*, 2007.

“[...] espaço a manifestações várias, a algumas travessias literárias e culturais.”
(Os editores)

Assim é apresentada aos leitores a edição número 6 da revista *Outra Travessia*, publicada em 2007 e organizada por João Hernesto Weber e Pedro de Souza. A edição foi organizada em seções, que contemplaram diferentes temas e abordagens teóricas, sequencialmente intituladas: “Espaço, tempo, culturas”; “Releituras da tradição”; “Gênero: novas travessias”; “O Homem subterrâneo”.

Na primeira seção, encontramos o texto de Ian Alexander, “Leituras Novo-mundistas”, que enfoca a experiência do colonialismo como um modo de contato entre culturas que geram culturas novas. Além disso, esse texto apresenta um modelo estrutural de classificação que articula a teoria pós-colonial anglófona e os estudos literários no sul do Brasil, a partir de três fatores culturais: povos indígenas, colonizadores e escravos ou prisioneiros.

A seguir, Paulo Daniel Farah analisa o trabalho de Jeff Malpas no livro *Place and Experience: a Philosophical Topography*. Farah argumenta acerca da dimensão espacial que toda experiência mental ou física possui, justificando assim o título do seu ensaio “Contribuições literárias para a compreensão do sentido de lugar na Geografia”. Destaca ainda que os estudos sobre o espaço e sobre a relação entre literatura e geografia se intensificaram nos últimos anos.

O ensaio de Ana Lúcia Branco está dividido em duas partes: na primeira, apresenta o estudo metodológico que alude o conceito de transculturação proposto por Ángel Rama; e, na segunda, compreende a aplicação da metodologia na obra de Guimarães Rosa, *Grande Sertão: Veredas*.

Após esses textos, a revista apresenta a segunda seção, intitulada “Releituras da tradição”. Essa seção é iniciada pelo texto de Claudio Cruz sobre a autobiografia poética *Boitempo*, de Carlos Drummond de Andrade, tentando associá-la a uma tradição de memórias da infância na literatura brasileira. Em sua análise, Cruz evoca Casimiro de Abreu, que se dedicou ao tema da infância (memórias da infância), e alguns de seus contemporâneos como, por exemplo, o modernista Manuel Bandeira.

O ensaio “Libérrima: sobre Cecília Meireles”, de Otto Leopoldo Winck, estuda o livro de poemas *Viagem*, de Cecília Meireles. O livro publicado em 1938 é composto por 100 poemas e ressalta a importância da autora para a poesia brasileira do século XX e é mapeado pela relação com o simbolismo e com o modernismo.

A temática do ensaio de Marcelo Cizaurre Guirau, “Sonhando acordado: um surrealismo nada inconsciente”, propõe, a partir das abordagens de Walter Benjamin e Theodor Adorno, refletir o surrealismo e seu caráter crítico-objetivo, enfocando a validade da transposição dessas reflexões para o contexto brasileiro, especialmente no romance *O anjo*, de Jorge de Lima.

“Mário de Andrade e a música” é o título do texto de Francini Venâncio de Oliveira. A partir do conjunto de crônicas musicais publicadas por Mario de Andrade na *Revista do Brasil*, entre os anos de 1938 e 1940, a autora apresenta a pouco conhecida produção musical que denotava a consciência político-social e o seu compromisso com a arte engajada.

Aluísio Azevedo é lembrado no ensaio de Ângela Fanini, que analisa o último romance do autor denominado *Livro de uma sogra*, de 1895. Fanini manifesta que Azevedo inicia uma crítica carnalizada, na acepção do termo dada por Mikahil Bakhtin, e, portanto, propõe uma reclassificação da obra a partir de uma perspectiva estético-sociológica.

Abarcando textos dos discursos sobre a cidade, a terceira seção, “Discursos sobre a cidade”, inicia-se com Helena Tornquist e a análise da obra *A Grande arte*, de Rubem Fonseca, considerada uma renovação do gênero policial que é representativa de um período no qual a expressão artística delinea-se para a estetização da realização.

Uma análise comparativa entre a peça *A moratória*, de Jorge Andrade, e o romance *Pedaços da fome*, de Carolina Maria de Jesus, é o objetivo do ensaio de Bianca Ribeiro Manfrini. O texto apresenta como painel social o tema, bastante abordado no século XX, a migração do campo para a cidade. Jorge Andrade nasceu em uma família de latifundiários em decadência e Carolina Maria de Jesus, de origem humilde, nasceu em Minas Gerais e migrou para São Paulo, onde acabou morando numa favela. As duas obras possuem forte ligação com a biografia de seus autores.

Ivety Walty estuda a parceria social e textual presente em vários eventos culturais marcados pela relação dos artistas com a população excluída das cidades. Cita parcerias em projetos que aproximam diferentes pessoas e segmentos sociais como, por exemplo, Ana Botafogo – bailarina clássica, e Carlinhos de Jesus – professor de dança popular; e a pesquisa realizada pelo rapper MV Bill, o fotógrafo Celso Athaide e o antropólogo Luiz Eduardo Soares que resultou em um vídeo e um livro. A partir dessa análise, aborda as revistas alternativas *Ocas* (São Paulo e Rio de Janeiro), com sua peculiar característica de dar voz a sem-tetos que, geralmente, não encontram espaço em outros jornais e revistas, e *L’Itinéraire* (Montreal), que em diálogo com *Ocas* reproduz notícias brasileiras em suas edições.

A próxima seção, “Gênero: novas travessias”, inicia-se com o texto “Gênero e estereótipos nas séries televisivas de ficção científica”, de Cristina Amich Elias. O ensaio indaga se o fato da ficção científica adaptada aos cânones televisivos aporta ou não para uma estrutura narrativa voltada à quebra dos estereótipos femininos, tão presentes nas narrativas iniciais do gênero, no qual as personagens femininas nas primeiras ficções científicas eram construídas a partir de concepções sexistas e misóginas.

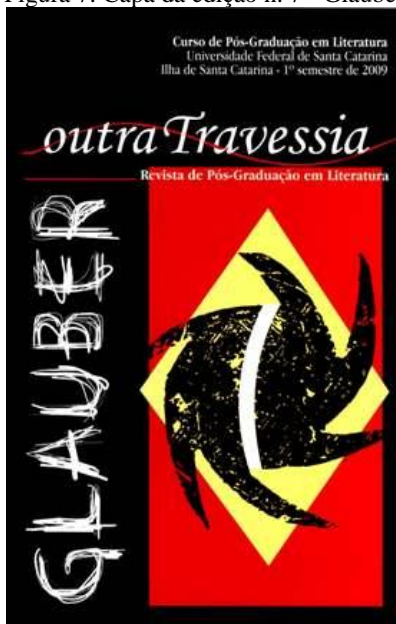
O texto “Uma travessia de discursos e de afetos: sobre as Cartas portuguesas”, elaborado a quatro mãos por Renata Farias e Marta Inês, questiona o binarismo masculino/feminino presente em *Cartas portuguesas*, obra caracterizada pela autoria polêmica e que desestabiliza regras de leitura e de classificação. Desse modo, pelo seu estatuto de obra, assinala um *entre-lugar* na abordagem de gênero e do autor.

O fascículo encerra-se com dois artigos na seção “O homem subterrâneo”, nos quais os autores analisam Machado de Assis. O primeiro artigo, de Anna Palma, trabalha a questão do “duplo”, característica presente em vários contos de Machado de Assis, servindo como objeto de análise os contos “Capítulo dos Chapéus”, pertencente à coletânea *Histórias sem Datas*, publicado em 1884, ricamente composto de duplicidade, e “O Espelho”.

No segundo texto, Luís Carlos Cancellier de Olivo realiza um estudo sob o campo da teopoética, ou seja, estudos literários sobre Deus, e possíveis diálogos interdisciplinar entre teologia e literatura. Nesse contexto, analisa a obra *Memórias póstumas de Brás Cubas*, ressaltando os possíveis conflitos entre a moral dos personagens e alguns dogmas da fé católica como o pecado, culpa sofrimento e perdão.

3.7 GLAUBER

Figura 7: Capa da edição n. 7 - Glauber



Fonte: *Outra Travessia*, 2008.

“Imagens e palavras”
(O editor)

Para encerrar este capítulo da dissertação, que tratou de apresentar sinteticamente os delineamentos que compõem as edições da revista, chegamos à edição híbrida, ou seja, a n. 7, que foi o primeiro número a receber tratamento técnico e ajuste intelectual para se moldar ao formato eletrônico.

Essa edição, organizada pelo editor Sergio Medeiros, homenageia o pensador, escritor e cineasta Glauber Rocha e inicia-se com a palavra de Paloma Rocha, filha de Glauber, que concebe uma entrevista à professora Rosana Kamita e fala do seu envolvimento com o Tempo Glauber. O projeto, que se trata de um museu com arquivos do cineasta, serve de referência para pesquisadores e estudiosos da sua obra. O projeto, que contempla 22 filmes e quase 100 mil documentos, está dividido em dois projetos, a saber: Coleção Glauber Rocha fase 1 e Projeto Tempo Glauber.

Em seguida, Dirce Waltrick realiza uma entrevista com o cineasta e documentarista Joel Pizzini, e destaca a colaboração do entrevistado, desde 2002, na Fundação Tempo Glauber atuando como codiretor do projeto de restauração e preservação da memória da obra de Glauber e na realização de documentários realizados em parceria com sua filha Paloma Rocha.

Jair Tadeu da Fonseca aborda no seu ensaio “Guimarães Rocha (ou Glauber Rosa)” aspectos de aproximação entre os referidos autores. A obra *Riverão Sussuarana* é um bom exemplo dessa aproximação. Nela, tanto Guimarães Rosa como o próprio Glauber são personagens. A narrativa é desafiadora do ponto de vista ortográfico e de afirmação autobiográfica de autoria e personagens fantasmagóricos.

A edição apresenta uma seção dedicada a entremostrear imagens da vida e da obra de Glauber. Ressalta-se que estas foram cedidas pela associação dos Amigos do Tempo Glauber.

A segunda seção da revista, intitulada “Cinema, literatura, história”, conjuga o cinema com outras artes. O primeiro texto dessa seção é de autoria de Adalberto Müller, que se propõe a construir conceitos acerca de literatura e de cinema compreendidos a partir de um campo de análise comum à literatura e ao cinema, o estudo da mídia e da intermedialidade.

O próximo ensaio, “El goce totalitário de Salò a Abu Ghraid”, de Eduardo Subirats faz uso da literatura de Sade e do cinema de Pasolini para investigar a relação entre tortura e racionalidade civilizatória. Na sequência, Alai Garcia Diniz reflete o desenvolvimento tecnológico e como este alterou a literatura que enfoca objetos híbridos e apresenta

diferença em relação a máquinas de leitura de imagens, corpos e papéis. O autor compartilha as práticas experimentais de Augusto Roa Bastos no conto “El trueno entre lãs hojas”, que, por meio do deslocamento que a retextualização promove, migra para o campo do cinema.

A edição traz dois textos na seção “Depoimentos sobre Lacoue-Labarthe” (1940-2007). Os autores dos ensaios dessa seção são, respectivamente, João Camilo Penna e Vírginia Figueiredo, que foram alunos de Philippe Lacoue-Labarthe. O primeiro escreve *Pedagogia do Umheimliche*, no qual relata suas percepções sobre o modo como professor praticava o ensinamento. No segundo texto “A política do pensamento”, a autora homenageia seu mestre discorrendo sobre o primeiro encontro entre professor e aluna, que ocorreu em 1989 em Strasbourg, e como seu posicionamento político a influenciou. Destaca também a resistência brasileira em aceitar o fato de Heidegger ter tido envolvimento com o nazismo.

Há uma seção especialmente dedicada à análise da obra *O Espaço Literário*, de Maurice Blanchot, escrita pelas mãos do biógrafo Christophe Bident. No texto “Reconhecer a morte”, Bident aborda a questão do luto a partir de análise de Blanchot em Derrida e de Derrida com respeito a Blanchot. A seção ainda possui uma conversa entre o editor da revista, Sergio Medeiros e Bident. São discutidos temas relacionados à escrita e ao fragmento, ao discurso e ao diálogo, exibindo as particularidades do modo de pensar e escrever de Blanchot.

Na seção subsequente “Intelligentsia, delírio e ironia pós-moderna”, Aurora Bernardini estuda o termo *intelligentsia russa*, no ensaio “Os escritores russos na época do populismo”, considerando a trajetória do termo criado em 1850 pelo escritor Boborikin e os diferentes aspectos que compreendem o seu uso difundido em quase todos os idiomas do mundo.

Após esse ensaio, Maria Esther Maciel analisa a obra de Arthur Bispo do Rosário, adotando-a como uma enciclopédia híbrida composta por um emaranhado de saberes sobre as coisas do mundo. O inventário de Bispo é caracterizado pela tensão entre ordem e desordem presente no aspecto fragmentário e arbitrário dos sistemas de classificação. A seção é finalizada com o texto “Um tipo americano de tristeza: o próximo romance de David Foster Wallace e os próximos romances americanos”, de Caetano Waldrigues Galindo. O autor se empenha em olhar atentamente a produção de Wallace (1962-2008) considerado uma nova voz do romance americano.

A última seção da edição é composta pelos textos de Karin Volobuef e Maria Aparecida Barbosa. O primeiro é dedicado a analisar

como Novalis dialoga com o pensamento de Rousseau. O segundo texto trabalha a questão da intertextualidade/intermedialidade aproximando a literatura das outras artes. Para isso, elegeu-se o conto “Das Fräulein von Scuderi”, escrito em 1820 por E.T.A. Hoffmann, e a ópera “Cardillac”, de 1926, de Paul Hindemith, o compositor que se interessou pelo conto de Hoffmann e o transformou em ópera.

O fascículo encerra-se com o roteiro assinado por Silvia Biehl no qual é proposto suscitar discussões a partir de uma rede de dizeres a respeito de Glauber Rocha. As personagens do roteiro, curiosamente dois cineastas, falam sobre Glauber Rocha. Ressalta-se que esse roteiro foi filmado.

Assim, conclui-se o levantamento proposto no início do capítulo, ou seja, uma breve análise da forma e do conteúdo presente nos documentos que compõem o *corpus* do trabalho.

4 A BIBLIOTECA PORVIR: POSSIBILIDADES IMAGINÁVEIS

A biblioteca é um devir, uma tensão entre reunião e dispersão. A partir dessa tensão insolúvel, a mesma comentada por Blanchot ao escrever, a propósito de Mallarmé, *O livro por vir*, o presente capítulo se propõe a estudar essa tensão com fundamentos em uma conjuntura de biblioteca em um processo de eterno recomeço, movimento, possibilidade e potência. Lugar onde não é possível determinar início, meio e fim. Estrutura aberta e dinâmica.

A história do livro, sua diacronia e aprimoramento tecnológico se entrelaçam com o da biblioteca na medida em que esta:

[...] continue a abrigar todos os livros possíveis, e o número destes não diminua, [...] tal lugar, no entanto, seria convocado a se tornar, cada vez mais, tendencialmente, portanto, um espaço de trabalho, de leitura e de escrita, regulado ou dominado por textos que não correspondem mais à forma “livro”: textos eletrônicos sem suporte de papel, textos que nem mesmo seriam mais *corpus* ou *opus*, obras finitas e delimitáveis; conjuntos que nem mesmo formariam mais textos, mas processos textuais abertos e oferecidos, em redes nacionais e internacionais sem limite, à intervenção ativa ou interativa do leitor [...]. (DERRIDA, 2004, p. 22, grifo do autor).

Vários estudiosos analisam o objeto livro e suas variantes com o propósito de refleti-lo enquanto mito inserido numa inquietação binária finito/infinito, impresso/*on-line*, material/imaterial. A biblioteca porvir ressalta essa inquietação e se dispõem a pensar e articular o desenvolvimento inevitável da tecnologia na contemporaneidade, pois os fundamentos e projeções se confundem e, logo, refletir sobre o livro, sua estrutura e futuro demanda projetar esta reflexão à biblioteca.

A escolha do tema propõe uma reflexão acerca da biblioteca como um espaço acolhedor de produção de escritos históricos, acumulação de documentos arquivísticos e de disseminação. Nesse contexto, a transposição da revista *Outra Travessia* implica a passagem de um meio de expressão para outro, ou seja, do impresso, analógico para o eletrônico, virtual. A escolha da *Outra Travessia* como alvo do estudo é ratificada pelas afinidades que existem entre os temas livro, revista e biblioteca, o que valida a escolha da revista como alvo do

estudo. Ana Luiza Andrade (2003, p. 42) já afirmava que: “Para se entender melhor o periodismo em geral é necessário voltar à sua origem: o livro.”

Cabe ressaltar que o portal é gerenciado, desde 2009, pela Biblioteca Universitária (BU) e exerce administrativamente o papel de uma meta-editora.⁵ Suas ações vêm ao encontro do propósito de reunião/dispersão e reporta simultaneamente ao que Derrida debate como sendo tão essencial ao livro quanto à biblioteca:

pôr, repousar, depositar, guardar em depósito, armazenar e também acolher, recolher, juntar, consignar, coligir, colecionar, totalizar, eleger e ler reunindo. [...] reunir – para colocá-los à disposição dos usuários – textos, documentos, arquivos cada vez mais afastados tanto do suporte de papel quanto da forma *livro*. (DERRIDA, 2004, p. 22, grifo do autor).

No caso específico da revista *Outra Travessia*, torna-se relevante apontar que essa transposição está atrelada à conversão de superfícies planas em imagens por meio da digitalização dos textos. Nessa passagem, a imagem criada se interpõe entre a superfície e o olhar humano, entre o mundo tecnológico e o homem, trazendo à tona questões como a possível materialidade/imaterialidade presente em ambientes virtuais.

Distinções introdutórias são necessárias para se tentar compreender a problemática do porvir. Desse modo, inicia-se por analisar o objeto livro ressaltando que o termo será usado, nesse contexto, metonimicamente, para designar todo tipo de material bibliográfico que está em processo de transformação do atual modelo, suporte e que “[...] abarque em si todos os conceitos [...] do livro: a escrita, o modo de inscrição, de produção e de reprodução, a obra e a

5 O termo meta-editora foi usado por Rodrigues e Fachin (2010, p. 37) para explicar a organização de periódicos institucionais por meio de um portal “A organização de vários periódicos, de uma mesma instituição em um Portal, requer diversas ações integradas como: estrutura organizacional para viabilizar as ações de migração para a plataforma adotada; alocação de recursos para custos associados; definição da responsabilidade institucional para com o grupo de periódicos, que tende a se configurar como uma “meta-editora”. Sendo assim, o portal é composto por vários editores de periódicos científicos de diversas áreas do conhecimento e cada um com suas especificidades.

operação, o suporte, a economia do mercado ou da estocagem, o direito, a política etc.” (DERRIDA, 2004, p. 20), ou seja, o termo é, com efeito, deslocado para assim englobar periódicos, cartas, literatura cinzenta, dentre outros materiais comumente encontrados em ambientes de bibliotecas.

A biblioteca porvir é imaginável em seu sentido e função dentro de um panorama que abrange não apenas textos que se apoiam no papel, mas também os que o dispensam. Nessa perspectiva, o que se pretende estudar está muito além de simplesmente reconhecer e verificar o tratamento do conteúdo eletrônico – a imaterialidade, mas, sobretudo, perpassa pela sua produção, criação e reprodução em ambientes interativos.

Para iniciar a reflexão a respeito da materialidade/imaterialidade da informação na época da textualidade eletrônica é necessário retomar o tema da escrita, seu futuro tentando traçar um paralelo com o mundo digital. Com efeito, recorreu-se a um alinhamento teórico entre estudos sobre a imagem de superfície, imagem técnica, a relação homem-máquina, materialidade do discurso e reprodutibilidade técnica.

Iniciemos por destacar o modo como Vilém Flusser se dedicou a refletir sobre a escrita. Em obras como *A escrita: há futuro para a escrita?* e *O mundo codificado*, Flusser analisa a origem da escrita humana, as técnicas de escritura, a relação dos escritos com as imagens, dentre outros.

Para o autor, anteriormente à invenção da escrita, as imagens eram meios decisivos de comunicação. A condição humana é programada por superfície (na sua obra, esse termo é identificado por imagens) e mesmo após a invenção da escrita (compreendida pelo autor como o desenrolar da imagem em linha), os códigos de superfície continuavam influenciando a comunicação humana, situação que foi alterada com a invenção da imprensa, quando o alfabeto se impôs.

Destaca-se que Derrida se posiciona contra a postura de Heidegger sobre a escrita. Heidegger, em seus textos, lastima que as cartas manuscritas percam o indício individual, o gesto manual quando passam pela máquina; mas para Derrida (2004, p. 140) “Não é legítimo opor a escrita manual à escrita ‘maquinal’, como um artesanato pré-técnico à técnica. Ademais, a escrita dita ‘a máquina’, por seu lado, é também ‘manual’.”

Flusser distingue os códigos de superfícies pré-moderna da pós-moderna: o primeiro são produtos de arte no qual o homem tentava decifrar o mundo por meio das imagens, o segundo, produtos da tecnologia, onde as imagens interpretam as teorias referentes ao mundo.

Os códigos são os instrumentos que permitem aos homens darem sentido ao mundo que o cerca, pois:

A cultura ocidental como um todo pode ser considerada uma tentativa progressiva de explicar a imaginação (de explicar as imagens). Para tal feito foi criada a escrita linear, código que permite denotar os códigos imagéticos e assim clarear o ponto de vista da imaginação, tornando as imagens transparentes de novo para o mundo dos objetos. [...] a intenção por trás dos gestos da escrita linear. Elementos imagéticos isolados (pixels) são assim retirados da tela para serem ordenados numa sequência de pictogramas. (FLUSSER, 2007, p. 167).

Imagem e imaginação são termos relacionados, pois para se entender o processo de representação de algo presente no espaço e tempo é necessário considerar a abstração, a imaginação. Sobre esse aspecto, Flusser (2011, p. 21, grifo do autor) aponta que “*Imaginação* é a capacidade de codificar fenômenos de quatro dimensões em símbolos planos e decodificar as mensagens assim codificadas. *Imaginação* é a capacidade de fazer e decifrar imagens.”

Para o autor, a função da imagem é representar o mundo, mas o que se observa atualmente é uma disfunção, pois:

O homem, ao invés de se servir das imagens em função do mundo, passa a viver em função de imagens. [...] Trata-se de alienação do homem em relação a seus próprios instrumentos. O homem se esquece do motivo pelo qual imagens são produzidas: servirem de instrumentos para orientá-lo no mundo. Imaginação torna-se alucinação e o homem passa a ser incapaz de decifrar imagens, de reconstituir as dimensões abstraídas. (FLUSSER, 2011, p. 24).

Evidentemente, de modo peculiar na transposição da revista *Outra Travessia*, não se trata da imagem tradicional, aquelas que precedem os textos e exigem a presença de um componente humano, um agente que cria mentalmente seus códigos por meio de símbolos e está interposto entre a imagem e seu significado; mas sim de imagem

técnica, que pressupõe um aparelho e um agente que o manipula e que ontologicamente “[...] imaginam textos que concebem imagens que imaginam o mundo. Essa posição das imagens técnicas é decisiva para o seu deciframento” (FLUSSER, 2011, p. 30).

A percepção da imagem técnica subentende a análise da presença de máquinas no cotidiano. As máquinas são representações de órgãos humanos com ausência total ou parcial de discernimento, isso porque, até a Revolução Industrial, verificou-se a existência de máquinas orgânicas (almas) e máquinas inorgânicas: por exemplo, instrumentos de corte como a faca.

De certa forma, a teoria científica está presente nos dois modelos (orgânicas e inorgânicas), entretanto a consciência, o discernimento desta só é percebível com a industrialização. Sobre esse aspecto, Flusser afirma que:

A máquina industrial se distingue da pré-industrial pelo fato de que aquela tem como base uma teoria científica. Certamente a alavanca pré-industrial também tem a lei da alavanca no seu bojo, mas somente a industrial *sabe* que a tem. Habitualmente isso se expressa assim: as máquinas pré-industriais foram fabricadas empiricamente, ao passo que as industriais o são tecnicamente. (FLUSSER, 2007, p. 47, grifo do autor).

A sociedade pós-industrial trouxe à luz um novo arranjo na relação homem-máquina intensificado pela imaterialidade, ou seja, a invasão do que foi chamado pelo autor de “não-coisa”. Sobre esse aspecto, o autor destaca:

As informações que hoje invadem nosso mundo e suplantam as coisas são de um tipo que nunca existiu antes: são informações imateriais [...]. As imagens eletrônicas na tela de televisão, os dados armazenados no computador, são tão ‘impalpáveis’ (software) que qualquer tentativa de agarrá-los com as mãos fracassam. Essas não-coisas são, no sentido preciso da palavra, ‘inapreensíveis’. São apenas decodificáveis. (FLUSSER, 2007, p. 54, grifo do autor).

Nessa nova configuração, os aspectos fantasmagóricos, espectrais presentes no imaterial, fazem parte do cotidiano e provocam reflexões filosóficas, pois os documentos eletrônicos gravados em computadores representam o imaterial, ou do não-coisa. Flusser reforça esses argumentos ao assegurar que a memória do computador:

é uma não-coisa. De forma similar, também as imagens eletrônicas e os hologramas são não-coisa, pois simplesmente não podem ser apalpadadas, apreendidas com a mão. [...] não é sequer necessário que fantasiemos o futuro: a crescente imaterialidade e a impalpabilidade da cultura já são hoje uma vivência diária. (FLUSSER, 2007, p. 61-62).

Sobre a visão de um texto em formato de imagem na tela do computador, Derrida (2004, p. 147) ressalta que: “[...] vê-se reaparecer diante de si, de uma só vez objetivo, estável, independente e, contudo, flutuante, um tanto fantasmático, um corpo de letras colocadas na página e que não se carrega mais consigo, ou pelo menos não mais de todo [...]”.

É verdade que o texto apresentado na tela do computador pode ser considerado fantasmático, impalpável, mas, ainda assim, apresenta características presentes em processos de legitimação e publicação tradicionais, evidenciando que a cultura do papel coabita com a cultura do eletrônico. Acerca desse aspecto, Derrida observa que:

Sua silhueta espectral permanece; e, além disso, para a maioria dos intelectuais e dos escritores, o programa, o “*software*” das máquinas ainda se submete ao modelo espectral do livro. Tudo o que aparece na tela se dispõe *com vistas* ao livro: escrita linear, páginas numeradas, valores codificados das grafias (itálico, negrito etc.), diferenças dos corpos e dos caracteres tradicionais. (DERRIDA, 2004, p. 150, grifo do autor).

Ora, esse aspecto também é estendido ao contexto, particularmente das revistas científicas que tendem a preservar e a confirmar o comportamento tradicional de editoração no ambiente eletrônico: normas de apresentação, conselho consultivo, conselho

editorial especificado, avaliação por pares, que implica diretamente na legitimação do processo e seleção de materiais.

Assim, o computador (enquanto máquina) e a *web* instalam um novo lugar que sugere a imaterialização, pois, *a priori*, não há mais matéria, tudo está virtual. Mas o que é a virtualização além de uma passagem? Uma passagem entre materialidade, imaterialidade e novamente materialidade. Nessa articulação em movimento, Derrida (2004, p. 150) aponta que “A figura do texto ‘editado’ no computador é fantasmática, na medida em que é menos corporal, mais ‘espiritual’, mais etérea. Ocorre nesse caso uma espécie de desencarnação do texto”.

Pierry Levy (1999, p. 47) sinaliza que a palavra virtual “[...] pode ser entendida em ao menos três sentidos: o primeiro, técnico, ligado à informática, um segundo corrente e um terceiro filosófica.” No seu entendimento, a atração por todo esse movimento virtual ocorre em virtude da confusão entre os três sentidos. Filosoficamente, o virtual é “[...] aquilo que existe apenas em potência e não em ato [...]”. Nesse sentido, o virtual é comumente empregado para designar irrealidade. Em contrapartida, a “realidade” presume materialidade, algo tangível. Usualmente confere-se que é impossível que algo possua as duas características ao mesmo tempo. Todavia, para a filosofia “[...] o virtual não se opõe ao real, mas sim ao atual: virtualidade e atualidade são apenas dois modos diferentes da realidade”. (LEVY, 1999, p. 47). O autor exemplifica esse ponto quando diz que a árvore está “virtualmente” contida no grão, assim essa virtualização é real, mesmo que ainda não seja atual. O virtual/imaterial não se fixa em nenhuma posição de um plano espaço-temporal, mas ainda assim o virtual é real, ele existe sem estar presente.

Levy aproxima a digitalização da informação da virtualização ao afirmar que os códigos invisíveis inscritos nos computadores são transferíveis e reproduzíveis na rede e:

[...] são quase virtuais, visto que são quase independentes de coordenadas espaço-temporais determinadas. No centro das redes digitais, a informação certamente se encontra *fisicamente situada* em algum lugar, em determinado suporte, mas ela está *virtualmente presente em cada ponto de rede onde seja pedida*.” (LEVY, 1999, p. 48, grifo do autor).

A informação digital, interpretada, codificada em 0 e 1, só se torna conhecida, reconhecida, materializada por meio de sua exposição, em textos, imagens visíveis e sons audíveis. Todo esse processo indica que a comunicação continua “[...] com o digital, um movimento de virtualização iniciado há muito tempo pelas técnicas mais antigas, como a escrita, a gravação de som e imagem, o rádio, a televisão e o telefone.” (LEVY, 1999, p. 49).

Essa passagem de Levy remete-nos aos aspectos relacionados ao processo de reprodução técnica e à relação direta que existe com a visibilidade, nesse caso, com a visibilidade dos documentos científicos.

A partir dessas observações concebe-se que a inquietação a respeito da materialidade/imaterialidade presente em ambiente virtual perpassa pela análise das materialidades discursivas. Para tanto, retrocede-se aos estudos de Michel Foucault sobre a teoria do conhecimento, unidade na dispersão, especialmente porque o filósofo francês privilegia a palavra como componente que prevalece sobre a doutrina filosófica. Segundo Goulart, acerca do pensamento foucaultiano:

Na verdade, segundo o filósofo, os pensadores supunham estar trabalhando com conceitos, mas estavam, de fato, lidando com palavras, o que leva à conclusão de que todo conhecimento é textual e, portanto, relativo. Para Foucault, essa circunstância conduzia a fundamentos do conhecimento que direcionavam a própria dinâmica cultural, fazendo com que determinadas épocas tivessem a sua maneira de pensar e de produzir leis, prescrições e normas de conduta o que, para Foucault, é uma costura que se estabelece com o fim de instituir as relações de poder. (GOULART, 2003, p. 6).

Com efeito, buscou-se nos seus argumentos sobre materialidades discursivas e enunciados, possíveis contribuições que, relacionadas ao exposto anteriormente, levem a esclarecer o binômio materialidade/imaterialidade proposto inicialmente.

Assim, verifica-se que, para Foucault (2008, p. 134), a análise do discurso “Mostram-se como os diferentes textos de que tratamos remetem uns aos outros, se organizam em uma figura única, entram em convergência com instituições e práticas, e carregam significações que podem ser comuns a toda uma época.” Isso nos leva a inferir que

analisar as formações discursivas é o mesmo que tratar do enunciado, pois este é unidade do discurso. Sobre o enunciado, Gregolin (2004, p. 23) afirma que: “[...] é um conjunto de signos em função enunciativa.”. Desse modo, é condição *sine qua non* que o enunciado seja um componente do campo da função enunciativa, pois: “Entre o enunciado e o que ele anuncia não há apenas relação gramatical, lógica ou semântica; há uma relação que envolve os sujeitos, que passa pela história, que envolve a própria materialidade do enunciado.” (GREGOLIN, 2004, p. 24). Além disso, há outra característica que delimita, marca um enunciado – a capacidade intertextual: sua relação com as expressões que estão imbricadas na sua formulação, característica que denota a relação do enunciado com a memória. Assim:

Imerso nessa rede verbal, ele só pode ser apanhado em uma trama complexa de produção de sentido e, por isso, podemos concluir com uma característica geral e determinante sobre as relações entre o enunciado, o funcionamento enunciativo e a memória de uma sociedade. (GREGOLIN, 2004, p. 30).

Mas sem dúvida, a característica que delimita um enunciado e que melhor se encaixa nesse estudo é sua existência material, ou seja, sua condição relacionada ao lugar necessário de materialização. O discurso materializa-se em enunciados que podem ser orais, escritos, assim como nas pinturas, desenhos, entre outros. Foucault (2008, p. 113) questiona que:

Poderíamos falar de enunciado se uma voz não tivesse enunciado, se uma superfície não registrasse seus signos, se ele não tivesse tomado corpo em um elemento sensível e se não tivesse deixado marca – apenas alguns instantes – em uma memória ou em um espaço? [...] O enunciado é sempre apresentado através de uma espessura material [...]. Entretanto, a materialidade desempenha, no enunciado, um papel muito mais importante: não é simplesmente princípio de variação, modificação dos critérios de reconhecimento, ou determinação de subconjuntos linguísticos. Ela é constitutiva do próprio enunciado: o enunciado precisa ter uma

substância, um suporte, um lugar e uma data. (FOUCAULT, 2008, p.113-114).

Gaspar e Reis (2010) corroboram ao assegurar que a definição de enunciado “[...] pressupõe um dos princípios que o rege: a ‘materialidade’.” Por conseguinte, como num ciclo, os enunciados estão inseridos na memória da humanidade por meio da escrita e/ou da oralidade, apesar de não se fixar nessas modalidades, visto que eles se abrem a outras materialidades. (GASPAR, 2004). Desse modo, entende-se que todo enunciado presume a existência de uma materialidade passível de reprodução.

Foucault (2008, p.115) ressalta que não é uma materialidade sensível, qualitativa, demarcada, pois a materialidade muda. “[...] a materialidade do enunciado não é definida pelo espaço ocupado ou pela data da formulação, mas por um status de coisa ou de objeto, jamais definitivo, mas modificável [...]” Isso quer dizer que apesar de, por exemplo, reproduzir um texto em diversas edições de um mesmo suporte, isso não diferencia os enunciados, pois estes são equivalentes. Quando o processo de materialidade discursiva é passível de repetição, o enunciado se expressa em vários suportes que o mantêm em uma memória.

Sua materialidade repetitiva está atrelada à definição dos limites nos quais se vê cerceado pelo lugar estabelecido pelos outros enunciados, isso quer dizer que o enunciado se coloca à disposição para sofrer modificações e transformações. A análise da materialidade do discurso permite estabelecer vínculo entre diversas obras de variados suportes, épocas e categorias distintivas de composição literárias. Pois “os vínculos enunciativos não precisam ser exatamente da mesma materialidade na qual inicialmente foram produzidos [...] podem aparecer também em outros discursos e serem identificados em outras formas de linguagem.” (GASPAR, 2004, p. 235).

É sabido que Foucault contemplou parte dos seus estudos às análises dos discursos. Seu interesse passa ao longo de entender o arquivo enquanto presença acumulada de discursos. Isso “levou-o a propor uma teoria para analisar os discursos: a arqueologia. O fundamento dessa teoria é identificar os enunciados discursivos, relacionando-os às formações discursivas, pois as últimas é que geram o sistema de arquivo” (GASPAR, 2004, p. 233).

4.1 O ESPAÇO PÚBLICO – VISIBILIDADE DA PUBLICAÇÃO

Transpor documentos impressos para um ambiente eletrônico implica vários aspectos relevantes, destacando-se nesse processo a questão da ampliação da visibilidade da publicação.

A visibilidade está diretamente relacionada ao acesso aos documentos. A disponibilização de documentos em ambientes eletrônicos facilita o acesso aos mesmos. Mas, para que o leitor se aproprie do conhecimento existente eletronicamente em revistas científicas, existe um percurso a ser seguido pela publicação que envolve procedimentos sustentados pelo desenvolvimento tecnológico.

Observa-se nas colocações que Walter Benjamin trouxe à tona em seu ensaio *A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica*, de 1935/36, que o filósofo analisa as transformações profundas encontradas no processo de reprodução técnica de obras de arte no final do século XIX e início do século XX. No contexto histórico de suas proposições, a tônica de seu argumento está relacionada à reprodução fotográfica e cinematográfica, entretanto, o filósofo não se esquivava de comentar a reprodução técnica da escrita por meio da imprensa.

Para Benjamin, a imagem reproduzida pela fotografia liberou a mão (presente na litografia) e passou a responsabilidade da “captura” para o olho humano, ou seja, para a recepção ótica. Esse fato fez com que a reprodução técnica acelerasse ao ponto de equiparar-se à palavra oral. Evidentemente, é preciso contextualizar os argumentos expostos para o propósito estudado e situá-los na contemporaneidade marcada pela cibercultura, onde novos modos de reprodução técnica e material são utilizados. As citações a seguir trazem inseridos os termos “obra de arte”, portanto torna-se relevante deixar claro que serão realizadas analogias dos termos com o conteúdo presente na *Outra Travessia*, uma vez que, os textos ali inseridos foram pensados criticamente, mas podem ser lidos como literários, como uma forma de arte.

Kamita corrobora com esse pensamento ao dizer que:

[...] sabemos que a literatura possui uma dimensão que extrapola as fronteiras fictícias que tentamos lhe impor. Um exemplo disso é que se pode pensar a própria crítica como literatura, uma vez que há estudos nessa área passíveis de serem lidos pelo prazer que sua leitura oferece. (KAMITA, 2009, p. [7]).

Assim, Benjamin (1985, p. 171), continua-se o pensamento: “A obra de arte reproduzida é cada vez mais a reprodução de uma obra de arte criada para ser reproduzida”. Existem duas formas de reprodução quando se fala em transposição de documentos impressos para o eletrônico. Primeira, a própria transposição, no sentido técnico de migração de dados. Esta se torna uma reprodução na medida em que os documentos são tecnicamente tratados mediante digitalização e, num segundo momento, pós-digitalização e disponibilização, os materiais se mostram passíveis de novamente serem reproduzidos por meio de *downloads* e, até mesmo ironicamente, novamente impressos em papel. Desse modo, a reprodução técnica é criada para ser reproduzida. O material passa à imaterial e, por sua vez, pode materializar-se novamente em reprodução para o papel. Nesse fluxo, existe um movimento que é inesgotável, um lugar de passagem, clarificando o modo benjaminiano de se opor a qualquer forma de fechamento.

Outro aspecto considerado por Benjamin é o favorecimento que possui a reprodução técnica em aproximar o indivíduo da cópia da obra, situação por vezes impossível de se conceber com o original. Entretanto, para o filósofo, a substituição do original pela reprodução não ocorre sem que haja certa desvalorização, pois a autenticidade transmitida pela tradição se perde, ou seja, o componente histórico impregnado na materialidade da obra. Todas essas questões influenciam a percepção humana. Porém, a reprodução técnica confirma a promoção da visibilidade de textos científicos que, de certo modo, exprime “a realidade em função das massas e a massas em função da realidade [...]” (BENJAMIN, 1985, p. 170). Não seria exagero o uso do termo massa,⁶ pois por meio de mecanismos de estatísticas verifica-se expressiva difusão dos documentos.

Nesse movimento, a informação, a arte ou outra forma de expressão encontram-se e tornam-se destacáveis, transportáveis, reproduzidas em um lugar onde possam ser vistas. Infere-se que, em última instância, existe uma relação entre esse movimento e o seu público leitor, a massa. Para Benjamin (1985, p. 180), “É ela que vai controlá-lo. É ela, precisamente, não está visível, [...]. Mas a autoridade desse controle é reforçada por tal invisibilidade.”

Outro ponto de vista que merece ser levado em conta nos argumentos benjaminianos é o que ele chamou de valor de culto e valor de exposição. Segundo o autor, “À medida que as obras de arte se

⁶ Termo apropriado de Benjamin em sua obra *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*.

emancipam do seu uso ritual, aumentam as ocasiões para que elas sejam expostas.” (BENJAMIN, 1985, p. 173). Novamente, é possível fazer uma analogia com a proposta do estudo ao se pensar na ampliação da visibilidade que o ambiente eletrônico proporciona.

Claramente, a publicação impressa possui alcances menores quando se fala em condições de reprodutibilidade, disponibilidade e conseqüentemente acesso e visibilidade ao conteúdo produzido. Nesse sentido, existe o valor de culto, na medida em que o acesso fica restrito, possibilitando que o material produzido permaneça “secreto” aos olhos de um grande público.

O valor de exposição convive diretamente com o grau de deslocamento, de acessibilidade. Assim, no caso específico dos documentos eletrônicos, de acesso aberto, acessados via *web*, o grau de exposição cresce consideravelmente e isso permite que o valor de culto regreda, numa relação inversamente proporcional.

Sem dúvida, a reprodutibilidade propicia a difusão dos documentos, isso se considerarmos a questão do acesso livre e imediato ao conteúdo. Assim, pode-se afirmar que a transposição para o eletrônico é um modo de se criar o coletivo. A reprodução técnica altera a relação com o público. “*A arte contemporânea será tanto mais eficaz quanto mais se orientar em função da reprodutibilidade e, portanto, quanto menos colocar em seu centro a obra original.*” (BENJAMIN, 1985, p. 180, grifo do autor).

Deve-se pensar aqui, considerando o contexto das atualidades tecnológicas, que o seu uso superestimado reflete na questão da disseminação e visibilidade, como propunha Benjamin (1985, p. 194, grifo do autor) “[...] a reprodução em massa corresponde de perto à reprodução das massas.” Ou ainda, quando Derrida (2004, p. 140) afirmava que “A máquina continua sendo um sinal de separação, de privação, a instância da emancipação e da partida em direção ao espaço público”. Nesse momento, abre-se espaço para se pensar na difusão e acesso da informação, alinhando-os ao favorecimento proporcionado por esse ambiente. A difusão relaciona-se diretamente com o alcance, ou seja, os limiares fronteiros entre a informação e seus espectadores reais e potenciais. O acesso está atrelado à capacidade de difusão, evidentemente, só se acessa, virtualmente, aquilo que está disponibilizado, que por sua vez pode ser um material virtual ou “adaptado” para tal. Contudo, trata-se de implicações culturais e sociais do digital que “[...] se aprofundam e se diferenciam a cada nova interface, a cada aumento de potência ou capacidade, a cada nova ramificação para outros conjuntos de técnicas.” (LEVY, 1999, p. 112).

Posto isso, começa-se a delinear as primeiras conclusões sobre a presença da dualidade material/imaterial nos materiais localizados em suportes impressos e eletrônicos.

5 IMPRESSÕES TEXTUAIS

Neste capítulo, o foco será estabelecer os elementos que envolvem a relação entre a figura do intelectual, a comunicação científica e o conceito de rizoma. Serão trabalhados temas como: produção intelectual, produção acadêmica, produção científica, intelectual, disseminação, rizoma e visibilidade, buscando demonstrar a estreita ligação que há entre esses termos. Esse capítulo também resgata a trajetória histórica da comunicação científica no mundo e no Brasil, compreendendo suas etapas.

5.1 O INTELLECTUAL E A COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA

A produção intelectual é toda produção criada e publicada por intelectuais; produção científica é todo conhecimento produzido que propicia o avanço da ciência e tecnologia; e produção acadêmica corresponde a toda publicação resultante de professores, alunos e técnicos do âmbito acadêmico. As ligações entre as terminologias são evidentes e estreitas (TARGINO, 2010).

O termo “intelectual” teve origem na França durante o Caso Dreyfus. Este caso tomou repercussão após o artigo indignado e denunciatório denominado “*J’Accuse*”, de Émile Zola. Wolff comenta que o conteúdo do artigo exigia:

a revisão do processo de Dreyfus, oficial judeu injustamente condenado por alta traição, aparecem listas de apoio a essa iniciativa assinada por escritores [...], um músico [...], cientista [...], mas também professores, estudantes, arquitetos, advogados, médicos etc. É Maurice Barrès, antidreyfusista, que qualifica essa iniciativa, por derrisão, de “protesto dos intelectuais”, palavra nova e que se quer pejorativa, mas que é imediatamente retomada pelos interessados. (WOLFF, 2006, p. 47).

A partir de então, a palavra passa a ser usada na sociedade para se referir às pessoas que pensam criticamente essa sociedade. Wolff (2006, p. 47) alude aos intelectuais como sendo aqueles que “[...] exercendo uma atividade intelectual, usam seu prestígio adquirido nessas atividades para intervir no debate público e defender valores universais (justiça e verdade, em particular) [...]” Para tanto, continua Wolff “[...]”

deve haver três condições, [...] para que haja intelectuais: um certo tipo de sujeito social, um certo tipo de objeto (o universal) e um certo espaço onde ele possa se exprimir”.

Portanto, o intelectual para o autor é aquele que atua em nome dos valores universais da sociedade, mas para que esse intelectual possa interceder satisfatoriamente duas premissas são essenciais: primeiramente é preciso garantir a sua liberdade de pensar e de se expressar, ou seja, sua autonomia racional, seguido pela presença do espaço público, entendido, nesse caso, como os meios de comunicação e transmissão de suas ideias. Nesse contexto, surge o importante papel da escrita como principal meio de expressão dos intelectuais. Bobbio (1997, p. 67) corrobora esse pensamento ao afirmar que “[...] uma das funções principais dos intelectuais, se não a principal, é a de escrever.”

A figura do intelectual, por muito tempo, foi tratada de forma mistificada pela sociedade, pois havia no senso comum um entendimento de que considerava o afazer intelectual como um afazer supra-humano, dignos de poucos. Lentamente essa concepção foi sendo confrontada com os pensamentos pós-modernos, que passaram a manifestar outro conceito.

Norberto Bobbio foi um exemplo de pensador que buscou desmistificar essa concepção de intelectual/sobre-humano ao afirmar que:

[...] não se pode dissociar o significado de “intelectual” do significado de “intelecto” ou de “inteligência” e, portanto do uso prevalente de operações mentais e de instrumentos de investigação que têm alguma relação com o desenvolvimento da ciência. (BOBBIO, 1997, p. 120).

Nessa conjuntura, Targino trabalha o conceito de intelectual assegurando que:

A distinção entre intelectuais e não intelectuais refere-se à imediata função das categorias profissionais, [...]. Inexiste atividade humana da qual se possa excluir por completo a intervenção intelectual. Logo, inexistem não intelectuais. É uma questão de gradação. [...] Hoje, esse papel é atribuído ao artista, ao político, ao técnico, ao jornalista, ao professor, ao bibliotecário, ao

empresário, ao líder religioso ou sindical, dentre outros, [...]. (TARGINO, 2010, p. 33-34).

Antonio Gramsci pensou o intelectual inserido num contexto social, vinculado a um modo de produção que ele denominou de “orgânico”. O intelectual tradicional entendido como um membro de um grupo independente, separado por uma casta, cede espaço para o intelectual orgânico de Gramsci. Semeraro (2006, p. 377) apresenta a designação de intelectuais orgânicos distintos dos intelectuais tradicionais, concordando com o pensamento de Gramsci:

os intelectuais tradicionais ficavam empalhados dentro de um mundo antiquado, permaneciam fechados em abstratos exercícios cerebrais, eruditos e enciclopédicos até, mas alheios às questões centrais da própria história. Fora do próprio tempo, os intelectuais tradicionais consideravam-se independentes, acima das classes e das vicissitudes do mundo, cultivavam uma aura de superioridade com seu saber livresco. [...] Com isso, acabavam sendo excluídos não apenas dos avanços da ciência, mas também das transformações em curso na própria vida real. “Orgânicos” ao contrário, são os intelectuais que fazem parte de um organismo vivo e em expansão. [...] Conscientes de seus vínculos de classe, manifestam sua atividade intelectual de diversas formas: no trabalho, como técnicos e especialistas dos conhecimentos mais avançados; no interior da sociedade civil, para construir o consenso em torno do projeto da classe que defendem; na sociedade política, para garantir as funções jurídico-administrativas e a manutenção do poder do seu grupo social. (SEMERARO, 2006, p. 377).

Se o intelectual orgânico está envolvido com a manutenção das relações e ordens sociais, ele ganha autoridade a partir dessas próprias organizações e instituições a qual está alinhado. Desse modo, “Se as instituições prosperam ou decaem, assim também o fazem seus intelectuais orgânicos” (SAID, 2005, p. 73).

Said ressalta que os intelectuais que atuam na academia, além de difundirem suas pesquisas para fronteiras afora da instituição à qual

estão vinculados, trouxeram um novo olhar a diversos tipos de pensamentos, pois “[...] ser um intelectual não é de jeito nenhum incompatível com o trabalho acadêmico [...]” (SAID, 2005, p. 77).

Contudo, o surgimento da imprensa assume para o intelectual um relevante papel, pois, como dito anteriormente, este se exprime de diversas formas, mas a escrita é o principal meio de difusão das suas ideias e a criação dos tipos móveis de Gutenberg fomentaram esse processo. A composição escrita do intelectual é essencialmente posicionada e necessita ser disseminada, preservada e, sobretudo questionada pelos pares e pela sociedade. Sobre esse aspecto, Bobbio assinala que é preciso:

[...] acrescentar que o aumento daqueles que vivem não apenas pelas ideias, mas também de ideias, deveu-se à invenção da imprensa e à facilidade com que as mensagens transmissíveis por meio das palavras podem ser multiplicadas e difundidas. [...] Após a invenção da imprensa, a figura típica do intelectual passa a ser o escritor, o autor de livros, de libelos, e depois de artigos para revistas e jornais, de volantes, de manifestos, de cartas públicas, ao qual corresponde a contrafigura do escrevinhador [pennivendolo] ou do escrevedor [pennaiolo]. (BOBBIO, 1997, p. 120).

Ainda sobre a figura do intelectual a partir do surgimento da imprensa, Camargo (2003, p. 25) estabelece que “É o desenvolvimento da imprensa que irá consolidar, no século seguinte, a figura do crítico como um profissional e a atividade crítica como categoria cultural moderna [...]”. Essa afirmação ratifica que a crítica intelectual inaugura-se nos primeiros periódicos do século XVIII, vindo doravante adquirir um caráter mais acadêmico voltado às instituições e às associações científicas, como a observamos contemporaneamente. A crítica como saber universitário é consolidada com a implantação de universidades brasileiras. É ilustrativo apontar que esse tipo de crítica denominada “universitária” de/para um público especializado teve seu marco na primeira metade do século XX com a revista literária *Clima*, fundada por Antonio Candido (CAMARGO, 2003).

A partir dessas constatações, pode-se pensar no processo de disseminação e multiplicidade da escrita intelectual a partir da estrutura de rizoma *vide* Gilles Deleuze e Félix Guattari. Segundo esses autores,

os conceitos em geral possuem vários aspectos possíveis que devem traduzir acontecimentos e não mais apenas essência (a determinação de o que é uma coisa). Os conceitos não preexistem, são criados, inventados. Um sistema é um conjunto de conceitos e o rizoma representa uma metáfora da estrutura do conhecimento e é um caso de sistema aberto (DELEUZE; GUATTARI, 1995).

Cabe ressaltar que a analogia do estudo com a proposta do rizoma não assumirá o aspecto linguístico abordado por Deleuze e Guattari; a atenção será voltada para características pertinentes de um sistema rizomático dentro de um contexto de disseminação e visibilidade de produção intelectual.

Um sistema rizomático pressupõe certas características, a saber: heterogeneidade e conexão compreendidas como formações de cadeias, multiplicidade, inexistência de unidade, trama e aumento de conexões, proliferações, apontamentos para uma correlação com o fora; princípio de ruptura, uma estrutura que pode ser rompida e novamente ser reelaborada, ao modelo de linhas de fuga que remetem a outras linhas de fuga.

Conforme dito anteriormente, o intelectual encontra-se inserido na academia e, por meio de canais formais de comunicação, disseminam e multiplicam seus conceitos, seus argumentos. Esses canais de comunicação, por sua vez, podem ser representados pelos periódicos científicos que se encontram em processo crescente de transposição eletrônica. É visível a tendência mundial de vinculação e disponibilização de informação via sistemas de comunicação que conectam inúmeras redes de computadores.

A perspectiva rizomática aponta para um conjunto múltiplo, onde a estrutura do conhecimento não possui nem começo nem fim. Essa estrutura múltipla surge com ramificações independentes “[...] o rizoma se refere a um mapa que deve ser produzido, construído, sempre desmontável, conectável, reversível, modificável, com múltiplas entradas e saídas, com suas linhas de fuga.” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 32).

Semelhante ao labirinto rizomático, o incremento dos periódicos eletrônicos permite inferir que a disseminação informacional alcança novos patamares e, a partir dessa constatação, foram criadas ferramentas de estatísticas que permitem mensurar esses alcances. Aqui se destaca o quanto é possível ser vistos, ou seja, quanto os intelectuais veem e são vistos.

Com a inserção dos dados no PP, a *Outra Travessia* passou a contar com a ferramenta de estatística⁷ eletrônica desenvolvida especialmente para atender as necessidades de mensuração dos dados referentes ao acesso aos documentos. Assim, é possível verificar o número de visitantes únicos por mês, dia do mês, dias da semana, por horário, por países, o tempo médio de navegação, as páginas mais acessadas, dentre outros indicadores. Para ilustrar a representatividade das estatísticas, no ano de 2011, a revista possuiu 9105 visitantes únicos, com destaque para o mês de novembro, que obteve 1036 visitantes.

A disponibilização da revista no meio eletrônico propiciou que a mesma fosse indexada em diretórios e em bases de dados nacionais e internacionais. Desse modo, o acesso ao conteúdo da revista é possível de ser realizado via indexadores como LivRe, Latindex, Sumarios.org e PKP.

Sobre os indexadores, cabe ressaltar que o LivRe⁸ é um portal criado pelo CNEN – Comissão Nacional de Energia Nuclear, e, em consulta realizada em julho de 2012, possui 4909 títulos de periódicos de acesso livre na internet. O Latindex⁹ é um diretório criado em 1995, na Universidade Nacional Autônoma do México, e nos dias de hoje cobre geograficamente países da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal. Sumarios.org¹⁰ é uma base de dados de revistas científicas brasileiras que permite o acesso ao texto completo. PKP¹¹ é a sigla de Public Knowledge Project que constitui um projeto com o objetivo de melhorar a qualidade acadêmica e pública de pesquisas, e para isso desenvolve *softwares* gratuitos como o SEER e disponibiliza o link para o acesso ao conteúdo das revistas via plataforma na qual estão hospedadas.

5.2 COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA – BREVE CONTEXTO HISTÓRICO

Ao abordar a questão da comunicação científica é preciso analisá-la pelo viés da sua contribuição para a ciência. Associada à pesquisa, a

⁷ As estatísticas podem ser visualizadas no link <<http://stat.outravessia.periodicos.ufsc.br/awstats/awstats.pl>>.

⁸ Site do CNEN <<http://portalnuclear.cnen.gov.br/>>.

⁹ Site do Latindex <<http://www.latindex.unam.mx/index.html>>.

¹⁰ Site do Sumarios.org <<http://www.sumarios.org/>>.

¹¹ Site do PKP <<http://pkp.sfu.ca/>>.

comunicação científica, por meio do processo de avaliação dos pares, é fundamental para a legitimação e o desenvolvimento da ciência.

Para Agrasso Neto e Abreu, a ciência influencia:

[...] há séculos a humanidade, criando e alterando convicções, modificando hábitos, gerando leis, provocando acontecimentos, ampliando de forma permanente e contínua as fronteiras do conhecimento. Recorrendo à educação formal e informal, contando com a evolução dos meios de comunicação, a ciência estimula e orienta a evolução humana, interfere na identidade dos povos e das nações, estabelece as verdades fundamentais de cada época. (AGRASSO NETO; ABREU, 2009, p. 31).

Os membros da comunidade científica são formados por intelectuais que utilizam o meio escrito (impresso ou eletrônico) ou oral para divulgar e/ou absolver o conhecimento que é produzido. O desenvolvimento exponencial do conhecimento humano e da ciência, por sua vez, está intimamente relacionado à capacidade dos pesquisadores/intelectuais de tornarem público, por meio de um canal de comunicação, os estudos realizados.

Sobre esse aspecto, Agrasso Neto e Abreu asseguram que:

A comunicação permite a troca de informações, donde se conclui que enquanto a informação é um produto, uma substância, uma matéria, a comunicação é um ato, um mecanismo. É o processo de intermediação que permite o intercâmbio de ideias entre os indivíduos. A comunicação é um fenômeno natural e intrínseco ao homem, variando de acordo com as características dos grupos nos quais e entre os quais se efetiva. (AGRASSO NETO; ABREU, 2009, p. 29).

Historicamente, a tradição da comunicação escrita surgiu entre os gregos tendo como dianteira os escritos de Aristóteles que, durante muito tempo, foram copilados manual e exaustivamente. Após o advento da imprensa, no século XV, ocorreu uma maior produção de livros e, conseqüentemente, uma extensão na capacidade de

disponibilização e de disseminação do material impresso. Isso impactou na propagação das informações em geral, quer sejam científicas ou não.

Evidentemente que obras de cunho científico começaram a ser publicadas como resposta às pesquisas que eram desenvolvidas nesse período histórico. Por exemplo, podemos citar a pioneira obra que tratava de anatomia humana, de autoria de Vesálio, publicada em 1543 e denominada “*De humani corpori fábrica*”. Sobre essa publicação, Meadows ressalta:

[...] em particular, representou um passo avante na apresentação das pesquisas, pois incluía ilustrações acuradas e minuciosas. Trabalhos desse tipo eram em geral impressos sob a supervisão direta do autor ou de um colega cientista. Essas pessoas, geralmente, estavam ligadas a universidades, de modo que, por isso, algumas dessas instituições acabaram por estabelecer seus próprios serviços de impressão e edição. (MEADOWS, 1999, p. 4).

O aumento da produção do material bibliográfico permitiu que a sua distribuição e difusão também ganhassem novos ares chegando às bibliotecas e casas de livros mediante o incremento dos transportes das correspondências. Meadows assegura que:

os sistemas postais e os jornais surgiram juntos. Logo depois de a tipologia ter surgido na Europa, começaram a ser produzidas folhas noticiosas, de caráter oficial ou não oficial, que descreviam acontecimentos de particular interesse. [...]. A publicação resultante dessas iniciativas foi evidentemente o ancestral do jornal moderno, que também serviu de modelo para o surgimento da revista científica. (MEADOWS, 1999, p. 4).

Esses primeiros escritos traziam o conhecimento especializado produzido nesse período. Assim surgiram as primeiras publicações científicas sustentadas na concepção de avanço da ciência investigativa e da disseminação do conhecimento. Nessa circunstância, Freitas observa que:

os periódicos foram, desde seus primórdios, importantes canais de publicação de notícias científicas. No século XIX, expandiram-se e especializaram-se, vindo a realizar importantes funções no mundo da ciência. Ao publicarem textos, os estudiosos registram o conhecimento (oficial e público), legitimam disciplinas e campos de estudos, veiculam a comunicação entre os cientistas e propiciam ao cientista o reconhecimento público pela prioridade da teoria ou da descoberta. Além de fonte privilegiada da história da ciência, o periódico científico pode ser considerado um espaço institucional da ciência, pois se insere dentro do universo das realizações e comunicação das atividades científicas. (FREITAS, 2006, p. 54).

Diante desse cenário, cabe ressaltar a trajetória histórica que compreende o surgimento dos periódicos, como um meio de expressão dos intelectuais até como é concebido atualmente pela sociedade: um meio de expressão pública.

5.3 PERIÓDICOS CIENTÍFICOS – ESPAÇO PÚBLICO PARA A EXPRESSÃO INTELECTUAL

No século XVII, mais especificadamente no ano de 1662, após a restituição do poder à monarquia inglesa, alguns grupos de intelectuais se reuniam, com certa regularidade, para debater questões do âmbito filosófico. Desses encontros formou-se, sob o patrocínio da realeza – cujo trono pertencia nessa ocasião a Carlos II (1660-1685) – a *Royal Society*: uma instituição que possuía o objetivo de coletar e analisar informações relevantes, provenientes de diferentes países, que eram tratadas e condensadas pelos membros do grupo (MEADOWS, 1999).

Associado a tal fato, surge, na França, o *Journal des Sçavans*, considerado por estudiosos como o primeiro periódico da era moderna. O *Journal des Sçavans* se propunha, dentre outros objetivos, a “[...] cobrir todos tópicos dos homens letrados” (MEADOWS, 1999 p. 6).

Diversos foram os pretextos que suscitaram o aparecimento das revistas científicas, mas fundamentalmente a necessidade de comunicação entre os grupos interessados em obter as informações acerca das atualizações da ciência foi o que projetou esse surgimento.

Esses grupos foram cunhados por Francis Bacon como “Colégios Invisíveis” que, segundo Carvalho (2006, p. 15), era formado por cientistas “[...] que se comunicava entre si, em torno de interesses comuns [...] tendo em vista o desenvolvimento da ciência [...]”.

No Brasil, o início da comunicação da ciência ocorreu no século XIX por meio dos jornais correntes. A primeira iniciativa registrada foi a do título *Gazeta do Rio de Janeiro*, seguido por outras publicações editadas no estado da Bahia, como o *Idade d’Ouro do Brasil*, *As Variedades* e *Ensaios de Literatura* que foi o título pioneiro na área de literatura no país (SODRÉ, 1999).

Cabe salientar os processos pelo quais os intelectuais dessa época observavam a representação da comunicação científica. Freitas fornece indicadores:

A publicação d’O Patriota¹² foi uma experiência ímpar. Por menos que tenha conseguido sobreviver, é digno de nota que, entre 1813 e 1814, tenha editado 18 números, sistematicamente, sem perda de identidade e de qualidade, ainda trazendo artigos de renomados intelectuais, cujos textos eram bastantes diretos, [...]. Nenhum outro periódico conseguiu tal façanha nos subsequentes 20 anos. (FREITAS, 2006, p. 65).

Diante dessa exposição histórica e delimitação de títulos e datas, serão relatados, a seguir, os principais estágios que envolvem a concepção da comunicação científica, visto que autores diversos observam que os fatores referentes aos estudos, pesquisas e aceitação dos pares estão intimamente entrelaçados com o meio que os tornam públicos, pois é a comunicação que permite aos intelectuais dar visibilidade à produção científica.

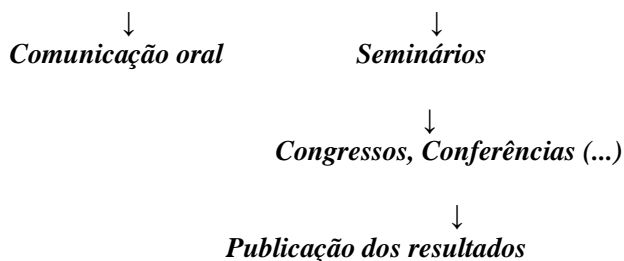
¹² Em 1813, foi publicado pela primeira vez no Brasil um periódico que hoje chamaríamos de científico. *O Patriota* saiu dos prelos da Imprensa Régia, no Rio de Janeiro, recém-instalada, quando da chegada da corte joanina no Brasil. Sob a editoria de Manoel Araújo Guimarães (depois editor do jornal oficial *Gazeta do Rio de Janeiro*), teve colaboradores notórios como José Bonifácio e Silvestre Pinheiro Ferreira, dentre outros expoentes de um iluminismo português. Apesar disso, seus volumes tiveram tiragem limitada e a publicação durou dois anos (OLIVEIRA, 2009, p. 231).

Independentemente da “[...] ótica adotada para o estudo do desenvolvimento da ciência, a natureza dos sistemas de comunicação torna-se vital para a ciência e está no âmago do método científico. Não há ciência sem comunicação. Não há comunicação sem informação”, complementa Agrassó Neto e Abreu (2009, p. 34).

A comunicação científica, enquanto disciplina, envolve desde o primeiro *insight* do intelectual/pesquisador seguido pela pesquisa propriamente dita, sua divulgação e aceitação, resultante da avaliação e dos espelhos (citações bibliográficas) dos pares, fechando assim o processo de tornar o conhecimento científico público e socialmente legitimado (SUAIDEN, 2008).

O processo de comunicação possui algumas etapas a serem seguidas que envolvem os modos de comunicação formal e informal. A comunicação informal está relacionada à prática oral entre os cientistas que, na medida em que avançam seus estudos, começam a explaná-lo para pequenos grupos de ouvintes, depois em reuniões para um público maior, como nos congressos/seminários, onde geralmente é preciso fornecer uma pré-publicação, os resumos. Posteriormente, ao terminarem a pesquisa, os autores incluem os resultados e as conclusões no documento para finalmente publicar o fruto do trabalho formalmente. Rocha (2008, p. 10) demonstra essas etapas do seguinte modo:

Pesquisa → Comunicação informal → Comunicação formal



Ainda segundo Rocha:

[...] pode-se citar como exemplos de comunicação formal os livros e periódicos (que se apresentam na forma escrita, podendo ser armazenados e recuperados) e os congressos, conferências e seminários (que apesar de ocorrerem na forma oral, são apresentados a um

grande número de cientista, ou mesmo podem ser armazenados na forma de anais). (ROCHA, 2008, p. 11).

No âmbito acadêmico, a publicação tornou-se um meio de avaliar a produtividade dos intelectuais. Assim, escrever livros, publicar em revistas conceituadas, apresentar trabalhos em eventos, em espaços de tempos cada vez menores, virou uma constante na vida do intelectual. Essas ações, algumas vezes, fazem com que o qualitativo ceda lugar ao quantitativo, pois os intelectuais quase sempre acumulam funções administrativas e departamentais nas instituições em que atuam, o que dificulta sua livre produção.

Targino complementa esse argumento ao criticar que:

É inevitável, pois, que a ênfase no quantitativo, tanto em se tratando da produção docente como discente, e, por conseguinte, intelectual e científica, acentua o desvirtuamento das universidades. O decantado lema *publish or perish* é somente um símbolo da decadência visível da universidade como instituição do saber. É a substituição do pensamento reflexivo e da competência pelo culto à produtividade sem critérios. Em nome da quantificação, trabalhos são repetidos à exaustão, mediante artifícios que vão da mudança de títulos a alterações das palavras introdutórias, acréscimos de autores, às vezes, nem lidos nem consultados, supressões de outros que saíram de moda e assim por diante. (TARGINO, 2010, p. 36).

Nesse contexto, discutir a produção intelectual formal é de certa forma debater as estratégias de disseminação dessa produção como parte do processo de dar visibilidade às ações dos intelectuais inseridos na academia, pois são cada vez mais pressionados a publicar como meio de sobrevivência profissional.

As divulgações dos estudos científicos possuem resultados significantes para a ciência e para os cientistas. Para a ciência representa o progresso do conhecimento e, conseqüentemente, dos aspectos sociais da humanidade; para os cientistas, visibilidade, apoio para outras pesquisas, reconhecimento perante o grupo ao qual está inserido e realização pessoal (FERREIRA, 2008).

Em suma, o propósito deste capítulo foi o de demonstrar a relação direta entre a figura do intelectual contemporâneo inserido na academia, o meio formal de divulgação do conhecimento, especialmente os periódicos científicos, estabelecendo pontos convergentes entre a expressão escrita do intelectual e o facilitador da disseminação dos avanços da ciência em questão. Os argumentos descortinam os limites tênues entre a comunicação científica e a produção intelectual. De modo que é possível refletir previamente que os conteúdos científicos encontrados nos periódicos refletem o desenvolvimento da ciência e, por conseguinte, da civilização.

6 DO IMPRESSO AO PIXEL – TANGENCIAMENTOS

Os capítulos anteriores ofereceram um panorama acerca do objeto alvo deste estudo e a presença do intelectual inserido nesse contexto. O foco era apontar que “[...] é objeto de ciência toda matéria que a sociedade julga digna de ser transmitida. Numa palavra, a ciência é o que se ensina” (BARTHES, 2004, p. 4).

Nesse sentido, este capítulo é dedicado à análise dos principais aspectos que norteiam a comunicação científica na atualidade, ou seja, na era da sociedade da informação, os desafios do acesso aberto; o PP inserido nesse contexto como meio de dar sustentabilidade aos novos atributos desenvolvidos pelos periódicos científicos; e as principais implicações científicas, culturais, sociais e especialmente tecnológicas que estão imbricadas na transposição dos documentos em formato impresso para o eletrônico.

6.1 FRONTEIRAS DESLIZANTES E ACESSO ABERTO

O subtítulo deste capítulo propõe uma reflexão sobre os limites fronteiriços que envolvem, por um lado, o espaço de intercâmbio cultural advindo da complexa transformação digital e, por outro, as tentativas de respostas sociais para essas mudanças culturais, pois “Com o advento da virtualidade, a rede molda novas concepções de relação humana (a ausência ‘viva’) (DINIZ, 2008, p. 67, grifo do autor). Assim, toma-se o conceito de fronteira para pensar o movimento de acesso aberto e sua importância para os estudos científicos.

O movimento de acesso aberto/*open access* (AO) surgiu no final dos anos 90 com o intuito de fomentar o acesso às publicações científicas como tentativa de resposta aos principais problemas que os periódicos científicos vinham sofrendo naquela ocasião, com destaque para aspectos tais como: o elevado preço para aquisição, a detenção dos direitos de publicação e uso regulados e gerenciados pelos grandes editores comerciais.

Na segunda metade do século XX, o preço de aquisição das revistas científicas aumentou significativamente. Alguns autores apontam para progressos na ordem exponencial, o que resultou na dificuldade de aquisição desse material bibliográfico por parte das bibliotecas e de pesquisadores que se depararam com a possibilidade de pouco acesso aos elementos envolvidos na produção de suas pesquisas.

O OA se apoia no princípio de que todas as pesquisas custeadas com recursos públicos precisam estar disponíveis livremente aos

interessados. Uma vez financiada com recursos provenientes do pagamento de impostos, eticamente a pesquisa precisa ser de livre acesso para qualquer cidadão.

Em relação aos direitos autorais, o autor transfere seus direitos aos editores, em troca de certa notoriedade, geralmente conquistada ao ver sua pesquisa publicada em revistas indexadas e bem conceituadas perante o *Qualis-Capes*. Isso ocorre em resposta ao posicionamento da comunidade científica que considera os periódicos um dos principais canais de legitimação do conhecimento científico. Esse fato, sem dúvida, é significativo para o pesquisador que deseja solicitar subsídios para futuras pesquisas, além disso, confere certo *status* perante os pares.

De maneira clara, o *Qualis* é considerado um indicador de qualidade da produção intelectual presente nos periódicos científicos. Segundo a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (2011):

Qualidade dessa produção é realizada de forma indireta. Dessa forma, o Qualis afere a qualidade dos artigos e de outros tipos de produção, a partir da análise da qualidade dos veículos de divulgação, ou seja, periódicos científicos. A classificação de periódicos é realizada pelas áreas de avaliação e passa por processo anual de atualização. Esses veículos são enquadrados em estratos indicativos da qualidade – A1, o mais elevado; A2; B1; B2; B3; B4; B5; C – com peso zero.

Apesar de sua relevância para a avaliação da produção científica dos programas de pós-graduação, o *Qualis* não define de modo absoluto a qualidade dos periódicos, uma vez que os critérios estabelecidos para as áreas do conhecimento são relativos às especificidades das mesmas. Assim, um mesmo periódico pode receber estratos diferentes dependendo dos critérios da área na qual está sendo avaliado. É recomendável aos editores que se concentrem no documento de área que melhor se encaixa ao propósito da revista a fim de atender aos requisitos específicos de cada área e ascender estratos maiores de avaliação. A principal área de atuação da revista *Outra Travessia* é a Letras/Linguística, mas isso não a impediu de ser avaliada em outras

áreas, a saber, Interdisciplinar, Direito e Educação. O acesso a esse documento pode ser realizado via o aplicativo webqualis.¹³

Retomando o argumento sobre o autor, observa-se que, para este, a questão financeira é um tanto enviesada, pois publicar em uma revista científica implica, de certo modo, custos para o autor. Custos estes com revisão, tradução, normalização e, algumas vezes, até mesmo com a publicação propriamente dita, já que existem editores que cobram para publicar os documentos. Cobra-se do autor e vende-se ao leitor.

Realidade parcialmente alterada com a aceitação e com a adesão ao AO. Surgem, assim, as primeiras iniciativas objetivando a democratização da informação facilitada pela disponibilização do conteúdo produzido pelos cientistas a todos que possuem interesse nele. Destaca-se a declaração de Budapeste¹⁴ e o Manifesto Brasileiro de apoio ao acesso livre lançado pelo IBICT. São documentos calcados no desenvolvimento tecnológico com vistas a padrões de interoperabilidade possibilitada pelo protocolo de comunicação *Open Archives Initiative Protocol for Metadata Harvesting* (OAI-PMH).

Para Kuramoto, o que caracteriza uma publicação de acesso aberto é o fato de satisfazer as seguintes premissas:

-O(s) autor(es) e o(s) detentor(es) de direitos de reprodução (*copyright*) concede(m) a todos os usuários o acesso livre, irrevogável, mundial e perpétuo ao trabalho, assim como uma licença de cópia, uso, distribuição, transmissão e exibição pública, e ainda de produzir e distribuir trabalhos dele derivados, em qualquer meio digital, para qualquer finalidade responsável, condicionado à devida atribuição de autoria, e concedem adicionalmente o direito de produção de uma pequena quantidade de cópias impressas para seu uso pessoal. – Uma versão integral do trabalho e de todo o material

suplementar, incluindo uma cópia da permissão, em um formato eletrônico adequadamente padronizado, é depositada imediatamente após a publicação inicial em um repositório on-line mantido por uma instituição acadêmica, por uma associação científica, por uma agência governamental ou por qualquer outra organização

¹³ O site do webqualis: <<http://qualis.capes.gov.br/webqualis/>>.

¹⁴ <<http://www.soros.org/openaccess>>.

solidamente estabelecida, a qual vise a propiciar o acesso livre, a distribuição irrestrita, a interoperabilidade e o arquivamento de longo prazo. (KURAMOTO, 2006, p. 96).

O AO torna-se cada vez mais uma opção tanto para autores interessados em publicar em revistas qualificadas, sem que para isso tenha que arcar com o ônus da publicação, como por administradores de centros de informação, que precisam de grandes investimentos financeiros para manterem seus acervos atualizados. Para ilustrar essa afirmativa, observa-se que em recente reportagem publicada por Righetti (2012a), na *Folha de São Paulo*, esse assunto foi destaque na matéria que afirma que a Universidade de Harvard, em resposta ao dispêndio de alto custo de investimento para assegurar a disponibilização dos renomados periódicos internacionais (cerca de 3,5 milhões de dólares anuais), está incentivando seus pesquisadores a optarem por publicações de acesso aberto ao submeterem seus documentos.

Na perspectiva brasileira em relação ao custo destinado à disponibilização de periódicos de acesso restrito, ou seja, aquele em que o acesso é exclusivo às bibliotecas mediante assinatura de contrato, este é proveniente dos cofres públicos que por meio do Portal da Capes atende a demanda de pesquisadores de cerca de 326 instituições nacionais ao custo de 133 milhões de reais anuais (RIGHETTI, 2012b). Essas informações ratificam a importância de se investir em políticas que visam desenvolver práticas de conhecimento compartilhado.

6.2 PORTAL DE PERIÓDICOS UFSC: UM ESPAÇO PARA O ACESSO ABERTO

O Portal de Periódicos (PP) UFSC agrega as publicações científicas produzidas na UFSC. Foi oficialmente criado em 2008 pelos professores do Departamento de Ciências da Informação e, a partir do ano de 2009 o projeto passou a ser coordenado pela Biblioteca Universitária (BU). Utiliza o Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas – SEER, na versão 2.3.6 (Dados de 2012).

O Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER) é um *software* utilizado como ferramenta de gestão de publicações científicas eletrônicas. O SEER foi customizado pelo IBICT a partir do *Open Journal System* (OJS), criado na University of British Columbia pelo *Public Knowledge Project* (PKP).

Esse sistema apresenta uma significativa vantagem em relação a outros *softwares* de gerenciamento de periódicos eletrônicos, pois permite ao editor tomar as decisões acerca do trabalho com o fluxo editorial, além de propiciar um efetivo acompanhamento dos processos de avaliação e editoração por parte dos autores complementados com a disponibilidade de canais de comunicação para troca de informações com os editores (MÀRDERO-ARELLANO; FERREIRA; CAREGNATO, 2005).

Em abril de 2012, o PP conta com a presença de 42 publicações científicas institucionalmente vinculadas à UFSC, ou seja, de acordo com as diretrizes¹⁵ do Portal serão hospedadas as publicações vinculadas aos Programas de Pós-Graduação, Graduação, Núcleos de Pesquisas, Laboratórios reconhecidamente pertencentes à instituição. Além disso, é necessário que a revista possua caráter científico. Os critérios estabelecidos pelo *Open Access and Scholarly Information System* (OASIS.BR)¹⁶ servem de norte para as ações gerenciais e devem estar associados aos critérios complementares como a presença de uma avaliação *qualis* com conceito A ou B, adequação a um tipo de normalização, definição de uma licença *creative commons*, e o editor ainda deve ser um usuário cadastrado na biblioteca.

O processo de inclusão de um novo título de periódico no Portal inicia-se com o encaminhamento, por parte do editor, de um projeto que contemple os principais aspectos da revista, a saber: histórico, ISSN, periodicidade, foco e escopo, processo de avaliação por pares, diretrizes para autores, normalização adotada, conselho consultivo, conselho editorial multi-institucional e especificado, o critério de avaliação *qualis*, a indexação em bases de dados nacionais e internacionais, dentre outros.

Após o encaminhamento do projeto, o Conselho Editorial juntamente com a equipe do Portal se reúnem para analisar a proposta e emitir o parecer favorável ou não à hospedagem da revista no PP. A

¹⁵ As diretrizes do Portal de Periódicos podem ser acessadas na íntegra no endereço: <<http://www.periodicos.ufsc.br>>.

¹⁶ Trata-se de um provedor de serviço que oferece o acesso a revistas científicas nacionais e diversos repositórios institucionais e temáticos. Esse portal faz a coleta de metadados em todas as revistas científicas eletrônicas que estejam em conformidade com o modelo *Open Archives*, ou seja, possuem uma camada OAI-PMH – (*Open Archives Initiative Protocolo for Metadata Harvesting*) (KURAMOTO, 2011).

revista *Outra Travessia* passou por todos esses procedimentos até o deferimento favorável do parecer.

Num segundo momento, o editor-gerente se reuniu com a equipe do Portal e foi traçado um plano de trabalho que contemplasse os procedimentos operacionais da transposição dos documentos para a plataforma.

A primeira ação constituiu na criação da revista no PP pelo administrador do sistema. Em seguida, configurou-se a revista juntamente com o editor-gerente – esse processo consistiu na transcrição das principais informações gerenciais sobre a revista. Assim, nomes dos contatos principais da revista, como editor-gerente, editores associados, conselho consultivo foram inseridos no sistema compondo o expediente do periódico. Registrou-se também o ISSN impresso e o eletrônico, o foco e escopo da publicação. Criaram-se as seções com as respectivas políticas adotadas para cada uma delas.

O processo de avaliação por pares, a periodicidade, o *qualis* da revista, as bases de dados ou diretórios no qual a revista se encontrava indexada, as diretrizes para os autores, a declaração de direito autoral também fizeram parte do rol de atividades que envolveram a parte administrativa denominada pelo sistema SEER de configuração. Além disso, incluiu-se uma imagem contendo o cabeçalho com as características da revista e a identidade visual da UFSC e do PP.

Paralelo à parte de configuração, coube ao editor-gerente a reunião de todos os exemplares impressos existentes. Suas lombadas foram previamente guilhotinadas para se sujeitarem ao processo de digitalização realizado em scanner apropriado. Esse processo resultou em arquivos de formato PDF/A¹⁷, formato este recomendado a todas as revistas hospedadas no PP. Concomitantemente ao processo de digitalização, iniciou-se o processo de mapeamento dos autores, que compreende a realização de uma pesquisa minuciosa que levasse em conta os aspectos biográficos de cada autor que teve documento publicado nas edições a serem transpostas. Esse procedimento é necessário uma vez que a plataforma exige que a inserção dos dados seja efetuada por meio do auto-arquivamento.¹⁸ O auto-arquivamento

¹⁷ PDF/A compreende um formato de arquivo que proporciona o arquivamento dos documentos eletrônicos por longo prazo. É definido por norma ISO 19005-1:2005.

¹⁸ O auto-arquivamento consiste no encaminhamento voluntário, por parte do autor, de seu documento, além do preenchimento dos metadados.

vem ao encontro da iniciativa de arquivos abertos (OAI) que, de acordo com Silva, trata-se de uma filosofia:

[...] baseada na iniciativa do Budapest Open Access Initiative (BOAI), cuja principal motivação é garantir o livre acesso a todos os tipos de trabalho acadêmico. Isso é feito de dois modos distintos: um deles é incentivar os autores a realizar o auto-arquivamento de seus trabalhos e o segundo modo é incentivar a criação de novas revistas acadêmicas cujos conteúdos sejam livremente acessíveis. (SILVA, 2004, p. 160).

Ainda a respeito do padrão de arquivos abertos (OAI), é importante ressaltar que, para Lagoze e Van de Sompel (2011, p. 1), “O OAI usa o termo ‘Arquivo’ em um sentido mais amplo: como um repositório para armazenamento da informação.” Objetivamente os arquivos abertos definiram alguns princípios baseados em elementos como interoperabilidade, avaliação por pares e auto-arquivamento. O OAI se difere do AO na medida em que o primeiro está relacionado aos componentes técnicos, *hardware* e protocolos que propiciam a interoperabilidade dos arquivos; já o segundo está relacionado a um novo posicionamento frente à gestão da ciência, pois permite maximizar a visibilidade das pesquisas dos autores e das universidades e oferece condições para que uma maior transparência em relação aos investimentos em ciência seja alcançada.

A interoperabilidade relaciona-se com procedimentos padronizados para facilitar o acesso ilimitado aos arquivos. A interoperabilidade possui associação direta com o preenchimento dos metadados e arquitetura do sistema.

O auto-arquivamento, conforme descrito anteriormente, segue a proposta de que o próprio autor inicie o processo de inclusão no repositório, com o inicial cadastro, preenchimento dos metadados e *upload* do arquivo.

Com isso, pode-se afirmar que o PP é um espaço propício ao acesso aberto, pois enquanto plataforma tecnológica apresenta características que permitem a interoperabilidade de sistemas, inclui em seu gerenciamento editorial o processo de avaliação por pares e seu método inicia-se com o auto-arquivamento do manuscrito pelo autor.

No processo de transposição dos documentos impressos para o eletrônico no PP, é preciso simular o auto-arquivamento realizado pelos autores e a avaliação por pares. A simulação é necessária, pois no

formato tradicional associado às publicações impressas, o autor encaminhava o manuscrito ao editor por e-mail ou postagem via correio. O editor, por sua vez, recebe o material, realiza uma pré-seleção para analisar se o documento se apresenta de acordo com o foco e escopo da revista, e os selecionados são encaminhados para os avaliadores. No caso de uma revista publicada previamente, infere-se que todo esse processo já tenha sido realizado e, portanto, na transposição precisa apenas ser simulado na plataforma eletrônica.

Exatamente desse modo foi realizada a transposição da revista *Outra Travessia*. Cabe salientar que, para simular o auto-arquivamento, utilizaram-se as informações registradas no mapeamento dos autores. O mapeamento foi viabilizado pela criação de um documento virtual, compartilhado entre os membros da equipe de trabalho. Os principais dados armazenados acerca dos autores diziam respeito à definição de um *login* e senha,¹⁹ a instituição a qual está vinculado, e-mail válido e minicurrículo biográfico dos autores. Na transposição de uma revista impressa para eletrônica, por vezes, essa ação torna-se uma pesquisa exaustiva, uma vez que alguns autores não possuem o seu currículo cadastrado e/ou atualizado na plataforma *lattes*, outros já se encontram afastados da academia, dificultando, assim, o acesso às informações fidedignas.

Tangenciar os dados dos autores com os documentos em formatos de arquivos digitais, devidamente tratados, propicia a criação das edições e inserção das informações em cada uma delas.

Optou-se por iniciar o trabalho pela edição n. 7, que na ocasião era a mais recente, para que os documentos atualizados estivessem disponíveis aos leitores enquanto as edições anteriores fossem trabalhadas. Desse modo, os editores, leitores e autores já podiam se familiarizar com o uso e recursos da plataforma, alterando o perfil cultural dos procedimentos e usufruir do acesso gradativo aos documentos.

Ao final do processo de tratamento e inserção dos dados das respectivas edições, contabilizaram-se cento e quatro documentos disponibilizados eletronicamente.

¹⁹ Estes logins e senhas foram definidos, segundo padrões estabelecidos pela gestão do PP. Para o login: iniciais dos nomes dos autores e o sobrenome completo; senha de seis dígitos contendo as iniciais mais números arábicos iniciados em um.

7 O MODO DE VER, LER, ESCREVER – NOVAS PRÁTICAS

Percebe-se que historicamente a trajetória que envolve as transposições de informações de um meio/formato “x” para outro meio/formato “y” traz imbuído todo o conhecimento acumulado nesse percurso. Segundo Hayles (2009, p. 74) “Esse conhecimento é levado adiante para o novo meio tipicamente por uma tentativa de reproduzir os efeitos do meio anterior de acordo com as especificidades do novo meio.”

O que antes era retórica passou-se a manuscritos que foram gradualmente concebidos como oralidades visualizadas. Em seguida, estes mesmos manuscritos saltaram para documentos oriundos dos tipos móveis de Gutenberg, ratificando a visibilidade que essa transposição significava e proporcionava. Doravante a escrita impressa, analógica, defronta-se com semelhante aplicação ao se transpor para o eletrônico. No que tange a escrita literária inserida nesse processo, Hayles (2009, p. 74) coloca que: “A primeira vista ela lembrava muito a literatura impressa e apenas de modo gradual começou-se a desenvolver as características específicas para o meio digital, enfatizando efeitos que não poderiam ser alcançados no meio impresso”.

No contexto desta dissertação, todas essas transformações carregam consigo variantes heterogêneas, de limites instáveis, relacionadas aos principais atores desse processo: leitor, autor, avaliador e editor. Passemos às análises.

7.1 LEITORES

Flusser (2011, p. 25) afirma que: “Decifrar textos é descobrir as imagens significadas pelos conceitos. A função do texto é explicar imagens, a dos conceitos é analisar cenas. Em outros termos: a escrita é metacódigo da imagem.” Nesse processo, algumas imagens também são metacódigos de textos.

Todos os leitores estão social e historicamente situados, e a maneira pela qual eles se posicionam frente à leitura está profundamente condicionada por esse fato. Em cada leitura, o texto se apresenta de modo diferente para o leitor e para cada leitor, pois:

Em busca por compreender um texto, cada leitor lançará mão de referências que possui, logo, existirá sempre um alto grau de subjetividade, assim como aumentará a possibilidade de

diferenças na busca pela compreensão de determinada obra. (KAMITA, 2009, p. 18).

Possibilidades de leituras são frutos da diversidade de tramas de leituras anteriores, ou seja, o diálogo mental estabelecido *com e por* os diferentes textos previamente lidos.

Corroborando, Barthes se apoia na ideia de centramento no texto e não no autor; o texto só existe pela leitura, assim o leitor assume o lugar onde a multiplicidade do texto se reúne e esse lugar não é mais do autor, conforme assinala abaixo:

[...] o leitor é o espaço exato em que se inscrevem, sem que nenhuma se perca, todas as citações de que uma escrita é feita; a unidade de um texto não está na sua origem, mas no seu destino, mas este destino já não pode ser pessoal: o leitor é um homem sem história, sem biografia, sem psicologia; é apenas esse alguém que tem reunidos num mesmo campo todos os traços que constituem o escrito. (BARTHES, 2004, p. 64).

Se o texto só existe pela leitura, o uso das informações *on-line* altera o modo de percepção dos leitores e a sua construção enquanto sujeito contemporâneo. Para compreender essa reflexão, é preciso entender os sistemas cognitivos imbricados na relação homem/máquina.

O processo de intermediação deve ser analisado sob o ponto de vista das obras tanto em suporte impresso quanto virtual, envolvendo aplicações respaldadas por trocas cognitivas entre homens e máquinas, ou seja, os movimentos textuais conduzem os leitores, numa espécie de jogo reinventado, a interações diferenciadas como, por exemplo, rupturas da narrativa, quebra da linearidade, intertextualidades, dentre outros.

Esses argumentos são complementados com o fato de que “[...] pode-se observar a renovação da percepção dos usuários das novas tecnologias de informação em relação às noções de temporalidade, espacialidade, contato e materialidade, gerando assim a possibilidade de novas construções e utopias” (PRADO, 2010, p. 55).

Sem dúvida, existe uma inclinação do leitor habitual de textos impressos em aplicar as mesmas estratégias de leituras arraigadas por longo tempo; essa ação ocorre mesmo que conscientemente o leitor saiba que a postura frente à tela não seja a mesma que do texto impresso (HAYES, 2009).

As diferentes expressões e interferências que o ambiente virtual proporciona aos leitores indicam as inúmeras possibilidades de inventar o novo a partir das variantes da linguagem. Assim sendo, novas possibilidades são percebidas no ciberespaço²⁰ que:

permite a combinação de vários modos de comunicação. [...] em graus de complexidade crescente: o correio eletrônico, as conferências eletrônicas, o hiperdocumento compartilhado, os sistemas avançados de aprendizagem ou de trabalho cooperativo e, enfim, os mundos virtuais multiusuários. (LÉVY, 1999, p. 104).

Logo, com a disponibilidade de complementos de leitura como, por exemplo, o uso de vídeo e som, e ferramentas de leituras que permitem atalhos para a impressão do texto, envio por e-mail, contato interativo com o autor, redes sociais, referências cruzadas, dentre outros, o leitor constrói suas estratégias e decisões seletivas de leituras textuais.

7.2 AUTORES

Pensar o autor inserido nessa circunstância passa pelo resgate da situação histórica da construção da escrita. Flusser afirma que:

A luta da escrita contra a imagem, da consciência histórica contra a consciência mágica caracteriza a História [...]. A escrita se funda sobre a nova capacidade de codificar planos em retas e abstrair todas as dimensões, com exceção de uma: a da *conceituação*, que permite codificar textos e decifrá-los. (FLUSSER, 2011, p. 25, grifo do autor).

Existe uma condição dialética entre a imagem e a conceituação explicada por Flusser (2011) como parte importante na assimilação histórica do Ocidente, ou seja, por meio de luta entre o cristianismo textual e o paganismo imaginístico; ciência textual e as ideologias

²⁰ Pierre Lévy (1999, p. 92-93) define o ciberespaço como “o espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores e das memórias dos computadores. [...] codificação digital, pois ela condiciona o caráter plástico, fluido, calculável com precisão e tratável em tempo real, hipertextual, interativo e, resumindo, virtual da informação [...]”.

imaginísticas, cada qual no seu momento. Essa luta ocorre, na medida em que, por exemplo, o cristianismo vai pugnando com o paganismo, absorve imagens e se paganiza. O esclarecimento desse fato está associado à capacidade de, mesmo que os textos expressem as imagens, estas são hábeis a ilustrar os textos, remagicizando-os. “As imagens se tornam cada vez mais conceituais e os textos, cada vez mais imaginativos. Atualmente o maior poder conceitual reside em certas imagens, e o maior poder imaginativo, em determinados textos da ciência exata” (FLUSSER, 2011, p. 25).

Benjamin (1985, p. 184) formula que por muito tempo houve “[...] uma separação rígida entre um pequeno número de escritores e um grande número de leitores.” Situação esta que apresenta significativa mudança com o surgimento da imprensa. Ainda segundo o autor, esse fato possibilitou concluir que “[...] um número crescente de leitores começou a escrever [...]”. Essa ocorrência estreitou a diferença entre autor e leitor. “A cada instante, o leitor está pronto a converter-se num escritor.” E complementa ao dizer que a especialização, ou seja, o trabalho especializado propicia a condição de autor: “Saber escrever sobre o trabalho, passa a fazer parte das habilidades necessárias para executá-lo.” Desse modo, articula-se especialidade com relações sociais que, por sua vez, estão articuladas às relações de produção de uma determinada época.

Aqui retomamos a tese do intelectual, um especialista, situado socialmente, enquanto um produtor é impossível dissociar a análise da imprensa, pois:

[...] é nela, [...], que se percebe que o processo de fusão, [...], não somente ultrapassa as distinções convencionais entre gêneros, entre ensaístas e ficcionistas, entre investigadores e vulgarizadores, mas questiona a própria distinção entre autor e leitor. (BENJAMIN, 1985, p. 125).

Benjamin destaca ainda que, para o autor, o avanço técnico deve ser alicerce para seu crescimento político. Assim, os autores passam por intensas transformações, verdadeiras travessias, onde são levados por vínculos elementares que indicam diálogos. Barthes já afirmava que:

[...] um texto não é feito de uma linha de palavras, libertando um sentido único, de certo modo teológico (que seria a «mensagem» do Autor-Deus), mas um espaço de dimensões

múltiplas, onde se casam e se contestam escritas variadas, nenhuma das quais é original: o texto é um tecido de citações, saldas dos mil focos da cultura. (BARTHES, 2004, p. 62).

A relação entre autoria e tecnologia aponta para horizontes de parcerias e diálogos. É preciso se “reorganizar a maneira de estar/ver o mundo, de reinserir-se constantemente como interagente” (PRADO, 2010, p. 58).

Enquanto espaço de dimensões múltiplas, a escrita é um jogo. Flusser (2011, p. 45) assegura que “O escritor informa objetos durante seu jogo: coloca letras sobre páginas brancas. Tais letras são símbolos decifráveis. Aparelhos fazem o mesmo”.

7.3 AVALIADORES/CRÍTICOS

A análise de um texto passa pela leitura do mesmo, assim, antes de qualquer coisa, o crítico é um leitor. O crítico ou avaliador, pois, neste estudo, o que difere é a terminologia, são levados a atuarem como desbravadores e decifradores dos sentidos impregnados nos textos.

A leitura do texto é marcada pela postura crítica de quem o lê, ou seja, depende fundamentalmente de questões subjetivas relacionadas à cartografia bibliográfica do leitor. Interessante ressaltar que, no contexto desta dissertação, fala-se em leitura de documentos que constituirão parte da fortuna crítica contemporânea – textos inseridos em revistas científicas acadêmicas. Apesar dessa ressalva, as impressões de leituras, marcadas pelo posicionamento do leitor ocorrem em diferentes contextos, a saber: obras literárias ou teóricas.

Avaliar ou criticar um texto é saber dialogar com o autor e esse exercício é sustentado, dentro da academia, pela teoria. Esse diálogo é calcado numa sistemática metodologia de análise e interpretação. Dentro do universo literário, a teoria contrasta com a prática dos estudos literários, isto é, com a crítica e com a história literária e, sobretudo, analisa essa prática, ou melhor, práticas, descrevendo-as, tornando explícitos seus pressupostos. A teoria seria a crítica da crítica ou a metacrítica.

Algumas vezes, especificadamente, em periódicos científicos, os críticos contam com políticas de avaliação representadas em formulários de avaliação que direcionam, norteiam seu trabalho e evitam que subjetividades, muitas vezes inevitáveis, levem a interpretações equivocadas.

A crítica se vê sujeita a se apropriar das funcionalidades que o ambiente virtual oferece e que, de certa forma, incide em suas análises. Para Kamita:

A crítica literária está relacionada à análise e compreensão dos textos, podendo se valer de método ou métodos para realizar o estudo das obras. [...] O crítico literário adota determinada postura em relação ao texto, de acordo com sua formação intelectual e suas convicções acadêmicas. (KAMITA, 2009, p. 11).

As manifestações críticas são marcadas por diferentes metodologias particularizadas que competem e remetem à cartografia intelectual de cada crítico.

Críticos, autores e leitores encontram-se imersos nas aplicações dos procedimentos inerentes ao “novo fazer”. Os conteúdos das análises literárias publicadas em revistas impressas se deparam com um sistema complexo de produção. Esse sistema envolve atores sociais (escritor, editor, avaliador, diagramador, revisor, bibliotecários, analistas, entre outros) e ações que objetivem ampliar a visibilidade, proporcionarem a preservação digital e autoral. Todo esse contexto é computacional.

O processo de avaliação por pares, também conhecido por *peer review*, legitima as publicações eletrônicas, pois traz impregnada a lisura que tal procedimento implica. Para Harnad (2011, p. [1]), “Papel e arquivos PDF tornaram-se opções simples, compráveis “por aqueles que querem e podem pagar por eles. Arbitragem, no entanto, é essencial.” Ainda segundo o autor, evidentemente uma publicação eletrônica não está isenta de custos, embora seja poucos representativos, porém a questão da avaliação que consiste na análise e *feedback* onde os investigadores asseguram a qualidade dos resultados das pesquisas realizadas pelos pares é fundamental para a construção e validação do conhecimento científico (HARNAD, 2011).

7.4 EDITORES

O papel do editor científico é fundamental para preservar os índices de qualidade e, sobretudo, de confiabilidade do periódico que pode estar em formato eletrônico e/ou impresso. Cabe ao editor a primeira análise dos conteúdos submetidos à revista e encaminhá-los para avaliação por pares. Após o parecer do avaliador, que pode ser

favorável ou não à publicação, o editor prossegue com o processo de publicação e efetiva seleção e organização do sumário da edição.

Transpor um periódico para o ambiente eletrônico requer, por parte do editor, um novo olhar, principalmente relacionado à adequação às novas regras que visam garantir a interoperabilidade entre os diversos sistemas disponíveis, a indexação em bases de dados nacionais e internacionais e a preservação digital e dos direitos autorais. Assim, sobre o último aspecto abordado, o editor-gerente da revista à época da transposição optou pela escolha de uma licença *Creative Commons*²¹ que tangenciasse com a política de direito autoral da revista.

Acerca da licença *Creative Commons* cabe ressaltar que ao todo são quatro atribuições que, combinadas entre si, geram seis tipos de licenças, algumas mais restritivas, outras nem tanto. Assim, foi escolhida, na ocasião da configuração da revista no portal, a licença *Creative Commons* (by-nc-nd) que é considerada a mais restritiva entre as demais, essa licença permite que “[...] outros façam *download* de suas obras e as compartilhem, contanto que mencionem e façam o *link* a você, mas sem poder modificar a obra de nenhuma forma, nem utilizá-la para fins comerciais” (CREATIVE, 2011).

A necessidade de se estabelecer um controle e viabilizar a recuperação do conhecimento produzido pelos intelectuais já podia ser percebido no final do século XIX, quando os estudiosos Henri La Fontaine e Paul Otlet criaram um centro de documentação que pretendia ser uma biblioteca universal, onde se recuperaria toda a produção intelectual existente. O foco predominante nesse momento era o da recuperação e acesso à informação.

Além dos esforços no sentido de garantir a recuperação da informação, diferentes mecanismos foram desenvolvidos no intuito de se garantir a preservação digital do conhecimento acumulado pela humanidade. Talvez esse seja o maior desafio para os profissionais da informação e preocupação dos editores científicos, pois é preciso considerar a fragilidade e volubilidade do meio digital comparado ao tradicional suporte impresso. A inquietação, nesse caso, surge em decorrência da falta de longevidade das mídias e demasiada redução da

²¹ Oferecer sua obra sob uma licença *Creative Commons* não significa abrir mão dos seus direitos autorais. Significa oferecer alguns dos seus direitos para qualquer pessoa, mas somente sob determinadas condições. Maiores informações:

<http://www.creativecommons.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=22&Itemid=35>.

vida útil dos *hardwares* e dos *softwares*, o que acarreta incompatibilidade entre arquivos dantes armazenados e não mais recuperados frente às doravantes tecnologias. Sayão corrobora com essa colocação ao afirmar que:

A nossa compulsão em produzir informações digitais é infinitamente superior à nossa capacidade de preservar o acesso a elas. Não obstante, o que a humanidade deseja, sem talvez dar conta da dimensão do problema, é garantir que a herança cultural, histórica, científica e econômica expressa por meio da informação digital possa no futuro ser acessada por meio dos recursos tecnológicos disponíveis na época de maneira íntegra, e que essa informação tenha a garantia também de sua autenticidade e confiabilidade – o seu valor de prova. (SAYÃO, 2006, p. 114).

Preservação do acervo e a visibilidade da informação científica literária compõem um dos vieses do novo modo de se relacionar com questões gerenciais que é exigido do editor científico. A preservação da memória documental associado aos aspectos administrativos, políticos e financeiros constituem parte da seara do editor.

Atento a essa nova configuração e no intuito de contribuir para a preservação dos documentos digitais e assegurar o direito autoral das publicações, o PP firma contrato com a Crossref,²² objetivando garantir um link permanente ao conteúdo informacional disponibilizado nas publicações científicas da UFSC por meio do *Digital Object Identifier* (DOI).

O DOI é uma aplicação que:

[...] consiste em vincular um identificador persistente e único, criado ao mesmo tempo ou antes que o próprio objeto, a fim de proporcionar uma etiqueta que identifique o objeto por toda a sua vida útil, independentemente de sua localização. [...] Os objetos em si, que podem ser programas de computador, textos digitais, vídeos ou áudios digitais, ou qualquer material expresso

²² A Crossref é uma agência oficial de registro de link permanente para publicações acadêmicas e profissionais – <<http://www.crossref.org/>>.

digitalmente [...]. O objeto relacionado ao identificador DOI pode ser modificado a qualquer momento, porém um mesmo identificador nunca muda. (SABBATINI, 2005, p. 154).

No contexto brasileiro, a BU da UFSC se destacou como sendo uma das primeiras bibliotecas a executar o serviço de identificação digital em suas publicações científicas. Em maio de 2010, iniciaram-se os estudos para a instalação do projeto no PP. Como parte integrante desses estudos estruturou-se o comando DOI (que consiste em um prefixo e um sufixo) que atendessem às necessidades da Instituição e estivesse alinhado com os anseios editoriais. O prefixo contém o número da entidade responsável pelo registro, no caso a UFSC, e o sufixo personalizado para os periódicos científicos foi estabelecido após vários estudos que visavam instituir um comando que se identificava com a edição, número, ano e paginação de cada documento. Além disso, elaborou-se e disponibilizou-se aos editores o documento formal contendo as diretrizes²³ DOI, que estabelecem objetivos, a atribuição de cada participante envolvido no processo, tipos de documentos que receberão o comando, dentre outras questões.

Cabe destacar que compete aos editores sumariamente a revisão dos metadados, a exigência do resumo e palavras-chave nos documentos, o preenchimento correto do número ISSN, a abreviação correta do título, conforme a norma ABNT 6032²⁴ e a manutenção da periodicidade da revista.

No PP, a revista escolhida para receber primeiramente o comando DOI foi a *Outra Travessia* contribuindo, desse modo, para escrever a história do PP, da UFSC e da própria revista.

Todas as ações relatadas anteriormente fazem parte de um novo modelo de gestão exigido atualmente dos editores de revistas científicas eletrônicas. Ressalta-se que, nas áreas de Letras e Linguística, todas essas práticas são consideradas relativamente novas e, portanto, começam a se delinear as primeiras iniciativas em busca de se promover a profissionalização de editores que atuam nessa área com vistas a elevar a qualidade da publicação do conhecimento científico. Destaca-

²³ O documento na íntegra pode ser acessado em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/docs/DOIDiretrizes.pdf>>.

²⁴ A NBR 6032 fixa as condições exigíveis para uniformizar as abreviaturas de títulos de periódicos e publicações seriadas, com o fim de simplificar as referências constantes de bibliografias, citações e legendas bibliográficas.

se, nesse contexto, o evento nacional intitulado *Encontro de Editores Científicos na Área de Letras/Linguística* promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFSC em parceria com a BU e Capes ocorrido em junho de 2012. O evento contou com a presença de cerca de 120 participantes entre editores, coordenadores de programa de pós-graduação, bibliotecários e estudantes interessados em profissionalização e aperfeiçoamento das publicações.

8 CONCLUSÃO

Concluo esta dissertação concomitantemente ao perceber as potencialidades positivas de se posicionar criticamente frente ao novo contexto da arte literária e da crítica literária, compreendendo-as como parte da ação de crescimento das manifestações deste estudo. Além disso, reconheço uma consciência histórica na execução deste trabalho, pois mediante a escolha do *corpus* do estudo foi possível realizar reflexões sob o ponto de vista humanístico, memorial e do mundo.

Parte desse posicionamento leva-me a inferir, sem contudo superestimar a realidade, os avanços potenciais do meio eletrônico, e como esse aspecto reflete na comunicação científica, especialmente nos principais canais formais de comunicação, como os periódicos científicos. Apesar de todo o avanço tecnológico, observa-se que esses periódicos, geralmente, reproduzem os processos de legitimação e publicação tradicionais do meio impresso, evidenciando a travessia híbrida rumo ao tecnicismo.

Hibridismo este também visível nas ações gerenciais e nos aspectos culturais dos atores envolvidos no processo, ou seja, ainda nos deparamos com editores científicos que não abrem mão de recursos de impressão gráfica como meio de editoração de revistas, assim como é recorrente a presença de leitores que preferem o suporte papel para realizar suas leituras, autores que evitam usar plataformas eletrônicas para fazerem *downloads* de seus documentos submetidos à apreciação de um periódico optando, nesse caso, por enviar via correio postal seu manuscrito, além de avaliadores que se recusam a emitirem pareceres em sistemas de gerenciamento eletrônico e optam por fazê-lo por e-mail ou mesmo por correio.

São realidades que delimitam uma época, marcada por algumas tendências como, por exemplo, a de tornar a convivência eletrônica um caminho sem volta. Entretanto, incertezas em relação ao futuro dessas novas práticas no contexto social e especialmente questões do *como* e *o que* preservar para o futuro formam modulações discursivas contemporâneas.

No decorrer das reflexões esboçou-se o redemoinho de documentos que circularam nas edições reconhecidas como alvo do estudo, desvelando o papel de preservação institucional e memorial imposta à revista e ressaltando o intercâmbio de discursos presentes nas edições analisadas.

Cabe apenas apontar que as articulações, dentro de cada capítulo, buscaram primar pela coerência entre diferentes temas, correlacionando-

os. Assim, no capítulo intitulado “A biblioteca por vir: possibilidades imagináveis”, buscou-se desvendar a inquietação apresentada na introdução da dissertação e que diz respeito ao binômio materialidade/imaterialidade de documentos em meio eletrônico. Nessa perspectiva, foram explorados argumentos derridianos, flusseanos e foucaultianos que, mediante um mosaico de citações entrelaçadas e confrontadas, possibilitaram a construção de um possível posicionamento sobre a questão. As análises demonstram que a materialidade textual está presente, independentemente do suporte no qual está inserida. Assim, um documento impresso é materialmente perceptível para o leitor interessado, entretanto um documento exposto, materializado numa tela do computador também, pois, nesse caso, existe a materialidade incorpórea do discurso que por sua vez é resultado de enunciados.

Por outro lado, a imaterialidade, sob esse ponto de vista, é momentânea e está associada ao movimento de conversão de um documento impresso em imagens, por meio da digitalização, para ser inserido em outro suporte, o eletrônico. Essa análise passa pela transposição da revista como um processo que privilegia a imagem, imagem dentro da imagem, ou seja, se considerarmos que a escrita é uma imagem de superfície, pois converte representações, interpondo-se entre o mundo e o homem, ao se vaguear em imagens de superfície e convertê-las em imagens técnicas surge o processo de se produzir imagens a partir de processo indireto de textos. Para Flusser (2011), isso confere posicionamento histórico e ontológico diverso da imagem tradicional.

No capítulo “Impressões textuais”, o ponto principal é a inquietação teórica do intelectual, do crítico inserido na academia, enfatizando a relação institucional que existe entre os preceitos da crítica e o modo como as instituições os estabelecem. Desse modo, o intelectual (re)escreve textos calcados em uma autoridade, um poder do discurso constituído institucionalmente. Esse poder é percebido nas delimitações autoritárias que estabelecem quem e quais discursos seletivamente devem ser mantidos ou não. O processo de avaliação por pares numa revista é a representação desse poder do discurso, legitimação e classificação do mesmo. Outro enfoque do capítulo é a analogia entre a excursão rizomática proposta por Deleuze e Guattari a questão da multiplicidade do conhecimento por meio da disseminação do mesmo em redes de comunicação. Disseminação que pode ser constatada mediante o uso de ferramentas de estatísticas que sinalizam

número de acesso por dia, mês e ano, além de possibilitar a verificação dos documentos mais acessados e os países que buscam tal informação.

O estudo assinala as principais inquietações que envolvem a comunicação científica na atualidade, como a iniciativa do arquivo aberto e acesso aberto e o papel institucional do PP dentro desse contexto. Outrossim, relatou-se o *modus operandi* que envolveu todo o processo de transposição da *Outra Travessia* para o ambiente eletrônico, processo que engloba desde o encaminhamento do projeto por parte do editor, adequação às diretrizes do PP, transposição propriamente dita com a digitalização das edições e inserção na plataforma eletrônica.

Dentro desse contexto, analisou-se o modo como se comporta os atores do processo frente ao novo formato e às novas práticas de se ler, escrever, criticar e, sobretudo, editar uma revista científica institucional. A análise descortinou que leitores, autores e avaliadores são papéis que, por vezes, se entrelaçam, pois a leitura é premissa para a escrita que, por sua vez, é função do intelectual avaliador. Para o leitor surgem novos recursos cognitivos, como a possibilidade de inclusão de vídeos e sons como documentos suplementares ao documento principal de uma edição. Além de recorrerem a ferramentas de leituras que viabilizam a compreensão do texto, atalhos para informação biográfica do autor, impressão, enviar por e-mail, contato com o autor e até mesmo inserir comentários acerca do texto lido. O autor que publica em revista científica igualmente utiliza esses recursos para ampliar o jogo da escrita, pois se vale de recursos midiáticos para incrementar sua escrita, ademais, pode analisar dados estatísticos e índices avaliativos, como o critério da Capes, disponíveis geralmente na internet, para decidir em qual publicação deseja submeter seu documento à apreciação dos pares. Sobre o avaliador/crítico, este assimila aos poucos essa nova funcionalidade, seleciona objetos e métodos que conjugam diferentes tipos de estratégia de análise.

A função do editor de uma publicação eletrônica passa por significativa adaptação, pois ele articula os três papéis citados anteriormente, ou seja, o editor atua na interface entre leitor, autor e avaliador ao delimitar as políticas da revista e optar por abrir-se para recursos eletrônicos existentes, incrementado assim a publicação. Outra decisão importante que o editor deve considerar ao publicar eletronicamente refere-se à preservação digital dos documentos. É sabido que uma obra em papel possui estimativa de 500 anos de durabilidade e o ambiente eletrônico com a efemeridade dos *hardwares* e *softwares* ainda não desenvolveu soluções de preservação de documentos a longo prazo. Aqui se instaura um dilema, por um lado

manter a publicação em formato impresso, dotado de restrições quanto ao acesso e à visibilidade e elevado custo financeiro de criação e manutenção, mas relativamente seguro quanto à preservação da memória, e, por outro, a transposição para o ambiente eletrônico munido de flexibilidade, inclusive financeira, acessibilidade e visibilidade, porém com frágeis soluções no que tange a proteção, conservação e resguardo digital. Esses fatores podem ajudar a compreender o hibridismo que se percebe nas formas de publicação de revistas, pois criar uma cultura digital é um processo e requer tempo de adaptação.

Desse modo, acredito ter cumprido, neste estudo, a reflexão acerca da mídia pela qual a comunicação científica se apoia para experimentar novos fluxos de comunicação. Torna-se relevante observar a atuação dos efeitos midiáticos no processo que envolve a disponibilização e a disseminação dos conteúdos científicos sem, sobretudo, deixar de interrogá-los.

Ressalta-se que a interdisciplinaridade entre diferentes ciências está presente na dissertação, ao se considerar a coadunação da tradicional Teoria Literária e a relativamente nova Ciência da Informação. Le Coadic (2004) já prenunciava a interdisciplinaridade, como a colaboração de diferentes áreas, propiciando laços de reciprocidade, trocas intelectuais com favorecimento e dignificação para ambas. Essa interdisciplinaridade fica evidente ao se apresentar aspectos nesta dissertação como, por exemplo, conceitos como biblioteca, arquivo, memória, escrita, hibridismo, intelectual, que podem ser pensados nas diferentes áreas do conhecimento considerando, evidentemente, suas particularidades e especificidades, sem, sobretudo, deixar de revelar a comunhão entre elas.

Ouso dizer que o maior desafio e motivação neste estudo foi tentar harmonizar áreas correlatas, porém distintas. Para isso, foi necessário conjugar referenciais teóricos de cânones com novos pesquisadores. Além disso, repensar ou, por que não, “desconstruir” conceitos naturalizados como biblioteca e arquivo. Esse desafio me impôs admitir que, na superfície da estrutura dos conceitos – considerando que a partir do pensamento da desconstrução, conceito não tem identidade, pois é um devir e, portanto, inacabado e em permanente deslocamento – aquilo que antes eu considerava inabalável, sólido e coeso pode estar reprimindo outras significações.

Sobre a indexação, cabe ressaltar que não existe uma tradição em se indexar as revistas da área da Letras/Linguística, de modo que esse item não é levado em consideração pelo comitê de avaliação Qualis/Capes. Entretanto essa realidade vem se alterando. Estimulado

pelas possibilidades eletrônicas, inicia-se um processo de maior atenção por parte dos editores preocupados em dar visibilidade aos conteúdos produzidos nos Programas de Pós-Graduação e em gerar índices de impacto.

Nesta dissertação, busquei estabelecer coerência nas proposições dos argumentos, sem contudo assumir uma posição extremada ou conservadora, mas, antes, com o propósito de alinhar harmoniosamente o posicionamento pessoal com articulações discursivas compatíveis que tragam em si algumas reflexões que não se esgotam neste estudo. Estas foram as expectativas em que, de alguma forma, apostei.

Ao fim, concluo que transpor a *Outra Travessia* para o ambiente eletrônico e tentar compreender as nuances que permearam esse processo é, de certo modo, (re)pensar, (re)abordar, (re)analisar questões pertinentes à própria teoria literária, às práticas discursivas abertas voltadas às fronteiras deslizantes.

REFERÊNCIAS

AGRASSO NETO, Manoel; ABREU, Aline França de. *Conhecimento científico: subsídios para gestão de serviços de referência e informação*. Florianópolis: UFSC, 2009.

ANDRADE, Ana Luiza. Nas asas do papel, entre dobras: livro, leque, revista. *Outra Travessia*, Florianópolis, n. 40/1, p. 37-57, jun. 2003.

BARTHES, Roland. *O rumor da língua*. 2. ed. São Paulo: M. Martins, 2004.

BENJAMIM, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. São Paulo: UNESP, 1997.

CAMARGO, Maria Lucia de Barros. Sobre revistas, periódicos e qualis tal. *Outra Travessia*, Florianópolis, n. 40/1, p. 21-36, jun. 2003.

CAPELA, Carlos Eduardo Schmidt; SCRAMIM, Susana. Através da Travessia, uma Outra Travessia, sempre. *Outra Travessia*, Florianópolis, n. 10, p.163-168, 2010. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/Outra/article/view/2176-8552.2010n10p163/pdf_1>. Acesso em: 12 mar. 2011.

_____. Apresentação. *Outra Travessia*, Florianópolis, n. 40/1, p. 5-6, 2003. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/Outra/article/view/13087/12167>>. Acesso em: 20 mar. 2011.

CARVALHO, Kathia de. Disseminação da informação e biblioteca: passado, presente e futuro. In: CARVALHO, Kathia; SCHWARZELMULLER, Anna Fredericka. *O ideal de disseminar*. Salvador: EDUFBA, 2006. p. 9-27.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (Brasil). *Qualis Periódicos*. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/qualis>>. Acesso em: 11 nov. 2011.

CREATIVE Commons BR. Disponível em: <http://www.creativecommons.org.br/index.php?option=com_frontpage&Itemid=1>. Acesso em: 01 mar. 2011.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo: Editora 34, 1995.

DERRIDA, Jacques. *Papel-máquina*. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.

DINIZ, Alai Garcia. A literatura entre fronteiras e deslocamentos: corpo, papel e imagem. *Outra Travessia*, Florianópolis, n. 7, p. 65-72, 2008.

DINIZ, Madson. Tudo que é digital se desmancha no ar: poéticas e diásporas digitais. In: RIBEIRO, Ana Elisa et al. *Leitura e escrita em movimento*. São Paulo: Peirópolis, 2010.

EAGLETON, Terry. *Teoria da Literatura: uma introdução*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

ELUAN, Andrenizia Aquino. *Análise do uso da plataforma Open Journal System para o processo de editoração eletrônica: um estudo focado nos editores de periódicos científicos eletrônicos de acesso livre em Ciência da Informação e Biblioteconomia no Brasil*. 2009. 130 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Ciência da Informação, Departamento de Ciência da Informação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009. Disponível em: <<http://www.tede.ufsc.br/teses/PCIN0041-D.pdf>>. Acesso em: 30 nov. 2010.

FERREIRA, Sueli Mara Soares Pinto. Repositórios versus revistas científicas: convergências e convivências. In: FERREIRA, Sueli Mara Soares Pinto; TARGINO, Maria Das Graças. *Mais sobre revistas científicas: em foco a gestão*. São Paulo: Senac São Paulo, 2008. p. 111-137.

FLUSSER, Vilém. *Filosofia da caixa preta*. São Paulo: Annablume, 2011.

_____. *O mundo codificado: por uma filosofia do design e da comunicação*. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FREITAS, Maria Helena. Considerações acerca dos primeiros periódicos científicos brasileiros. *Ci. Inf.* [online]. 2006, v. 35, n. 3, p. 54-66. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v35n3/v35n3a06.pdf>>. Acesso em: 02 fev. 2011. DOI: 10.1590/S0100-19652006000300006.

FURLAN, Stélio. Outra Travessia, um novo olhar. *Outra Travessia*, Florianópolis, n. 10, p. 5-10, jul. 2010. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/Outra/article/view/18651/pdf_1>. Acesso em: 28 mar. 2011.

GASPAR, Nádia Regina. Foucault nas visibilidades enunciativas. In: SARGENTINI, Vanice; BARBOSA, Pedro Navarro. *Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder e subjetividade*. São Carlos: Claraluz, 2004. p. 183-200.

_____; REIS, Livia de Lima. Um olhar da análise do discurso para a representação temática na Ciência da Informação. *DataGramaZero*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 6, dez. 2010. Disponível em: <http://datagramazero.org.br/dez10/Art_01.htm>. Acesso em: 24 fev. 2011.

GOULART, Audemaro Taranto. Notas sobre o desconstrucionismo de Jacques Derrida. 2003. Disponível em: <<http://www.ich.pucminas.br/posletras/Producao%20docente/Audemaro/Derrida%20-%20Desconstrucao.pdf>>. Acesso em: 24 maio 2012.

GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise. O enunciado e o arquivo: Foucault (entre)vistas. In: SARGENTINI, Vanice; NAVARRO-BARBOSA, Pedro. *Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade*. São Carlos: Claraluz, 2004, p. 23-44.

HARNAD, Stevan. *The self-archiving initiative*. Disponível em: <<http://www.nature.com/nature/debates/e-access/Articles/harnad.html>>. Acesso em: 08 abr. 2011.

HAYLES, N. Katherine. *Literatura eletrônica: novos horizontes para o literário*. São Paulo: Global, 2009.

KAMITA, Rosana Cássia. *Teoria da literatura IV*. Florianópolis: LV/CCE, 2009.

KURAMOTO, Hélio. Informação científica: proposta de um novo modelo para o Brasil. *Cin. Inf.* [online], Brasília, v. 35, n. 2, maio/ago. 2006.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v35n2/a10v35n2.pdf>>. Acesso em: 28 fev. 2011.

_____. *O IBICT lança nessa semana o Portal OASIS.BR*. Disponível em: <<http://kuramoto.wordpress.com/2006/08/23/ibict-lanca-esta-semana-o-portal-oasisbr/>>. Acesso em: 01 mar. 2011.

LAGOZE, Carl; VAN DE SOMPEL, Herbert. *The open archives initiative: building a low-barrier interoperability framework*. Disponível em: <<http://www.cs.cornell.edu/lagoze/papers/oai-jcdl.pdf>>. Acesso em: 31 mar. 2011.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LE COADIC, Yves-François. *A ciência da informação*. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

LEVY, Pierry. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999.

MÀRDERO-ARELLANO, Miguel Ángel; FERREIRA, Sueli Mara Soares Pinto; CAREGNATO, Sônia Elisa. Edição eletrônica de revistas científicas com suporte do protocolo OAI. In: FERREIRA, Sueli Mara Soares Pinto; TARGINO, Maria das Graças (Org.). *Preparação de revistas científicas: teoria e prática*. São Paulo: Reichmann & Autores, 2005.

MARTINS, Ana Luiza. *Revista em revistas: imprensa e práticas culturais em tempos de república*, São Paulo (1890-1922). São Paulo: USP, 2001.

MEADOWS, Arthur Jack. *A comunicação científica*. Brasília: Briquet de Lemos, 1999.

MORAÑA, Mabel. Revistas culturales y mediación letrada en América Latina. *Otra Travessia*, Florianópolis, v. 40, n. 1, p. 67-73, 2003.

MUZART, Zahidé Lupinacci. Editorial. *Travessia*, Florianópolis, n. 1, p. 3, 1980.

OLIVEIRA, Eduardo Romero de. Iluminismo e império no Brasil: o patriota (1813 - 1814). *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, jan. 2009. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2009000100026&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 ago. 2010.
DOI: 10.1590/S0102-311X2009000100026.

OUTRA TRAVESSIA. Florianópolis: UFSC, n. 40/1, 2003. Disponível em:
<<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/Outra/issue/view/1197/showToc>>. Acesso em: 13 nov. 2011.

_____. Florianópolis, UFSC, n. 2, 2004a. Disponível em:
<<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/Outra/issue/view/1198/showToc>>. Acesso em: 13 nov. 2011.

_____. Florianópolis: UFSC, n. 3, 2004b. Disponível em:
<<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/Outra/issue/view/1199/showToc>>. Acesso em: 13 nov. 2011.

_____. Florianópolis: UFSC, n. 4, 2005a. Disponível em:
<<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/Outra/issue/view/1200/showToc>>. Acesso em: 13 nov. 2011.

_____. Florianópolis: UFSC, n. 5, 2005b. Disponível em:
<<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/Outra/issue/view/1201/showToc>>. Acesso em: 13 nov. 2011.

_____. Florianópolis: UFSC, n. 6, 2007. Disponível em:
<<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/Outra/issue/view/1202/showToc>>. Acesso em: 13 nov. 2011.

_____. Florianópolis: UFSC, n. 7, 2008. Disponível em:
<<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/Outra/issue/view/1203/showToc>>. Acesso em: 13 nov. 2011.

PRADO, Gilberto. Arte em rede: algumas indagações sobre criação, experimentação e partilha. In: RIBEIRO, Ana Elisa et al. *Leitura e escrita em movimento*. São Paulo: Peirópolis, 2010. Cap. 4, p. 55-63.

RIGHETTI, Sabine. Universidade Harvard reclama do preço de revistas científicas. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 01 maio 2012. Ciência, Caderno Caderno, p. c8-c9. Disponível em:
<<http://library.pressdisplay.com/pressdisplay/viewer.aspx>>. Acesso em: 03 maio 2012a.

_____. Cientistas boicotam a maior editora de periódicos do mundo. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 10 fev. 2012. Ciência, Caderno Caderno, p. 14-15. Disponível em:
<<http://library.pressdisplay.com/pressdisplay/viewer.aspx>>. Acesso em: 03 maio 2012b.

ROCHA, Carolini da. *Comunicação científica: autoria e colaboração científica em Ciência da Informação e Biblioteconomia*. 2008. 199 f. Trabalho Conclusão de Curso (Graduação) – Curso de Biblioteconomia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

ROCHA, João Cezar de Castro. Ensaio parnasiano? Por uma teoria da proximidade dos objetos: Euclides da Cunha e Olímpio de Souza Andrade. *Outra Travessia*, Florianópolis, n. 2, p. 55-77, 2004.

RODRIGUES, Rosângela Schawrz; Fachin, Gleisy Regina Bories. Portal de periódicos científicos: um trabalho multidisciplinar. *TransInformação*, Campinas, v. 22, n. 1, p. 33-45, 2010.

SABBATINI, Marcelo. *Publicações eletrônicas na internet*. São Caetano do Sul: Yendis, 2005.

SAID, Edward W. *Representações do intelectual*. São Paulo: Companhia Das Letras, 2005.

SAYÃO, Luiz Fernando. Preservação digital no contexto das bibliotecas digitais: uma breve introdução. In: MARCONDES, Carlos H. et al. *Bibliotecas digitais: saberes e práticas*. Salvador: EDUFBA; Brasília: IBICT, 2006, p. 113-143.

SEMERARO, Giovanni. Intelectuais orgânicos em tempos de pós-modernidade. *Caderno Cedes*, Campinas, v. 26, n. 70, p. 373-391, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v26n70/a06v2670.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2010.

SILVA, Lena Veiga e. *Um serviço de auto-arquivamento de publicações científicas compatível com o padrão OAI*. 2004. 87 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Ciências da Computação, UFMG, Belo Horizonte, 2004. Disponível em: <<http://www.dcc.ufmg.br/pos/cursos/defesas/27M.PDF>>. Acesso em: 05 abr. 2011.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SUAIDEN, Emir. Prefácio. In: FERREIRA, Sueli Mara Soares Pinto; TARGINO, Maria Das Graças. *Mais sobre revistas científicas: em foco a gestão*. São Paulo: Senac São Paulo, 2008. p. 9-13.

TARGINO, Maria das Graças. Produção intelectual, produção científica, produção acadêmica: facetas de uma mesma moeda? In: CURTY, Renata Gonçalves. *Produção intelectual no ambiente acadêmico*. Londrina: UEL/CIN, 2010.

VOLPATO, Gilson. *Publicação científica*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2008.

WOLFF, Francis. Dilema dos intelectuais. In: NOVAES, A. *O silêncio dos intelectuais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

ANEXO A – Diretrizes do Portal de Periódicos UFSC



DIRETRIZES DO PORTAL DE PERIÓDICOS DA UFSC

Florianópolis
2009

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	119
2 OBJETIVOS.....	120
2.1	Objetivos
Específicos.....	120
3 CONSELHO EDITORIAL DO PORTAL DE PERIÓDICOS.....	120
4 CRITÉRIOS.....	4
5 DO SUPORTE AO EDITOR DO PERIÓDICO.....	4
6 DAS REUNIÕES DO CONSELHO EDITORIAL.....	4
ANEXO A.....	5
ANEXO B.....	6

1 INTRODUÇÃO

O Portal de Periódicos da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) é resultado de uma parceria entre o Departamento e o Programa de Pós-Graduação em Ciências da Informação, a Biblioteca Central e os editores com o apoio da administração central da UFSC. Tem como objetivo oferecer suporte aos periódicos científicos da instituição, para que essas publicações estejam cada vez mais alinhadas com os padrões de qualidade nacionais e internacionais das suas áreas.

A UFSC responde, assim, às demandas da sociedade e ao apoio do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT, que recomenda o uso da plataforma SEER assegurando, desse modo, a disseminação da produção científica e a visibilidade dos artigos publicados nas diversas áreas do conhecimento.

As ações para a criação do Portal de Periódicos da UFSC iniciaram em 2006 com a realização do I Simpósio de Comunicação Científica, promovido pela revista *Encontros Bibli*, ligada ao departamento de Ciência da Informação e ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, responsáveis pela implantação. O Portal foi oficialmente inaugurado em maio de 2008, com sete revistas completas e trinta e duas em processo de migração. Em 2009, a gestão do Portal fica sob a responsabilidade da Biblioteca Central e é criada a Incubadora de Periódicos, projeto coordenado por professores do departamento e do programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, que abriga títulos novos e organiza as ações de ensino e pesquisa relacionadas à comunicação científica *on-line*.

O alinhamento com as iniciativas nacionais lideradas pelo Instituto Brasileiro de Ciência e Tecnologia (IBICT) <<http://www.ibict.br>> e internacionais, especialmente o *Directory of Open Access Journals* (DOAJ) <<http://www.doaj.org>> e o *Public Knowledge Project* (PKP) <<http://pkp.sfu.ca/>> mostra a opção por arquivos abertos com interoperabilidade internacional, nos quais a sociedade tem acesso livre à produção científica gerada pela universidade pública.

O Portal de Periódicos da UFSC, disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/>>, será regido pelas seguintes diretrizes.

2 OBJETIVOS

Essas diretrizes têm por objetivo dar suporte, manutenção e sustentabilidade aos periódicos científicos do Portal de Periódicos da UFSC.

2.1 Objetivos Específicos

- registrar a responsabilidade institucional quanto ao armazenamento, sustentabilidade e segurança dos dados; e
- garantir suporte técnico e operacional aos editores.

3 CONSELHO EDITORIAL DO PORTAL DE PERIÓDICOS

O Conselho Editorial do Portal de Periódicos da UFSC é composto por sete membros, todos servidores da UFSC, das categorias docente e técnico-administrativo, designados pela portaria nº 1.203/GR, de 23/09/2008. O mandato do Conselho Editorial será de dois anos, permitida uma recondução por igual período. Dele farão parte, sob a presidência da primeira:

- Narcisa de Fátima Amboni – Biblioteca Universitária;
- Káthia Regina Lemos Jucá – Núcleo de Processamento de Dados;
- Maria Lúcia de Barros Camargo – Centro de Comunicação e Expressão;
- Eunice Sueli Nodari – Centro de Filosofia e Ciências Humanas;
- Rosângela Schwarz Rodrigues – Centro de Ciências da Educação;
- Sérgio Fernando Torres de Freitas – Centro de Ciências da Saúde;
- Luiz Henrique de Araújo Dutra – Centro de Filosofia e Ciências Humanas.

O Conselho Editorial do Portal de Periódicos tem como funções articular, por meio da elaboração de documentos, as demandas dos periódicos da UFSC, as políticas nacionais e internacionais dos órgãos relacionados à publicação científica e as estruturas da instituição necessárias para a segurança e sustentabilidade dos periódicos no Portal. Para atender o propósito macro, são implementadas as seguintes ações:

- Propor e efetivar as diretrizes de funcionamento e desenvolvimento do Portal de Periódicos da UFSC, bem como supervisionar suas atividades; e

- Estabelecer e revisar, sempre que necessário, os critérios utilizados para a admissão e permanência dos periódicos no Portal.

O Conselho Editorial designará comissões para analisar as situações que não estão previstas nas presentes diretrizes.

4 CRITÉRIOS

O Portal de Periódicos hospedará as publicações científicas periódicas institucionalmente ligadas à UFSC, ou seja, exclusivamente os periódicos vinculados aos programas de pós-graduação, graduação, núcleos de pesquisas e laboratórios reconhecidos oficialmente pela Universidade Federal de Santa Catarina.

A admissão de novos periódicos da UFSC no Portal perpassa por encaminhamento, por parte do editor, ao Conselho Editorial de um projeto com detalhamentos acerca da revista para que os membros do Conselho possam analisar a conformidade com os critérios vigentes e garantir as condições técnicas de hospedagem. Periódicos com menos de três anos de existência devem ser encaminhados à Incubadora de Periódicos da UFSC.

Os requisitos utilizados na admissão dos periódicos são os critérios estabelecidos pelo Portal Brasileiro de Repositórios e Periódicos de Acesso Aberto do IBICT (OASIS²⁵), <<http://www.oasis.br>>. Estes critérios se aplicam aos periódicos de todas as áreas do conhecimento e devem ser considerados em conjunto com os critérios específicos de cada área, especialmente os da CAPES. Sumariamente, os critérios utilizados são:

- OASIS.BR ;
- CAPES (recomendações específicas para cada área);
- Portal da CAPES – Qualis B ou A ou ISI;
- Ícone da Licença Creative Commons <<http://creativecommons.org>>;
- Adequação às normas da ABNT ou APA ou ISO ou MLE ou MONTREAL ou VANCOUVER; e

²⁵ O termo em inglês que origina a sigla OASIS é Open Access & Scholarly Information System.

- O editor do periódico deverá ser usuário cadastrado na biblioteca da UFSC.

Os periódicos que objetivam visibilidade internacional devem considerar utilizar também os critérios do *Directory of Open Access Journals* (DOAJ) <<http://www.doaj.org>>.

Os periódicos, disponibilizados atualmente no Portal, que não atenderem estas diretrizes receberão acompanhamento e orientações da equipe do Portal por um período de até dois anos, para que sejam realizadas as devidas adequações. Ao final desse período, os periódicos que ainda não preencherem os requisitos serão encaminhados à Incubadora até que atendam os critérios vigentes.

5 DO SUPORTE AO EDITOR DO PERIÓDICO

O editor de periódico do Portal poderá, a qualquer tempo, solicitar à equipe responsável orientação para o aperfeiçoamento da publicação, inclusive no que se refere aos critérios de avaliação da área. Dentro das possibilidades e da disponibilidade, a equipe do Portal atuará junto ao editor para acompanhar individualmente cada periódico, garantindo o atendimento às especificidades de cada título.

As decisões sobre a política de cada periódico são de inteira responsabilidade dos editores, cabendo à equipe do Portal fazer as recomendações de acordo com os critérios de qualidade nacionais e internacionais relevantes para cada área do conhecimento.

Os editores dos periódicos contarão com o suporte do Portal no que tange à migração de seus exemplares, assistência no uso do sistema SEER/OJS, normalização dos periódicos, configuração das revistas, controle e análise de estatísticas, indexação nacional e internacional, customização dos periódicos e mapeamento dos autores.

Anualmente, o Conselho Editorial realizará uma avaliação de todos os periódicos do Portal para aferir conformidade com as normas vigentes.

A exclusão, permanente ou temporária, de um periódico do Portal deverá ser realizada após parecer do Conselho Editorial. Em caso de identificação de inconformidade com os critérios estabelecidos, o periódico passará para o servidor da Incubadora de Periódicos, onde receberá assessoria adicional quanto aos aspectos a serem melhorados.

6 DAS REUNIÕES DO CONSELHO EDITORIAL

O Conselho Editorial se reunirá periodicamente a cada dois meses na sala de reuniões da Biblioteca Central da UFSC a partir de convocação através de correio eletrônico realizada pela presidente do Conselho Editorial.

Florianópolis, 19 de maio de 2009.

ANEXO A – CRITÉRIOS OASIS.BR (em vigor em 12/2008)

Caráter científico: os artigos publicados no periódico devem constituir produto de resultados de pesquisa científica, artigos de revisão, artigos de caráter opinativo e conteúdos de natureza acadêmica;

Arbitragem científica: o periódico científico deve obrigatoriamente utilizar o processo de avaliação pelos pares. É altamente recomendável que o periódico possua avaliadores externos, ou seja, provenientes de diferentes instituições. Os artigos submetidos ao periódico devem obrigatoriamente ser avaliados pelos pares. Os critérios de avaliação devem estar especificados na página do periódico;

Periodicidade regular: o periódico deve cumprir regularmente a periodicidade de publicação que deve ser mencionada na página do periódico;

Comitê editorial: o periódico deve obrigatoriamente dispor de comitê editorial multi-institucional especificado;

O periódico deve exigir dos autores a inclusão de resumo, palavras-chave e título em inglês;

A editora²⁶ do periódico científico deve estar identificada na página do periódico;

O periódico deve apresentar sumário ou estrutura similar dos números publicados;

O periódico deve possuir obrigatoriamente ISSN;

Normalização: o periódico deve especificar normas de apresentação dos artigos científicos, incluindo sugestão de regras para referências bibliográficas. Os artigos devem apresentar claramente a origem institucional dos autores e endereço de correio eletrônico;

O periódico deve disponibilizar instruções para os autores;

Caso os metadados do artigo sejam preenchidos pelo próprio autor, recomenda-se que sejam revisados antes da publicação.

²⁶ A editora, ou seja, a entidade que publica e administra o periódico científico.

*ANEXO B – Diretrizes para atribuição do DOI nos periódicos
hospedados no portal de periódicos UFSC*



*Alexandre Oliveira
Andrea Figueiredo Leão Grants
Claudiane Weber
Narcisa de Fatima Amboni*

***DIRETRIZES PARA ATRIBUIÇÃO DO DOI NOS PERIÓDICOS
HOSPEDADOS NO PORTAL DE PERIÓDICOS UFSC***

*Florianópolis
2010*



Commons

Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative

SUMÁRIO

1	DOI – DIGITAL OBJECT IDENTIFIER.....	127
1.1	OBJETIVO GERAL.....	127
2	EQUIPE ENVOLVIDA NO PROCESSO DE ATRIBUIÇÃO.....	127
2.1	DAS COMPETÊNCIAS DA EQUIPE.....	128
2.1.2	Atribuição dos bibliotecários.....	4
2.1.3	Atribuição do arquivista.....	129
2.1.4	Atribuição da DAINF.....	5
2.1.5	Atribuição dos Editores.....	5
3	CRITÉRIOS PARA ATRIBUIÇÃO DO DOI.....	129
3.1	DAS DIRETRIZES PARA DEFINIR OS TIPOS DE DOCUMENTOS QUE RECEBERÃO O IDENTIFICADOR DOI.....	6
3.2	DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA QUE O PERIÓDICO RECEBA O DOI.....	6
3.3	CRITÉRIOS PARA DESCARTE DE PERIÓDICOS.....	7
4	DA REVISÃO DA POLÍTICA DE DIRETRIZES PARA ATRIBUIÇÃO DO DOI NOS PERIÓDICOS HOSPEDADOS NO PORTAL DE PERIÓDICOS UFSC.....	7
	REFERÊNCIAS.....	7

1 DOI – DIGITAL OBJECT IDENTIFIER

É uma aplicação do Handle System Resolver, desenvolvido originalmente pela Corporation of National Research Initiatives (CNRI). Esta aplicação consiste em vincular um identificador persistente e único, criado ao mesmo tempo ou antes que o próprio objeto, a fim de proporcionar uma etiqueta que identifique o objeto por toda a sua vida útil, independentemente de sua localização. [...] O identificador consiste de duas partes: um prefixo contendo uma designação de diretório e o número da entidade responsável pelo registro e um sufixo que identifica unicamente cada item. [...] A política estabelecida pela IDF especifica que as URLs submetidas ao sistema devem estar sob o controle da organização detentora e que identificadores só poderão ser designados a materiais cujos direitos autorais sejam propriedade desta organização (SABBATINI, 2005).

O Portal de Periódicos UFSC entendendo a necessidade de garantir um link permanente ao conteúdo informacional científico produzido pelos periódicos científicos hospedados no portal, estabelece as diretrizes para implementação e atribuição nos documentos.

1.1 OBJETIVO GERAL

Estabelecer diretrizes para atribuição do DOI nos documentos dos periódicos científicos hospedados no Portal de Periódicos.

1.1.1 Objetivos Específicos

- Levantar os critérios utilizados pelas bibliotecas na atribuição do prefixo DOI;
- Definir critérios para determinar quais tipos de documentos receberão o identificador DOI;
- Verificar os requisitos necessários para que o periódico receba o DOI; e
- Registrar a responsabilidade do Portal quanto à manutenção do contrato com a *CrossRef*.

2 EQUIPE ENVOLVIDA NO PROCESSO DE ATRIBUIÇÃO NO PORTAL DE PERIÓDICOS

Para dar pleno funcionamento aos objetivos propostos para esta política, o Portal de Periódicos UFSC disponibiliza atualmente a sua equipe. Esta é formada por 5 (cinco) bibliotecários, 1 (um) arquivista e 4 (quatro) bolsistas, além de contar com suporte técnico e operacional dos profissionais da Divisão de Automação e Informática (DAINF) e da Superintendência de Governança Eletrônica e Tecnologia da Informação e Comunicação (SeTIC).

2.1 DAS COMPETÊNCIAS DA EQUIPE

2.1.1 Coordenação do Portal

Composta por Narcisa de Fatima Amboni (Diretora da Biblioteca Universitária) e Andrea Figueiredo Leão Grants (Bibliotecária). Cabe à coordenação acompanhar e aperfeiçoar, juntamente com a equipe da DAINF e SeTIC, os critérios e diretrizes para inclusão do prefixo DOI nos periódicos do Portal.

2.1.2 Atribuição dos bibliotecários

Aos demais bibliotecários da equipe do Portal de Periódicos, atribuir-se-á:

- a) Verificar se os periódicos atendem aos critérios do item 3 (critérios para atribuição do DOI);
- b) Tratar tecnicamente os recursos informacionais do Portal de Periódicos UFSC;
- c) Aplicar o prefixo DOI na interface do Portal e disponibilizá-los aos editores para que estes incluam nos PDF/As;
- d) Monitorar os periódicos já identificados pelo prefixo DOI, para determinação de sua continuidade no *CrossRef*;
- e) Prestar atendimento personalizado aos editores e equipe editorial de cada periódico no que tange a normalização e preenchimento correto dos metadados;
- f) Propor aos editores, quando atendidos os critérios, a inclusão do prefixo DOI;
- g) Desenvolver estudos e pesquisas acerca da normalização internacional e metabuscadores; e
- h) Elaborar manual de padrões de qualidade gerencial.

2.1.3 Atribuição do arquivista

Compete ao arquivista desenvolver a(s) atividade(s) estabelecidas no item 2.1.2, alíneas a, b, c, d, g.

2.1.4 Atribuição da DAINF

Compete à DAINF:

- a) Estudar e formalizar a atribuição do DOI aos periódicos. Entende-se estudar todos os processos para que o periódico ao ser lançado já possua o identificador persistente;
- b) Formar os integrantes da equipe do Portal, para que possam efetuar as tarefas da atribuição do DOI;
- c) Acompanhar o processo de atribuição; e
- d) Avaliar juntamente com a Coordenação do Portal melhorias nos processos de atribuição e avaliações das políticas.

2.1.5 Atribuição dos Editores

Aos editores compete como requisitos mínimos:

- a) Revisão dos metadados (títulos, resumos, palavras-chaves, autoria) nos documentos que receberão o DOI.
- b) Normalização da revista com a exigência de resumo nos artigos e palavras-chaves;
- c) O preenchimento correto dos ISSNs;
- d) O título abreviado conforme a norma da ABNT 6032;
- e) O nome dos autores grafados corretamente;
- f) Manter a periodicidade da revista.

3 CRITÉRIOS PARA ATRIBUIÇÃO DO DOI

3.1 DAS DIRETRIZES PARA DEFINIR OS TIPOS DE DOCUMENTOS QUE RECEBERÃO O IDENTIFICADOR DOI

Periódicos de caráter científico nas diversas áreas de conhecimento, com avaliação *qualis*, e que estejam hospedados no Portal de Periódicos da UFSC;

Após a atribuição do DOI aos periódicos, cada número de fascículo terá uma atribuição específica aos artigos, resenhas, entrevistas, entre outros tipos de documentos de caráter científico.

3.2 DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA QUE O PERIÓDICO RECEBA O DOI

O periódico deverá atender aos requisitos mínimos solicitados pelos critérios de indexação internacional como: preenchimento correto dos metadados; primar pela qualidade da normalização da revista; exigência de resumo nos artigos,²⁷ o preenchimento correto dos ISSNs; título abreviado conforme a norma da ABNT 6032/1989; grafia correta do nome dos autores e se abreviados manter uma padronização; periodicidade em dia;

Como prioridade será atribuído o DOI a todas as edições de 2010 e as previstas para lançamento neste ano vigente;

Uma vez completa a atribuição das edições de 2010, a coleção retrospectiva também receberá o identificador;

A equipe do Portal de Periódicos fará o processo de atribuição e depósito no *CrossRef*; e

Atribuição do DOI antes da visualização pública da edição: O editor deverá comunicar a equipe do Portal com um prazo mínimo de 15 dias antes da publicação de uma nova edição. Isto se faz necessário para que a equipe possa depositar os metadados do DOI junto a *CrossRef*. Esta recomendação é necessária para que a nova edição já contenha os dados do DOI quando os metabuscadores rastreiam as informações da edição na internet, e também para que os autores possam incluir imediatamente no *Jattes* o DOI do artigo publicado.

3.3 CRITÉRIOS PARA DESCARTE DE PERIÓDICOS

Cessam os direitos de atribuição do DOI, todos os periódicos que não atenderem aos critérios estabelecidos nos itens 4.1 e 4.2 do referido documento.

²⁷ Os artigos das edições anteriores a 2010, sem resumos, receberão o DOI.

4 DA REVISÃO DA POLÍTICA DE DIRETRIZES PARA ATRIBUIÇÃO DO DOI NOS PERIÓDICOS HOSPEDADOS NO PORTAL DE PERIÓDICOS UFSC

A política das diretrizes para atribuição do DOI nos periódicos deverá ser revisada anualmente e, se necessário, atualizada com a finalidade de garantir sua adequação ao Portal de Periódicos da UFSC, aos objetivos dos editores e aos da própria instituição; contudo, o processo é orgânico e sempre que se fizer necessário, admite adendos e adequação.

REFERÊNCIAS

SABBATINI, Marcelo. *Publicações eletrônicas na internet*. São Caetano do Sul: Yendis, 2005.